CONVIVIVM

DOMINGOS CRIPPA — *AS INTERVENÇÕES DE DEUS NA HISTÓRIA* • **LEÔNIDAS HEGENBERG** — *CIÊNCIA — HUMANIDADES, EQUILÍBRIO DESEJADO* • **FRANÇOIS H. LEPARGNEUR** — *O PENSAMENTO GREGO EM FACE DA FILOSOFIA DA HISTÓRIA E DO DIREITO* • **HOMERO SILVEIRA** — *POESIA BRASILEIRA EM SITUAÇÃO* • **PEDRO MANUEL** — *DIMENSÕES DA ARTE* • **GUIDO LOGGER** — *A OBRA DE INGMAR BERGMAN*

REVISTA DE INVESTIGAÇÃO E CVLTVRA

DEZEMBRO 1964
JANEIRO 1965

ANO III — NÚMERO 9 — VOL. 5

SÃO PAULO • BRASIL

CONVIVIVM

REVISTA DE INVESTIGAÇÃO E CULTURA

DEZEMBRO 1964 — JANEIRO 1965

Pede-se enviar a correspondência, os manuscritos, as revistas para permuta e as obras para a resenha a CONVIVIVM, Redação e Administração, Rua Minas Gerais, 228 — Telefone 51-6043 — São Paulo — Brasil.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA PARA 1965

Brasil e Portugal

— assinatura anual (dez números)	Cr$	9.000,00
— número avulso	Cr$	1.000,00
— número atrasado	Cr$	1.400,00

Outros Países

— assinatura anual (dez números)	US$	13,00
— número avulso	US$	1,50

Assinatura de Benfeitor	Cr$	80.000,00

CONVIVIVM

DEZEMBRO 1964 — JANEIRO 1965

ANO III — N.º 9 — VOL. 5

SUMÁRIO

AS INTERVENÇÕES DE DEUS NA HISTÓRIA

DOMINGOS CRIPPA

Na perspectiva cristã, a história humana é necessàriamente história da salvação. Colocados no tempo, os homens decidem seu destino eterno. Isto significa que o tempo histórico não é uma dimensão neutra e indiferente. É, ao contrário, uma possibilidade continuada oferecida aos homens, para se defrontarem com seu próprio destino.

Trata-se de uma visão acentuadamente personalista da história. O que é, no entanto, a história senão uma sucessão de acontecimentos nos quais o homem luta por ser êle mesmo, para realizar a vocação espiritual que se esconde no interior de cada pessoa? O mais, as culturas e as civilizações, os progressos e regressos, as guerras e as tentativas de organização social, não passa de aparato externo.

Vivemos uma época de hipertrofia do coletivo. O coletivo absorve e esmaga o individual. Por isso a nossa época sofre uma dolorosa pobreza de valores espirituais. Que é a santidade, o heroísmo, a sabedoria, a arte, em tôdas as suas florações, senão o triunfo do individual contra o coletivo? A "massa" esmaga a pessoa e impede o aparecimento de todos os valores individuais. Os homens devem ser cada vez mais o "todo" e cada vez menos êles mesmos. A civilização da máquina e da tecnologia, da cibernética e da automação significa o mais grave desafio que o homem, na sua tragetória histórica, enfrentou. Quem vencerá, o coletivo ou o indivíduo? A massa ou a pessoa? A máquina ou o homem? A história de Deus ou a história dos homens?

Esta última pergunta nos coloca novamente no âmago do problema. A história da cidade de Deus é a história do homem, enquanto indivíduo e enquanto pessoa. A história da salvação também é a história dos indivíduos que se salvam ou se perdem. É nessa história que Deus está profundamente interessado.

A visão cristã da história não pode prescindir da presença de Deus no desenrolar dos acontecimentos. Deus intervém sempre que a realização dessa história o exigir, de acôrdo evidentemente com os planos divinos. Não se trata aqui daquela presença permanente que resulta do fato de Deus ser o Criador e Senhor de tôdas as coisas.

Mas da presença histórica e pessoal de Deus, que a Revelação cristã proclama e que a fé aceita. Nos momentos culminantes da aventura humana, Deus se faz *pessoalmente* presente e coloca a história nos seus verdadeiros rumos. Na mudividência cristã essas intervenções divinas são *acontecimentos*, inscritos na trama dos acontecimentos humanos e determinados dentro do tempo concreto, que é o tempo da salvação cristã.

1. *O tempo concreto*

O tempo das manifestações divinas é o tempo concreto. O "acontecimento" verifica-se num momento determinado dêsse tempo concreto, especificando-o diante de todos os demais momentos precedentes e sucessivos. Ora uma tal afirmação choca-se profundamente com as concepções religiosas pagãs que, recusando o tempo concreto, recolhem-se no tempo mítico enfrentando timidamente os acontecimentos concretos da história.

A fé no acontecimento é um dos traços característicos do cristianismo, que o distingue diante de tôdas as demais religiões antigas. Sem dúvida o cristianismo continua a tradição religiosa original, que é de todos os povos, mas possui suas características próprias ao se defrontar com os homens para salvá-los. A salvação cristã se verifica no tempo e se oferece aos homens nos sucessivos acontecimentos, que constituem a "história da salvação".

Tôdas as demais religiões antigas afirmam a existência de um mundo eterno — mundo mítico — oposto ao mundo do tempo. Desconhecem por isso o acontecimento, enquanto irrupção de Deus no tempo, enquanto participação no mundo do tempo do mundo eterno, enquanto passagem da história à salvação, da temporalidade à eternidade.

Diz exatamente *Mircea Eliade*, em relação às religiões antigas, que elas constituem uma "revolta contra o tempo concreto, histórico", vivendo por isso na "nostalgia de um retôrno periódico ao tempo mítico original, ao Grande Tem-

po" [1]. A finalidade dos ritos religiosos era manter os homens na vivência dêsse tempo mítico original, impedindo a absorção no tempo concreto e profano, que é o tempo histórico. O mundo do tempo concreto é passageiro, o mundo do tempo primordial é eterno. Os ciclos periódicos garantem o tempo original. Os ritos religiosos deviam ser como que "a abolição do tempo pela imitação dos arquétipos e pela repetição dos gestos paradigmáticos. Um sacrifício, por exemplo, não reproduz apenas com exatidão o sacrifício inicial revelado por um deus *ab origine*, no comêço do tempo, mas *realiza-se* ainda nesse mesmo momento *mítico* primordial. Em outros termos, todo sacrifício *repete* o sacrifício inicial e *coincide* com êle" [2].

O "acontecimento" não podia ter importância alguma em tais religiões e a história, feita de acontecimentos sucessivos, não trazia nenhuma contribuição de valor à vida religiosa. É ainda *Mircea Eliade* quem, fundado na análise de muitos fatos, conclui: "a *realídade* adquire-se exclusivamente pela *repetição* ou *participação;* tudo o que não possui um modêlo exemplar é "desvestido de sentido", isto é, destituido de realidade" [3]. O nôvo, a novidade, não existe, e se existir não tem valor algum. A única realidade válida é a que se repete, a que retorna. A realidade que permanece, repetindo-se sempre, de acôrdo com os arquéticos e paradigmas iniciais, é a realidade que foge ao tempo concreto e histórico. O seu tempo é o tempo religioso inicial, o tempo mítico originário. A existência concreta, os fatos concretos que constituem a vida, sendo cada um único e irreversível, porque aparecem sempre carregados de liberdade e individualidade, perdem seu significado. Não há novidade absoluta no mundo, nenhum acontecimento é irreversível. "Na perspectiva do Grande Tempo, escreve M. Eliade, tôda existência é precária, evanescente, ilusória. A história apresenta-se efêmera, de alguma forma irreal. A existência no tempo é ontològicamente uma inexistência" [4].

A concepção do tempo mítico e originário não existia apenas na Grécia, mas igualmente na Índia, onde o indú

---

(1) MIRCEA ELIADE, *Le Mythe de l'Eternel Retour, Archétypes et Répétition*, Gallimard, Paris, 1949, pág. 11.

(2) Ibid., pág. 64.

(3) Ibid., pág. 63.

(4) *Le temps et l'eternité dans la pensée indienne*, em *Eranos* Iahrbuch, XX (1952), pág. 229. A afirmação de *M. Eliade* refere-se à concepção religiosa da Índia, mas é válida em relação às demais concepções religiosas antigas.

procurou construir um tempo próprio, feito de cíclos cósmicos, com o qual resistir ao tempo concreto e recusá-lo. As várias formas de ascetismo indú nada mais são do que uma tentativa de fuga do tempo concreto. No hinduismo "não se trata, como nas religiões primitivas, de regenerar o tempo profano na fonte do tempo primordial, mas precisamente de sair do tempo. Tôda a técnica induista dos yogas tem exatamente como objetivo esta fuga do tempo, não ùnicamente pela tomada de consciência da sua irrealidade, mas por um esfôrço efetivo de êxtase intemporal" [5].

Ora, é exatamente perante esta concepção do tempo concreto que o cristianismo se apresenta como uma novidade total. Nêle, o tempo concreto não é apenas regenerado, mas assume todo o seu significado, enquanto tempo da salvação do homem. A salvação não se dilui num tempo misterioso e inatingível, mas apresenta-se concretamente em meio aos acontecimentos humanos. É a salvação próxima, e o mistério divino torna-se palpável.

No tempo concreto, no tempo da história dos acontecimentos temporais e passageiros, não se edifica apenas uma sociedade humana, mas um destino eterno, a tornar-se objeto de eterna posse no sociedade celeste dos filhos de Deus. E a história humana — a história que se realiza no tempo concreto, mas que não é apenas tempo concreto — com todos os seus percalços, lutas e males, com seus momentos de edificação e de destruição, com suas realizações e progressos, com suas eternas tentativas, nada mais é do que a história da salvação dos homens, que começa no tempo e termina além do tempo.

Permanece o tempo natural, no qual a repetição é constante e no qual Deus também se revela [6]. As coisas não mudam, permanecem numa repetição de tipos e arquétipos. De acôrdo com a permanência do tempo natural, que é a permanência das essências, há no cristianismo uma renovação constante do tempo primordial, na permanência dos seus símbolos e ritos, e de todos os elementos de que se serve nas suas manifestações. Mas além dêsse tempo primordial, há o tempo concreto da salvação, no qual se operam as intervenções de Deus. Deus salva o tempo concreto, nele realizando a salvação sobrenatural dos homens.

---

(5) JEAN DANIÉLOU, *Essai sur le mystére de l'histoire,* Ed. du Seuil, Paris 1953, pág. 108.

(6) Cf. *Rom.* 1,20 e *Atos dos Apóstolos* 14,16.

2. *A novidade do acontecimento*

O cristianismo, assim como não é um momento da manifestação do Espírito Absoluto, como quer *Hegel*, não é a repetição de gestos e arquétipos primordiais, momentos que se repetem sem novidade alguma, reproduzindo e multiplicando o momento inicial, no qual se encontra o gesto salvador. O cristianismo não é mito, mas verdadeira história. O Cristo não é uma manifestação do espírito religioso do homem, não é uma encarnação da religiosidade ideal, não é a repetição de um deus originário. Êle é a irrupção de Deus na história, no tempo concreto, que é o tempo da nossa vida e da nossa história. É Deus feito homem, Deus presente no tempo do homem, para salvar o homem.

Cada momento que passa pode trazer um acontecimento, uma intervenção divina, que permanecerá única e irreversível, como a Encarnação do Verbo Eterno, que não é repetição e nem será repetida. Ela se deu uma só vez [7]. *S. Irineu* percebeu o sentido dessas intervenções divinas, ao afirmar que o Cristo introduziu no universo a "novidade total" [8]. Novidade total não só porque no Cristo a criação é recapitulada e como que recriada, mas porque o aparecimento do Cristo é um acontecimento único e irrepetível. O mundo pagão reagiu contra o cristianismo, tentando conservar os seus mitos, que propunham o constante renascimento do tempo originário. *Celso* afirmava-o claramente: "Não nos deis o vosso Cristo como uma história" [9]. Era impossível entender, dentro da mudividência pagã, formada pelas concepções helénica e oriental, o sentido de um *acontecimento* absolutamente novo, verificado num momento do tempo concreto.

O cristianismo, no entanto, apresenta a história dos acontecimentos salvíficos, que são as intervenções diretas e pessoais de Deus na trama dos acontecimentos humanos. Cada acontecimento constitui uma novidade absoluta porque significa uma nova intervenção de Deus, um nôvo momento na história da salvação, que caminha para sua maturidade. Deus, inserindo-se no tempo concreto, salva-o e sal-

---

(7) S. Paulo insiste na irreversibilidade dos acontecimentos cristãos. São acontecimentos que se *deram uma só vez: epafax:* cf. *Rom.* 6,10; *Hebr.* 7,27; 9,12; 10,10).

(8) *Adv. Haereses*, IV, 34,1. MIGNE, *Patrologia Grega* (PG), VII, col. 1083.

(9) Cf. A. BREMOND, *Rationale et Religion*, em *Archives de Philosophie*, vol. XI, cahier IV (1935), pág. 179.

va o homem. A sucessão do tempo não é um devir sem substância, mas uma realidade fecunda. Ontològicamente consistente, o tempo concreto é o tempo no qual o homem se salva, uma vez que nele Deus está presente.

Mesmo dentro do cristianismo nem sempre se valorizou exatamente o sentido das sucessivas intervenções divinas na História. Diante das recusas de muitos pagãos, alguns Padres insistiram demasiadamente naqueles aspectos do cristianismo que continuavam a tradição religiosa da humanidade, esquecendo-se de pôr no devido destaque a novidade absoluta por êle trazida. *Eusébio*, em particular, vê na tradição pré-cristã uma longa "praeparatio evangélica", não apenas no sentido de que o mundo pagão e o mundo judaico — cada um à sua maneira — foram preparados para receber o Cristo, mas no sentido de que o cristianismo restabeleceu apenas, em sua pureza, a primitiva religião da humanidade. Superou por isso o judaísmo, que nada mais era de que uma solução provisória da religiosidade humana (10). *Eusébio* não era o único que assim pensava. *Origenes* (11) via no cristianismo a perfeição de uma religiosidade sempre existente. Não trouxe por isso mesmo uma *novidade absoluta*. A perfeição espiritual, congênita ao mundo criado, mas perdida depois da queda original, foi plenamente restabelecida pela Encarnação. A história, por isso, não progride. Os novos acontecimentos restabeleceram a ordem original que deveria ter sempre permanecido. Por isso mesmo "melhor fôra que nada tivesse acontecido, e tudo tivesse permanecido na imobilidade primitiva" (12).

Imbuidos ainda de helenismo, que acreditava no valor transcendental do tempo primitivo e na perfeição daquilo que sempre foi, *Eusébio, Origenes* e outros não assumiram, ao que parece, plena consciência da *novidade* total que o "acontecimento" cristão representa de fronte a tudo o que o precedeu.

No entanto, fora e acima de qualquer interpretação, o cristianismo, na consciência dos que viveram a verdade por

---

(10) Cfr. EUSEBIO, *Demonstratio Evangélica,* 1,6 MG XXII, 50-70.

(11) Cf. *De Principiis* 1,2,10.

(12) J. DANIÉLOU, obr. cit., pág. 10. Muitos outros testemunhos poderiam ser citados. Deve-se, no entanto, ter grande cuidado no uso de alguns textos. Pertencem a obras apologéticas, endereçadas aos pagãos, que deviam ser trazidos à luz da fé. Nenhum caminho mais plano do que partir do paganismo para chegar à plenitude da Revelação cristã.

êle ensinada, e na inteligência da maioria dos que o explicaram, representa, de um lado, a realização dos mais profundos anseios da humanidade e, de outro lado, uma novidade absoluta comparado a tudo o que existiu antes dele.

A atitude de alguns dos primeiros Padres não era totalmente descabida. Movia-os a preocupação missionária e por isso procuravam atrair os pagãos dizendo que a nova religião, longe de suprimir, completava as aspirações dos seus mitos. Além disso, resta sempre um fundo de verdade nas religiões pagãs, absorvido, nunca suprimido pelo cristianismo. Devemos por isso reconhecer, além de qualquer preocupação apologética, a verdade que existe na posição de alguns Padres ao aproximarem cristianismo e religiões pagãs.

O cristianismo, servindo-se de ritos e gestos sensíveis, conserva certos arquétipos originários e, apresentando verdades que concordam com as mais profundas aspirações do coração humano, veio de encontro às verdadeiras religiões da humanidade. Por outro lado, o princípio, tão bem conhecido dos gregos, que "o perfeito é o que sempre existiu" não é totalmente falso, uma vez que a salvação cristã está presente na promessa divina de reunir os homens numa mesma comunidade de salvação. A idéia de Eusébio de que o cristianismo restaurou a religião primitiva tem a sua verdade, uma vez que no Cristo a criação foi recapitulada e a harmonia da primitiva ordem paradisíaca foi em parte restabelecida.

Havia apenas um exagêro e um perigo latente, o de imaginar o cristianismo nos moldes daquilo que sempre existiu. O que é falso. Há uma novidade e, de fronte ao antigo, êle representa uma renovação original.

O sentido profundo dos *acontecimentos novos* que constituem a história aparece claramente na *Cidade de Deus* de *S. Agostinho.* Há nessa visão pròpriamente cristã uma "originalidade paradoxal", como diz Daniélou: "a história santa é feita de começos absolutos, que permanecem eternamente adquiridos" (13). Assim, por exemplo, a criação do mundo (14), a criação do homem (15), a aliança com Abraão (16), a ressurreição de Jesus Cristo (17).

---

(13) Ob. cit., pág. 11.
(14) Cf. *De Civitate Dei,* XI, 4.
(15) Cf. Ibid., XII, 13.
(16) Cf. Ibid., XVI, 72.
(17) Cf. Ibid., XII, 21.

São começos que permanecem. E a história da salvação é feita dêsses "começos", que são inícios eternos. Antes como depois do Cristo, os começos de Deus repetem-se. São as manifestações de Deus que fazem da história humana a história das intervenções de Deus, isto é, fazem da história humana uma história essencialmente sagrada. É a história que, segundo *Gregório Nisseno* "vai de começos em começos por meio de começos que não terão jamais fim" (18).

O cristianismo vive na fé dêsses acontecimentos, que representam, cada um, um nôvo comêço absoluto, uma novidade total. Não são *repetições*, são acontecimentos novos. É por meio dêles que a história do povo de Deus é constantemente recolocada no verdadeiro caminho, que conduz à plenitude divina. Deus inicia, restaura e continua, realiza e completa.

3. *Os grandes acontecimentos*

Como vimos acima, o que caracteriza o cristianismo é a fé no acontecimento, ou nos acontecimentos únicos e irreversíveis. Os acontecimentos constituem as "mirabilia Dei", as intervenções de Deus em vista da salvação dos homens. Modificam por isso totalmente a condição humana, valorizam o tempo histórico e preparam o homem para uma vida meta-histórica. Enquanto acontecimentos, constituem uma novidade absoluta: realizam-se uma só vez, mas uma vez realizados permanecem sempre.

Essa simples afirmação, que resulta claramente do conteúdo da Revelação do Antigo como do Novo Testamento, cria dificuldades à razão. O espírito humano espontâneamente concebe duas ordens de realidades: a das coisas que começam e acabam e a das coisas que não começam e não acabam. Tôda a revelação, porém, afirma a existência de realidades que começam e não acabam, tais como os espíritos criados. Os acontecimentos que constituem a História Sagrada são dessa ordem. São momentos absolutos porque, realizados num dado momento, são realidades que permanecem adquiridas, determinando a história humana, pela sua presença eficaz e atuante.

Aqui queremos tão sòmente assinalar ou enumerar êsses acontecimentos, enquanto constituem realidades irrevogáveis e eternamente adquiridas da história humana e en-

---

(18) *Homiliae in Cantica Canticorum*, P. G. XLIV, 1043 B.

quanto dêles depende essencialmente o movimento e o desenvolvimento da história da salvação.

a) *O primórdios da história da salvação*

Afirmamos há pouco que a fé cristã é caracterizada pela aceitação dos acontecimentos que constituem a história da salvação. Porisso a fé cristã aceita os acontecimentos não apenas individualmente, mas no conjunto enquanto pertencentes à mesma história de salvação que paulatinamente se realiza. As intervenções de Deus ligam-se entre si realizando progressivamente o mesmo plano: conduzir o homem à salvação.

Essa história tem na *Encarnação* seu centro: a plenitude dos tempos. No retôrno do Cristo, como Juiz da história e de todos os homens, seu têrmo definitivo: o fim dos tempos. Qual é, porém, o comêço dessa amorosa aventura divina de salvar os homens? Qual o comêço dos tempos?

Em oposição a alguns poucos teólogos que vêem na *vocação* e *escôlha de Abraão* o início da história da salvação, a maioria, mais fundada no ensinamento bíblico e na tradição cristã considera a *criação* como o primeiro momento dessa história. A história da salvação supõe o tempo, no qual evolve-se, e o homem a ser salvo: supõe por isso a criação. O tempo começou com a criação, não antes nem depois. A afirmação "o mundo foi criado no tempo" quer dizer ùnicamente que o mesmo ato criador deu existência a um *mundo temporal*. A dificuldade movida por *Kant* não tem sentido dentro do ensinamento cristão.

Sem dúvida, com Abraão a história sagrada tomou por assim dizer um rumo fixo. São Paulo chama-o "pai de todos os crentes" e a êle foi feita a grande promessa: o Salvador seria um dos seus descendentes. Mas, muito antes de Abraão, existia a história sagrada, e acontecimentos importantes que a possibilitaram e a determinaram nesse rumo já haviam acontecido. Por isso *S. Agostinho* coloca o início na criação do mundo, sem excluir do início da história da cidade de Deus a criação dos próprios anjos (19). Após a criação do mundo discorre longamente sôbre a criação do homem (20), uma vez que, no primeiro homem Deus criou originàriamente as duas cidades.

---

(19) Cf. *De Civitate Dei:* a criação do mundo, L.XI, cap. 3-8; criação dos Anjos, XI, 9.

A pregação cristã, desde o comêço, assumiu a forma de história da salvação, na qual a criação inicial não foi desconhecida. As pregações de S. Pedro [21], de S. Estêvão [22] de São Paulo [23], narram as grandes realizações de Deus — magnalia Dei — que constituem a história da salvação ou seja a história dos acontecimentos feitos por Deus, para conduzir os homens à salvação.

As primeiras fórmulas ou símbolos da fé, colocando numa sucessão histórica as verdades que devem ser aceitas, porque muitas delas constituem acontecimentos, incluem sempre, em primeiro lugar, a criação. O símbolo apostólico mais antigo (provàvelmente anterior ao ano 150), encontrado em escrito repleto de idéias gnósticas, começa pela fé em Deus, Pai Onipotente, Criador de Tudo [24]. A história completa é aquela que começa com "no princípio Deus criou o céu e a terra".

Da mesma forma a unidade das primeiras *Sumas* Teológicas é consequência da unidade da mesma história de salvação, em cuja visão são elaboradas e cujo início real é a criação [25]. Nas numerosas *sumas* da escola de Laon, tôda a Teologia é concebida como uma narração histórica. Os vários capítulos são vários períodos cronológicos, distribuidos e ordenados segundo a ordem cronológica dos acontecimentos. No "*De Sacramentis* christianae fidei", de *Hugo de S. Vitor* a teologia se apresenta numa ordem histórica a partir da criação: "o primeiro livro conduz a narração do princípio do mundo até a Encarnação. O segundo livro segue a ordem da Encarnação do Verbo até a consumação de tudo" [26]. Na própria Suma de *S. Tomás de Aquino* está presente a visão histórica, seguindo a grande divisão do *exitus* e do *reditus creaturarum.*

Dentro dessa visão histórica, o primeiro momento é constituido pela história dos primórdios, com os quais teve início a história da salvação.

---

(20) Cf. Ibid., L. XII, cap. 15 e 22.
(21) Cf. Atos 2, 11-40.
(22) Cf. Atos 7, 2-53.
(23) Cf. Atos 17, 22-31.

(24) Há várias fórmulas, gregas umas, latinas outras, algumas breves, outras mais longas. Tôdas, porém, incluem a fé em Deus, Pai Onipotente, em Deus "patéra pantocrátora", "in Deum Patrem Omnipotentem, Creatorem coeli et terrae". Cf. *Denzinger,* Enchiridion Symbolorum, ed. 28, Herder, 1952, nos. 1-12.

(25) Cf. Z. ALSZEGHY, *Einteilung des Textes in mittelalterlichen Summen,* in *Gregorianum* 27, 1946, 25-62.

(26) P.L. 176, 174.

A história dos primórdios, ou o início da salvação, é constituída por três fatos importantes: a criação, a vida paradisíaca e o pecado original.

Ao afirmar a *criação*, a concepção cristã afirma, de um lado, a ação livre de um Deus pessoal, e de outro lado, a dependência total do mundo no seu ser e no seu agir. Deus é a causa eficiente total do mundo, sua causa exemplar e final. O mundo, e tudo o que nêle foi criado, aparece como um dom permanente do permanente amor divino, da sua bondade, porque Deus, plenamente suficiente a si e em si, quis livremente fazer que outros sêres finitos existissem fora dêle, prontificando-se a garantir sua permanência no ser [27]. O mundo, que não é o mais perfeito dos mundos possíveis, foi pôsto dentro de um processo geral que o leva a desenvolver-se de perfeição em perfeição, retratando cada vez melhor em si algumas das perfeições divinas.

A criação fixa-se num momento principal: a criação do homem, coroamento da criação, que de Deus recebe *não só o dom da existência,* mas o da inteligência e do amor, podendo reconhecer e amar o Doador de todos os bens. O homem, que pode ter sido criado imediatamente ou através de um longo processo de evolução, adquiriu assim um primado total sôbre o mundo, sendo o fim particular de todo o mundo material. Por causa do homem, que por sua vez está ordenado para Deus, tudo foi feito. O mundo é a habitação e o reino do homem.

Colocado num paraíso de delícias, o homem começa sua história, que dá sentido à outra história maior do Mundo. A história do homem nada mais é, no fundo, do que um intenso diálogo entre êle e Deus. A história da salvação é feita de apelos e convites de Deus e de respostas humanas.

O estado de justiça original, no qual o homem foi criado, é o primeiro convite de Deus. O homem foi criado numa ordem *sobrenatural.* A vocação inicial da humanidade era de viver a vida da graça, dentro de uma harmonia perfeita com Deus, com a criação e consigo mesma. A vida paradisíaca de Adão e Eva, com os quais pròpriamente começa a história da salvação, na qual estamos engajados, era o prêmio que Deus daria a todos os homens em recompensa da sua pri-

---

(27) Essa afirmação simplicíssima para a fé, é obscura e contraditória para a simples razão. "Para o espírito fechado em sua "filosofia" é um escândalo e uma loucura dever inclinar-se diante dessa aparentemente arbitrária ligação do Absoluto à uma contingência histórica". *R. GUARDINI, Pascal ou Le Drame de la Conscience chrétienne,* Paris, ed. du Seuil, 1953, pág. 38.

meira fidelidade. O homem foi colocado no paraíso com a grave obrigação de escolher. E escolheu-se a si mesmo, contra Deus.

Essa é a origem de todos os males, porque introduziu no universo, — criado como um todo harmonioso — o princípio da desarmonia. A resposta humana à vocação dada por Deus foi a recusa e a desobediência. Colocado êsse princípio original é possível entender tôda a sequência da história humana. Introduziu a separação, o ódio, a morte e os homens dispersaram-se em raças diversas e opostas, tentando organizar-se num povo contrário ao povo obediente de Deus e construir uma história humana oposta à história de Deus.

Unidos pela descendência do mesmo par original, trazendo todos o mesmo princípio do mal, os homens constituem a mesma história humana, que se separa e opõe em duas diante da realização final. A idéia de gênero humano não é uma idéia jurídica. Faz parte do depósito das verdades reveladas, que dizem respeito aos primórdios desta história. A redenção cristã supõe a idéia de gênero humano e uma culpa original que seja de todos os homens, o que só pode ser entendido numa afirmação anterior: todos descendem do mesmo homem prevaricador.

Isso evidentemente nega e destrói pela raiz qualquer interpretação da história exclusivamente racista. A originalidade das culturas jamais poderá ser levada ao extremo de negar êsse traço de união de todos os homens.

O humanismo cristão parte dêsse fato primordial: houve uma culpa original, que introduziu no mundo tôda espécie de desordem, de negação, de destruição. Insistindo nesse fato, sòmente o cristianismo chega às profundezas vertiginosas do coração humano, onde se esconde o verdadeiro "mysterium iniquitatis", no qual por sua vez esconde-se o mistério da história humana.

b) *A Encarnação do Verbo*

A história, a história que vivemos, é de fato a história do "mysterium iniquitatis". Isto é, a história do progressivo afastamento dos homens de Deus e da salvação para a qual foram postos na existência. O próprio Deus se encarregou de reconduzir a humanidade ao caminho da salvação, recompondo no Cristo tôda a criação.

O mistério da Encarnação, cuja íntima realidade só a fé pode penetrar, constitue o centro da história da salvação,

porque com ela a história humana entrou no estado definitivo. Deus assumiu a forma e a figura de homem para salvar o homem. A justificação que o Cristo realizou é realmente "regeneração e renovação" [28]; transformou o homem, fazendo-o depôr a velha vestidura do pecado para assumir uma nova, a vestimenta da justiça: é o nôvo homem [29], a nova criatura [30].

O cristianismo é a fé na Encarnação do Verbo Eterno, a fé no Cristo Salvador. Por Êle Deus entrou no mundo para salvar o mundo, porque de outra forma o homem não podia salvar-se. É esta fé que dá originalidade ao cristianismo. O homem pelos seus esforços não pode salvar-se. Todo o esfôrço ascético dos homens de nada valerá sem a união com Deus por meio do Cristo. Não se trata, como observa *Daniélou,* de desprezar o ascetismo, os esforços de santidade, a vida interior, existentes fora do cristianismo. Trata-se tão sòmente de dizer que o homem não pode chegar a Deus por suas próprias fôrças. Esta afirmação cristã estriba-se em duas razões: "a primeira é a realidade do pecado original. Êle significa que há uma separação entre o homem e Deus, que o homem não pode suprimir por si mesmo. Êle é cativo do mal e não pode libertar-se sòzinho. Não basta dizer que o homem alienou-se, voltando-se para o mundo exterior e que é suficiente afastar-se da vida do corpo para reencontrar a pura espiritualidade que é seu próprio ser. Para o cristianismo não é o corpo o princípio do pecado. Mas o homem todo inteiro, corpo e alma, está separado de Deus e Deus sòmente pode, pela sua graça, libertá-lo do pecado .A segunda razão está em que o Deus dos cristãos é absolutamente inacessível e que sòmente Êle pode introduzir o homem na participação da sua natureza que é a vida sobrenatural" [31]. Os cristãos são aqueles que crêem na *Palavra,* que salva. No Cristo encontram-se Deus e o homem, na unidade da Pessoa do *Verbo* Eterno.

Esta verdade tem uma relação direta com a própria possibilidade da história, porque supõe a ruptura anterior entre o homem e Deus. *Berdiaeff* assinala muito bem essa verdade: "A história supõe a teandria, isto é o encontro da divindade e do homem e sua ação recíproca porque se não entrasse em jôgo que um só princípio ativo, não haveria luta, e

---

(28) *Tito,* 3, 4-7.

(29) *Efésios* 4,17-24; *Gálatas* 3,27.

(30) 2 *Coríntios,* 5, 17.

(31) *Obra citada,* págs. 110 e 111.

porisso também nenhum drama. Mas aqui trata-se de antinomias e sòmente o cristianismo soube impôr-nos essa concepção. Se só existisse a liberdade divina, a história teria começado pelo reino de Deus, isto é, não teria existido; mas por outro lado, se fôsse conduzida exclusivamente pela necessidade natural teria havido apenas um encadeamento de fatos exteriores que não tenderia a nenhum fim imanente" (32).

Por outro lado o mistério cristão da Encarnação atende aos anseios da alma humana que busca *ansiosamente a Deus* na imanência. Pela Encarnação Deus tornou-se próximo do homem porque fêz-se homem e pela graça da Encarnação penetrou no homem, fazendo-o viver da sua própria vida. Deus e o homem, a transcendência e a imanência, o Infinito e o finito reconciliam-se plenamente em Cristo Jesus, Deus-Homem.

Por outro lado, na Encarnação reaparece claramente a idéia cristã fundamental da não repetição, da individualidade absoluta dos fatos divinos. A Encarnação é um fato único porque o Verbo fez-se homem uma vez para sempre, permanecendo eternamente. "Nem para se oferecer muitas vêzes, entra como o pontífice cada ano no santuário em sangue alheio; de outra maneira devia ter padecido muitas vêzes desde a criação do mundo. Porém, agora uma só vez, na plenitude dos séculos, Êle se manifestou para destruir o pecado pelo sacrifício de si mesmo"... (33).

c) *A ressurreição do Cristo*

A fé cristã funda-se em outro grande acontecimento: a ressurreição do Cristo. Como diz S. Paulo "se o Cristo não ressuscitou vã é a nossa pregação, vã a vossa fé" (34). A Encarnação foi o início da Redenção e a Ressurreição seu têrmo. A fé nesse acontecimento, que, enquanto acontecimento, enche de admiração os séculos, especifica a fé cristã e dá um nôvo sentido à visão cristã da história. Cristo realmente ressurgiu: a pregação e a fé não são vãs e porisso a história humana está garantida na sua trajetória para a salvação final.

O Cristo que ressurgiu é o mesmo Verbo no qual e pelo qual foram feitas tôdas as coisas e que se encarnou na ple-

---

(32) *Le Sens de l'histoire*, Hubier, Paris, 1948, pág. 38.
(33) *Hebreus* 9, 25-26.
(34) 1 *Coríntios* 15, 14.

nitude dos tempos. Por esta razão é um fato cujas consequências espandem-se sôbre todo o cosmos, que no Cristo é recriado. É uma nova criação. O universo foi posto nas suas mãos. "Todo o poder me foi dado no céu e na terra" (35). Presente a todo o universo, enchendo-o com sua glória e poder, conduzi-lo-á paulatinamente à plenitude, que será o *Pleroma* do Cristo.

A evolução cósmica foi posta nas mãos do Cristo, e dentro da história do Universo realiza-se a história da salvação. Êle se constitue como que num *ponto* fora do Universo atraindo tudo para si. Não se trata de uma evolução imanente, como parece querer às vêzes Teilhard de Chardin, mas de uma constante ação criadora do Verbo ressuscitado. "O mundo do cosmos, visto na perspectiva da história da salvação, é o lugar da ação do Verbo Criador que lhe deu existência, que não cessa de criá-lo e que, tendo caído no poder das Potências, veio, não destruí-lo, mas libertá-lo e transfigurá-lo" (36).

A libertação como a transfiguração realizar-se-ão não de uma só vez, mas pouco a pouco, servindo-se o Cristo da própria evolução do Universo. Assim como o Universo preparou-se para receber o Cristo pela primeira vez, assim êle se prepara agora para recebê-lo uma segunda vez, no fim dos tempos. O universo caminha para o Cristo que, depois da ressurreição, é seu centro de atração e de gravidade. Tudo se submeterá ao Cristo para que tudo seja submetido a Deus Pai.

Êste o sentido da admirável e comovente página de S. Paulo aos Coríntios: "Cristo ressuscitou dos mortos como primícia dos que morrem. Porque, assim como por um homem veio a morte, também por um homem veio a ressurreição dos mortos. E, assim como em Adão todos havemos morrido, assim também no Cristo todos somos vivificados. Porém, cada um a seu tempo; em primeiro lugar, Cristo; depois os de Cristo, na sua vinda; depois será o fim, quando Êle entregar a Deus Pai o reino, quando houver reduzido ao nada todo o principado, tôda a potestade e todo o poder. Pois preciso é que Êle reine até colocar todos os seus inimigos debaixo dos seus pés. O último inimigo reduzido ao nada será a morte, pois Êle pôs tôdas as coisas debaixo dos seus pés. Quando Êle diz que tôdas as coisas lhe estão submetidas evidentemente não inclue Aquêle que as submeteu tôdas. Antes, quando tôdas as coisas lhe ficaram submeti-

---

(35) MATEUS, 28, 18.
(36) J. DANIÉLOU, ob. cit., pág. 35.

das, então o próprio Filho se sujeitará Àquêle que a Êle submeteu tudo, para que Deus seja tudo em tôdas as coisas" (37).

Esta a visão cristã da história, vista admiràvelmente num relance, no seu conjunto. Ao "exitus creaturarum" da criação, segue-se o "reditus creaturarum" da Encarnação e da Ressurreição. No Verbo Encarnado tudo foi feito, tudo permanece e perdura, tudo se completa. Na ressurreição tudo é firmado e garantido.

Referindo-se à citada passagem da Epístola aos Coríntios, escreve *Teilhard de Chardin*: "Como uma maré imensa, o Ser terá dominado o estremecimento dos sêres. No seio de um Oceano tranquilizado, mas no qual cada gôta terá a consciência de permanecer ela mesma, terminará a extraordinária aventura do Mundo. O sonho de tôda mística terá encontrado sua plena e legítima satisfação. Erit in omnibus omnia Deus" (38). Êste o sentido definitivo da visão cristã da história. Deus se faz pessoalmente presente no tempo do Mundo para encaminhar a história à sua realização final, na plenitude do Divino.

---

(37) 1 Cor. 15,20-28.

(38) *Mon Univers*, 1924, publicado em *"L'avenir de l'homme"*, *Ouvres de P. Teilhard de Chardin*, 5, éd. du Seuil, 1959, pág. 403.

CIÊNCIA — HUMANIDADES, EQUILÍBRIO DESEJADO

LEÔNIDAS H. B. HEGENBERG

1. *A circunstância em que vivemos*

O homem, como o animal, está cercado pelas coisas. Está numa *circunstância,* isto que o rodeia, o primàriamente dado. Mas enquanto o animal se submete à natureza, o homem aprendeu a discernir no que o cerca aquilo que lhe causa mágua e terror, daquilo que lhe agrada e é útil; aprendeu a usar os objetos para acomodar-se à circunstância ou para modificá-la, tornando-a mais acolhedora e agradável. O caos se altera: sôbre aquêle enigmático dado primitivo se constroi um *mundo,* isto é, uma circunstância dotada de uma interpretação. O homem altera o meio, dá-lhe figura e organização, transmuta-o em mundo, local em que pode viver com maior ou menor facilidade porque muitas coisas já não são misteriosas, mas úteis ou inúteis, atraentes ou repugnantes.

Nasce o homem em um mundo, numa circunstância interpretada, e passa a *contar com* as coisas que encontra, segundo a interpretação que lhe transmitem os antepassados. "Contar com" é a relação mais elementar que o homem guarda com o mundo. Contamos com a existência da rua quando abrimos a porta da casa para irmos à escola. Contamos com encontrar, no local em que as vimos ontem, as pedras e as casas e as árvores. Prova disso seria a surprêsa que nos atingiria se, abrindo a porta, alí não mais víssemos a rua, se as árvores se houvessem deslocado, se as casas tivessem desaparecido. Em nosso comportamento há um objeto (ou conjunto de objetos) alvo de nossa atenção. Atrás dêle, porém, sem que talvez disso tenhamos nítida consciência, há um sistema de relações "sui generis" em virtude das quais os objetos do contôrno se vinculam aos objetos de nossa atenção — contamos com êles, acreditamos que se comportam de tal ou qual modo, segundo aquela interpretação em que nascemos.

Formam-se, assim, as crenças. Individuais, de grupos sociais, nacionais, ou mesmo de tôda uma geração. Menos firmes aquelas, mais firmes estas, formando o alicerce sôbre que se assentam novas crenças que vão acompanhar os homens como sombras, atuando sôbre êles e transformando-se com maior ou menor facilidade para construir os vários mundos que se sucedem na história.

O homem encontra, quando nasce, um sistema de crenças vigentes. Habitua-se a elas. Conta com as interpretações que lhe entregam os pais, mestres e antepassados. E vai, simplesmente, vivendo. Mas, há momentos em que as crenças se tornam problemáticas. Nosso estar na circunstância — que não é simples estar das coisas — que é um *estar e contar com* uma interpretação que dela se fez, se torna instável. Vem a dúvida, fruto de imersão em crenças antagônicas. Há que decidir. E aí *pensamos*. Tem o homem esta capacidade especial de afastar-se provisòriamente das crenças em conflito, reconsiderá-las, para saber a quê se vai ater, já que é suplício contar com crenças contraditórias. Enquanto crê, o homem não precisa pensar. É a incerteza que o obriga a isso. Quando não sabe que fazer com suas crenças é que o homem medita, procurando levar a ordem à circunstância que se fez problema, torná-la de novo estável e segura. Minha intenção, aquí, é a de dar aos jovens leitores alguns elementos que os auxiliem na tarefa de efetuar seu ajuste com a circunstância, às vêzes caótica, em que se encontram.

2. *Ciências: dado basilar de nosso tempo*

Se é verdade que a interpretação da circunstância que nos rodeia é hoje vacilante e cheia de dados contraditórios, há que lembrar, porém, que algumas constantes figuram nos mais variados esquemas que procuram definir o homem e seu mundo.

Embora persista nos mais idosos uma espécie de relutância em acomodar-se ao que nos dá o mundo de hoje — os Kafka da literatura, os Klee da pintura, os Ionesco do teatro, os Sartre da filosofia, os Bartok da música, as lógicas trivalentes ou polivalentes, as geometrias não euclideanas, os vôos interplanetários... — para os jovens é natural êste mundo do rádio, do twist, do foguete, dos satélites artificais e da novela de ficção científica. Os mestres continuam ensinando o que leram em seus livros, mas os jovens vivem com aquilo que figurava tìmidamente em notas de pé de página nas obras de 20 ou 30 anos atrás. Os mais velhos talvez ainda falem de um primado da raça branca, sustentem que a filosofia continua a ser um diá-

logo entre Platão e Aristóteles, apreciem Beethoven, Rafael e Shakespeare, raciocinem em têrmos de uma lógica tradicional e de um espaço perceptual de três dimensões. Mas os jovens se colocam em uma circunstância bem diversa, que sentem, mas ainda não compreendem, que tem novidades fundamentais a que ainda custa "aderir". O jovem aceita, sem aderir, o mundo que o cerca. Aceitação sem adesão é justamente um traço típico da época em que nos achamos. Aceitamos a geometria de Riemann porque ela nos dá explicações mais precisas, mas seguimos adeptos da euclidiana porque nos é mais familiar. Aceitamos Brecht porque o vemos representado e elogiado, mas seguimos adeptos de Molière porque o tivemos explicado com maior profundidade. Aceitamos, um pouco a contragôsto, a idéia de uma identificação entre matéria e energia, as lógicas probabilísticas, um universo que não é finito nem infinito. Aceitamos, enfim, tudo isso que é novo, porque se contrastou a ordem humana com a racionalidade do ambiente mecânico, e se tornou cada vez maior a confiança nos processos introduzidos pela técnica, enquanto cresceu a desconfiança no próprio homem. De um lado, as falhas de sistemas políticos e econômicos. De outro, a certeza dos computadores eletrônicos. Aquí, as idéias repisadas e eternamente discutidas; alí, a ciência que nos dá o submarino nuclear, a possibilidade de chegar à lua e todo o confôrto material a que nos vimos habituando. Em suma: a ciência é um mito de nosso tempo, um dado primeiro com que nos defrontamos assim que encaramos o mundo que nos rodeia com olhos mais atentos. Somos forçados a aceitar essa ciência e não nos deve surpreender o fato de que ela seja um elemento primordial em nossas vidas. Não nos deve surpreender o desejo manifesto de pensar em têrmos da ciência, de compreender e interpretar a circunstância em função de categorias científicas.

A intenção de construir o nosso mundo é permeável ao tratamento científico. Se isso é bom ou mau, se é conveniente ou não, cabe a nós decidir. O fato é que estamos sob o fascínio de um pensamento denominado *objetivo,* desconfiando de asserções que se vejam cheias de elementos afetivos. Talvez venhamos algum dia a concluir que, afinal, o universo só se interpreta com a afeição, que o mundo só se constrói com o amor. Mas agora não podemos senão nos curvar à evidência maior: é pensando objetivamente, fazendo apêlo aos dados da ciência, que se tem conseguido os maiores êxitos, no sentido de maiores conquistas para o bem viver. Sim, porque ao homem não basta viver. Êle aspira bem viver. E nêsse bem viver estão incluidos os fatôres materiais que a técnica lhe permitiu

conseguir, bem como a satisfação intelectual que os novos métodos de raciocínio, a que a ciência o tem encaminhado, lhe tem oferecido. Repita-se, pois, que nada há de surpreendente nêste fato de desejar o homem de nossos dias familiarizar-se com a ciência, com uma ciência, antes de filosofar, antes de chegar ao mundo — circunstância interpretada — em que viverá.

A propósito, a ciência tem, de fato, provocado revisões constantes e impressionantes em nossas maneiras de viver. A êsse fato inelutável é preciso acrescentar que estamos em vias de sofrer uma nova transformação — de que poucos já se capacitaram plenamente.

Refiro-me à transformação a que estaremos sujeitos em virtude das técnicas de computação que se vêm desenvolvendo em ritmo acentuado. Falemos um pouco desta "revolução computacional" que se anuncia.

Revolução computacional? Perdoem-me os leitores o título insólito. Escolhi-o pensando nas transformações provocadas pela revolução industrial, cogitando da possibilidade de estarmos, de novo, frente a um fenômeno capaz de trazer conseqüências insuspeitadas. Entretanto, não comparo a "revolução" que os computadores podem vir a produzir com a industrial. Prefiro compará-la à de Copérnico, porque me parece que ela poderá alterar a imagem que o homem faz de si mesmo e do mundo. Êsse, de fato, é o ponto que desejo explorar um pouco, uma vez que os aspectos materiais, digamos, da introdução de computadores em nossa vida já tem sido discutidos, sendo rara, em oposição, a tentativa de analisar o lado "intelectual", chamemo-lo assim, das novas condições criadas com seu uso.

Mas teria cabimento falar de efeitos intelectuais dos computadores? Não parece prematuro discutir o assunto? Não serão, afinal, essas fabulosas máquinas, um elemento levemente diversificado de uma vasta classe de aparelhos similares e de cuja repercussão na esfera humana se falou já, repetidas vêzes? Penso que não. E justifico a impressão com o seguinte argumento.

Vamos analisar os câmbios que se produzem na vida do homem à luz de uma "unidade" que atesta, grosso modo, ter um estado de coisas variado por um fator 10. Os velhos carros de 1920, andando a 40 km horários, seriam *uma* vez mais rápidos (nêsse modo de encarar as coisas) que o homem, cuja marcha normal é de 4 km. por hora. Nesse mesmo modo de ver, os jatos modernos decuplicam a velocidade do avião de Santos Dumont. Os projéteis balísticos, por sua vez, seriam

duas vêzes mais rápidos que o primeiro avião (uma vez que são duzentas vêzes mais velozes). Ora, é um fenômeno de fácil constatação que certas alterações profundas ocorrem quando se opera uma variação da ordem de uma dessas nossas "unidades" — isto é, quando um estado de coisas se muda por um fator 10. Efeitos novos, nesses casos, parecem inevitáveis e chegam a refletir-se em nossos hábitos de modo mais ou menos incisivo. Recorde-se, a propósito, a transformação provocada pelos automóveis, de que se diz terem afetado, inclusive, a nossa moralidade...

Pois bem, surpreendente como isto possa parecer, os computadores são *seis* vêzes mais rápidos do que os cálculos manuais! Isso implica uma variação da ordem de um milhão. Para se ter uma idéia da mudança, raciocine-se em têrmos corriqueiros, imaginando que um indivíduo, dono de um cruzeiro, passasse, sùbitamente a ter um milhão. Êsse indivíduo, por certo, passaria, também, a ter outra idéia de si mesmo e das coisas. Junte-se a isso o fato de que a sua fortuna estaria muito bem aplicada (a confiança que se tem nos cálculos dos computadores só tem feito crescer) e o fato de que os prêços das coisas teria caido (o custo operacional dos computadores é cada vez mais baixo), para compreender a natureza da "revolução" que poderia operar-se em nosso imaginário indivíduo. Leve-se em conta, enfim, que as mudanças da tecnologia dos computadores estão apenas no início e se compreenderá que não é prematuro falar de uma "revolução computacional", cheia de reflexos intelectuais.

3. *O mundo e a ciência*

As profundas transformações que sofremos, cada vez mais incisivas, tem sido, em parte considerável, fruto das descobertas das ciências. As transformações são, também, ràpidamente propagadas e afetam a humanidade inteira. Não preciso recordar a diferença que há entre a moça de interior de alguns anos passados (imagem de personagem de Machado de Assim, em candura e inocência) e a moça de hoje, em qualquer pequena cidade (quase um personagem de Sartre...), que sofreu o impacto do cinema. Todos sentem, sem dificuldade, que a tecnologia alterou e tem alterado constantemente a nossa forma de agir e os nossos pensamentos.

A influência do avanço da ciência em todos os setores é perfeitamente palpável. No preparo escolar, sobretudo, essa influência se vem fazendo aguda.

Vejamos, p. ex., o que diz J. Leite Lopes em um artigo recente: "Estamos vivendo uma época em que o desenvolvimento industrial depende cada vez mais do conhecimento científico. As descobertas realizadas nos diversos setores da ciência, notadamente no domínio da física, e resultantes de um esfôrço contínuo de pesquisa básica, são, hoje em dia, ràpidamente, utilizadas em processos tecnológicos que conduzem à instalação de novas indústrias e a um desenvolvimento em maior escala dos países capacitados. É do conhecimento geral o avanço obtido pelos países europeus, pelos Estados Unidos da América e pela União Soviética no domínio da física atômica, das aplicações tecnológicas e biológicas da energia nuclear, no domínio da eletrônica, das máquinas computadoras e da automação, no domínio da física dos sólidos, da física da atmosfera, da balística dos foguetes intercontinentais, da física cósmica.

Em conseqüência dêste progresso científico acelerado e da revolução tecnológica dêle decorrente, tem-se apresentado, até nos países mais avançados, o problema crucial de reformar o ensino, sobretudo no nível médio e no superior, de modo a torná-lo capaz de formar homens para a nova civilização, homens que tenham uma formação humanística completada por um conhecimento científico que lhes permita compreenderem o mundo em que vivem (...) E não se trata apenas de aumentar o número de cientistas e técnicos graduados por Universidades e Escolas Técnicas; trata-se também, e sobretudo, de aprimorar a sua formação, de rever os currículos, atualizá-los, substituindo disciplinas e programas, criando-se novas especialidades. Trata-se, até, de rever as técnicas de ensino, reescrever livros de texto que incluem recentes avanços científicos de importância capital para a utilização prática.

Estudos intensivos e inquéritos a êste respeito estão sendo realizados em diversos países, por exemplo, nos Estados Unidos da América, na França, na Itália(...).

O esfôrço, nos países mais avançados, reveste-se até de caráter dramático da competição internacional e da defesa nacional" [1].

4. *A situação na América Latina*

Se êsse retrato da ação da ciência sôbre uma comunidade como a dos EE.UU. é mais ou menos familiar, menos conhe-

---

(1) J. LEITE LOPES, *"Ciência e Sociedade"*, v. 1, n. 2,1963, p. 19 (Publicação do Conselho Nacional de Pesquisas Físicas).

cida, talvez, é a insistência com que na América Latina se tem procurado valorizar a ciência.

Para dar aos leitores uma idéia de que também nós, latino-americanos, não nos temos furtado à ação da ciência, saliento que em 1963, em Bogotá (Colombia) houve uma reunião extraordinária do Conselho Inter-americano Cultural, congregando Ministros de Educação e Cultura dos países da América Latina. Do conclave resultou uma recomendação: a de que se criasse um Comitê Científico Consultivo Inter-americano, cujas principais funções seriam as de "conhecer, avaliar, promover, orientar e coordenar as atividades científicas nos países membros da Organização dos Estados Americanos" [2].

Em janeiro de 1964, realizou-se, em Washington, a Primeira Reunião Interamericana de Ciência e Tecnologia. Na "Declaração de Princípios e Recomendações" que resultou do conclave encontramos considerações de interêsse. Seleciono algumas. Recomendava-se aos governos dos Estados membros:

1. Que en la politica de planeamiento y concretamente en la preparación y elaboración de sus Planes Nacionales de Desarrollo, tengan en cuenta debidamente los aspectos relacionados con el progresso cientifico y tecnológico y, en especial, con los recursos humanos y naturales.
2. (...) Requiere (...) establecimiento de una entidad responsable de la programación de (...) las realizaciones científicas y tecnológicas.
3. Que procurem una mayor participación de los institutos de educación superior y institutos de investigación en la elaboración de los Planes Nacionales de Desarrollo, ofreciéndoles la asistencia necesaria.
5. Que auspicien, donde no existan, la creación de escuelas secundarias y preparatorias técnicas(...).

À organização dos estados americanos sugeria-se que:

"1. Intensifique sus programas de ciencia y tecnologia(...)

3. (...) aprovechar los centros para estudio de posgraduados(...) crear otros nuevos".

Às Universidades, pedia-se:

(2) *Ciência Interamericana,* v. 5, n. 2, mar.-abr. 1964, p. 27 (Publicação da Organização dos Estados Americanos).

1. Que se proceda, con criterio científico, a la modernización de la enseñanza de las ciencias básicas(...)
2. Que procuren en este ciclo de estudios básicos impartir a los estudiantes una adecuada formación científica(...)
6. Que organicen periódicamente, dentro de las universidades, cursos para mejorar el nivel científico de su personal docente.
9. Que incrementen la preparación de profesionales en carreras intermedias [3].

5. *O Brasil e a ciência*

Qual seria, mais concretamente, a situação do nosso país face às imposições que a ciência tem feito, diante do "clima" geral que constatamos existir no resto do mundo adiantado?

O Brasil possue, sem dúvida, uma indústria básica de boa qualidade. Prova disso é o fato (cuja veracidade integral ainda depende de melhor informação, mas que é, segundo tudo indica, legítimo) de que companhias inglêsas de material aeronáutico pesquisaram, na América Latina, o lugar em que pudessem instalar uma de suas filiais. Êsse local, em virtude das facilidades exigidas, só poderia ser o Brasil.

O Brasil já se vem acomodando à "mentalidade científica" vigente. É verdade que há localidades em que o atraso é muito grande. Conto um incidente curioso que me foi relatado pelo colega e amigo O. Silveira da Mota. Desceu, inesperadamente, o avião em que êle fazia uma viagem para o Norte, numa cidadezinha em que os pousos são ocasionais. Durante a espera, travou êle prosa com um moço humilde que se havia plantado junto à cerca do "aeroporto". E soube que o moço havia sido designado pelos companheiros de sua vilazinha de interior para saber se o avião "levava gente dentro"... Isso não obstante, é trivial a constatação de que até nos casebres (de que infelizmente as cidades estão cheias) há o rádio e há a TV...

O Brasil inova, na ciência e na indústria. Nossas universidades e nossos centros de pesquisas já tem feito contribuições significativas para o mundo. E na tecnologia há, sem dúvida, iniciativas diárias de interêsse prático nada negligenciável. Os jornais mantém seções industriais em que dão informes

(3) Idem, idem, p. 29.

continuados a respeito de como se tem inventado coisas interessantes em nossa terra. Apanho, por acaso, um exemplar do "IPP em Revista, Indústria, Produtos e Processos" (v. 4, n. 2, 1963) e vejo alguns títulos curiosos:

> "Três tipos de Carretas, altamente aperfeiçoadas, serão lançadas no mercado internacional — Adubação foliar aumenta as colheitas e diminui as despesas com fertilizantes — Irrigação por meios mecânicos substitui as chuvas, economiza adubos e aumenta as colheitas — Moderno sistema de mancal assegura a implementos agrícolas 200 horas de trabalho sem lubrificação. Classificação Eletrônica. Paredes continuam no sub-solo — colagem e prensagem asseguram peças estruturais maciças. Tubos por soldagem eletrônica em alta freqüência. Poliester armado com fibra de vidro e nylon para construção civil. Instrumentos de Medição".

6. *Parênteses: a produção científica*

Afirmei, há pouco, que o Brasil inova e descobre. Entretanto, as descobertas de nossos cientistas são apenas uma parcela insignificante de um conjunto de descobertas que, a cada dia, os cientistas de todo o mundo fazem. Quero fazer um curto parênteses para indicar que chega às raias do inimaginável o que a ciência está produzindo.

O que vou dizer, transcrevi de um dos muitos periódicos hoje em dia existentes em tôda parte e inteiramente devotados à ciência e às suas implicações, o "American Scientist" (4).

> "One of the best measures of the quality and quantity of our scientific literature is the abstract journal. Outstanding as an abstract journal is Chemical Abstracts, published by the American Chemical Society, which endeavors to collect and abstract every available contribution in all languages from all parts of the world. The area of chemistry represents only about 20% of the world's total scientific and technological literature, but chemistry is typical of science as a whole. Chemistry includes rapidly expanding areas, such as nuclear

(4) W. R. BRODE, *"The growth of science and a national science program"*, in American Scientist, v. 50, n. 1, mar. 1962, p. 13.

reactions, solid state, and antibiotics, as well as slower expanding areas such as leather, soap, and storage batteries. Thus the area of chemistry as a whole provides a good guide upon which to base our broad predictions. Perhaps as important is the fact that Chemical Abstracts is outstanding in its world coverage and hence provides the best international source for such predictions. For the past fifty years, excluding the war years when normal publication was not maintained, there has been a steady expansion in the scientific literature as measured by Chemical Abstracts. This growth amounts to about a 10% increase each year or a doubling every eight years. The so-called population explosion produced by the 1.7% population growth per year and doubling every fifty years is insignificant as compared with the impending "scientific explosion".

7. *O preparo de cientistas no Brasil*

Para que o Brasil possa contribuir para a produção científica de um modo respeitável, para que se acomode à feição geral que o mundo vem tomando, suas escolas também precisam adotar certas medidas mais ou menos decisivas. Volto ao artigo do Dr. Leite Lopes há pouco citado para recolher alí estas informações:

> "O fato de nos países mais desenvolvidos estar em curso um intenso trabalho de modernização das universidades e de impulsionamento da pesquisa científica deve estimular-nos a atacar os nossos próprios problemas nêsse domínio. Pois o desenvolvimento que desejamos manter e incrementar exige de nossa parte um esfôrço relativamente maior que o dos países avançados: Não basta que nos desenvolvamos, é indispensável que não aumente a distância que nos separa dêles. A nossa velocidade de desenvolvimento deve ser maior que a dos países adiantados e portanto o esfôrço para mantê-lo não pode ser pequeno.
>
> Qual a situação no Brasil, do problema da educação superior, no que se refere à formação de cientistas e técnicos? Apesar do número crescente de novas faculdades e universidades criadas em diversas regiões do país, é ainda insatisfatória, deficiente

em número e, em geral, em qualidade, a formação de engenheiros, de físicos e de químicos.

Pondo, por um momento, de lado, o problema da formação de cientistas, pode-se afirmar que é grave a carência de engenheiros, quando se leva em conta o panorama dinâmico da evolução industrial do Brasil. A fração de população de um país capaz de exercer atividades de engenharia pode dar uma medida do seu gráu de desenvolvimento tecnológico. Êste índice era nos Estados Unidos em 1957, da ordem de 1 engenheiro, *trabalhando em indústria,* para cada 300 habitantes, enquanto que no Brasil tal índice é da ordem de 1 engenheiro diplomado (não necessàriamente trabalhando em engenharia) para cada 2.000 habitantes.

Com o desenvolvimento industrial do Brasil no último decênio, e o aparelhamento insatisfatório das escolas e universidades, a deficiência tende a tornarse cada vez mais aguda.

Não basta, por outro lado, aumentar indiscriminadamente o número de escolas e universidades. É indispensável que a qualidade do ensino seja simultâneamente aprimorada. E aqui surge o entrosamento do problema da formação de engenheiros com o da formação de cientistas. Pois os cursos de engenharia possuem certo número de disciplinas básicas nos setores da matemática, da física e da química, indispensáveis para o aprendizado das técnicas especializadas. Estas disciplinas exigem professôres competentes e êstes, no nível de ensino superior, devem ser pesquisadores. Necessitamos, assim, de matemáticos, de físicos e de químicos para que possam construir os Departamentos ou Institutos de Matemática, de Física e de Química encarregados de pesquisar e de dar a formação básica aos futuros engenheiros e aos cientistas" [5].

Tudo isso parece indiscutível. É inegável que a ciência desempenha um papel de relêvo em nosso mundo. É inegável que os países sem ciência são, segundo algum critério, classificados entre os países "atrasados" ou "subdesenvolvidos". Parece inevitável que se dê à ciência uma atenção crescente.

---

(5) J. LEITE LOPES, *"Ciência e sociedade"*, v. 1, n. 2, p. 23.

Torna-se imperioso desenvolver em tôda esta juventude brasileira um interêsse cada vez maior pelas conquistas científicas, divulgando o que se faz em outras plagas, tentando interessar o nosso moço na pesquisa e no desenvolvimento tecnológico.

Não se vá, porém, ao exagêro, à superestimação da ciência.

Embora eu corra o risco de ser mal interpretado por alguns instantes, embora o que eu vá dizer possa estar parcialmente em conflito com o que eu já disse acima, é preciso que se chame a atenção dos estudiosos para êste fenômeno da "ciência senhora absoluta de tôdas as coisas" e se indiquem algumas cautelas que se tornam imprescindíveis.

8. *Necessidade de equilíbrio: nem tudo é ciência*

O Dr. Leite Lopes, em trabalho que escreveu a pedido do então Ministro da Educação e Cultura, dizia em 1962:

> "Nos países atualmente avançados, onde nasceu o conhecimento científico, o sentimento da importância da ciência cresceu gradualmente com o progresso material e intelectual. A contribuição da mecânica, da física, da química para a revolução industrial, o desenvolvimento das ciências biológicas e da medicina experimental para o combate às doenças, foram parte dêsse progresso. A invenção e as aplicações empíricas das técnicas amalgamaram-se com as investigações científicas e ao lado das especulações filosóficas e da cultura literária e artística, deram corpo e caracterizaram as civilizações modernas ao mesmo tempo que alicerçaram sua estrutura econômica e seu desenvolvimento material(...).
>
> Em verdade, foi só recentemente que os homens de govêrno, os capitães de indústria, os economistas dos países mais avançados passaram concientemente a dar-se conta do papel da ciência no progresso, na expansão e pujança material dêsses países. A Primeira e sobretudo a Segunda Guerra Mundial demonstraram às Fôrças Armadas de tais países dos Estados Unidos como da União Soviética, dos países da Europa Ocidental e do Japão — que a ciência, o processo da descoberta e das invenções científicas, até as mais abstratas, são vitais para a defesa e a própria sobrevivência nacional.

Mas estas sociedades possuiam o conhecimento científico permeado em seu processo histórico. Possuiam uma tradição cultural que constantemente o alimentava, que florescia nas universidades e que se refletia nos escalões inferiores do sistema educacional, cujas portas se alargaram sob a pressão das necessidades e da agressividade do progresso. O crescimento populacional, a ambição e a luta pelo aperfeiçoamento das condições de vida, encarregaram-se de utilizar o conhecimento científico, retirando-o dos laboratórios e das academias, para o processo humano — demonstrando a sua significação social" (6).

Guiado, evidentemente, por seu propósito específico de mostrar a necessidade de maior atenção para a ciência em nosso país, o Dr. Lopes, porém, esquece o que falava a respeito das especulações filosóficas e da cultura artística, para concentrar-se no setor da investigação científica. E diz:

"Durante e logo após a Primeira Guerra Mundial, criaram-se os primeiros órgãos governamentais para promover, e estimular a pesquisa científica — nos Estados Unidos e no Canadá, em 1916, o Conselho Nacional de Pesquisas (National Research Council); na Inglaterra, ainda em 1916, o Departamento de Pesquisas Científicas e Industriais; na Itália, em 1923, o "Consiglio Nazionale delle Ricerche". Na União Soviética, nos primeiros anos após a revolução, transformou-se a Academia de Ciências em órgão governamental de planificação e realização de pesquisas, abrangendo e criando uma vasta rêde de institutos científicos.

A ciência passou, assim, a ser institucionalizada, tomou forma como objeto sociológico, a ser considerado pelos Govêrnos, pelos industriais, pelos economistas e planejadores, como fôrça para a produção, o desenvolvimento material e como base da defesa militar. Na Inglaterra, criou-se, em 1959, o cargo de Ministro da Ciência, subordinado diretamente ao Primeiro Ministro.

Enquanto o processo histórico do desenvolvimento da ciência e da tecnologia tinha lugar em

---

(6) J. LEITE LOPES, *"Ciência e sociedade"*, v. 1, n. 3, p. 31.

tais países, os "avançados", deixava êle de ocorrer nos que hoje chamamos povos sub-desenvolvidos. Muitos dêstes, como o Egito, a Índia, a Pérsia, tinham, entretanto, construído civilizações no passado. Não tendo ocorrido, nêsses povos, por vários fatôres, os processos da procura do saber científico, o desenvolvimento das técnicas e o seu reflexo na educação e na industrialização, faltou-lhes a alavanca fundamental para realizarem o progresso nos termos que caracterizam as civilizações modernas.

Uma vez estabelecida a desigualdade, exerceram-se as fôrças econômicas e políticas no sentido de acentuá-la.

De posse dos métodos da investigação científica — que sugerem a inexistência de limitações ao progresso — aplicaram-se as fôrças econômicas a impelir o desenvolvimento material dos povos assim equipados, recorrendo a todos os elementos necessários a êsse desenvolvimento, inclusive a dominação econômica e política dos povos atrasados.

Surgiu, assim, a ciência — e o seu produto para o desenvolvimento industrial, a tecnologia — como um poderoso fator básico da prosperidade dos povos que hoje chamamos desenvolvidos, e, em conseqüência, a sua ausência, como um igualmente poderoso fator de atraso e até de opressão de povos despreparados.

A falta da ciência, da educação científica e técnica, a ausência dos métodos de procura do saber científico, constituiram-se, assim, sociològicamente, em impedimento, por parte dos povos subdesenvolvidos, para atingirem o progresso econômico e cultural no gráu e nos moldes em que os outros povos o atingiram. E como os homens de ciência, as universidades, os institutos científicos e os meios de produção estão ligados à estrutura social, política e econômica dos países a que pertencem, os frutos de suas atividades revertem, naturalmente, para o maior desenvolvimento dêsses países.

Incapazes de aplicar os resultados universais da pesquisa científica — despreparados por não a exercerem — ficam os povos subdesenvolvidos pràticamente à mercê dos primeiros, enquanto nêles não se produzirem fôrças que lhes imponham a estrutura adequada ao rápido desenvolvimento".

Que é que se constata? Um elogio irrestrito à ciência. Nascido, está claro, da preocupação muito meritória em dar ao Brasil os cientistas de que precisa. Mas não há, aí, um exagêro? Não vou insistir no ponto, que isso seria, talvez, fácil de distorcer. Mas a Suiça, sem ciência, não é um país importante no concerto geral das nações? O mesmo não sucede com a Índia? E o México, na América Latina? Que é que dá a nações como a Suiça, o México e a Índia um papel notável na esfera internacional? São os homens que produzem, as idéias que defendem, as posições que assumem — e a ciência é, nesses casos, secundária.

O que é preciso reconhecer, em primeiro lugar, é que a ciência não é para todos. Sem dúvida, há um mínimo de "ciência" que todos tem obrigação de conhecer, mesmo porque não é mais possível fazer filosofia sem ciência e a própria arte requer ciência. Mas isso não quer dizer que todos devam ser cientistas.

A êsse respeito, volto ao artigo citado, do "American Scientist":

> "It would appear that our scientific and technical advance will be more dependent on developing our bright and capable students, rather than providing a broad and average training to all alike (...).
>
> Our hope for the future of science and engineering is not materially to increase the per cent of scientists and engineers in our student group, but rather to improve the quality and level of those available" [7].

Outro ponto que merece especial destaque: é preciso incutir nos jovens de hoje certa independência de pensamento que os impeça do quase inevitável sentimento de frustração que os assola quando não se inclinam pela ciência — num mundo que é quase só ciência...

Professôres, amigos, colegas, a própria família, entidades que oferecem bôlsas de estudo, empregadores, tudo parece contribuir para uma excessiva valorização da ciência.

Os bons emprêgos (chamando "bons" os que são mais bem remunerados) parece que se concentram nas áreas científicas. Até no magistério, classes de matemática se espalham por todo o curso, classes de latim se tornaram "obsoletas", convidando todo mundo a estudar ciência...

---

(7) Loc. cit., (nota 4), p. 10.

Resultado: quem não gosta de ciência está em "palpos de aranha". E se sente mal numa sociedade que paga bem ao engenheiro e olha com olhos apenas tolerantes para o poeta, como se êle fosse um "transviado" da cultura, um mal necessário.

Que fazer, diante dêsse estado de coisas? Insistindo, acho que o importante é dar aos jovens a independência de nível intelectual que é absolutamente indispensável a qualquer cidadão, e o preparo adequado, sério, honesto, nas carreiras não científicas, para que se sintam úteis fazendo o que desejam fazer — sem estar fazendo ciência.

O que é importante é salientar que qualquer atividade honesta é relevante. Vamos a uma situação extrema: que seria a cidade sem o coletor de lixo, o carteiro, o comerciante, o pintor e o motorista de ônibus? Que faríamos sem a silenciosa colaboração de tôda essa equipe de pessoas inteiramente afastadas da ciência e sem cuja atividade nem a sociedade poderia sobreviver para dar a alguns a possibilidade de pensar em "sputniks", em satélites, em vôos à lua?

O que é importante é salientar que o mundo sem poesia e filosofia seria árido e desinteressante.

9. *Mais humanidades...*

Os excessos da "cientificação" já tem sido reconhecidos. Eis, p. ex., o que uma revista de engenharia, destinada a debater assuntos de educação já estampava há 4 anos passados:

> (...) "looking at life steadily and seeing it whole, Aristotle said. "It is the mark of an educated man to look for precision in each class of trings just so far as the nature of the subject admits; it is evidently equally foolish to accept probable reasoning from a mathematician and to demand from a rhetorician scientific proofs".
>
> In an age when men use the authority of "scientists" to decide what brand of cigarettes to smoke, Aristotle's definition of an educated man has small support, even in the academic grove. "Scientism", the misapplication of science and the scientific method, has won the day in more areas than we are perhaps willing to admit.
>
> The advent of Sputnik called forth an unequalled flood of discussion about educational goals,

methods, and financial assistance, but all except a few scattered statements dealt with our educational needs in the sciences and engineering subjects. The voice of the humanist is hardly heard in the land, and the singing of the physicist has come(...).

Indeed, we have almost lost even Leonardo from the realm of art to the realm of science and have forgotten that science until very recently was a part of philosophy, and only a part at that.

But the loss in the humanities has not been the result of aggression by the scientists as much as it has been the withdrawal of the humanists from their proper sphere. Seeking to gain a position of new respect and intellectual status in a technological age, teachers of literature have built up in recent decades various critical schools which have all the appearance and trappings of scientific method without its necessary controls or applications. In doing so they have robbed their subject matter of the immediacy of impact which is literature's raison d'être. Theny have attempted to codify and measure the imponderable, to demand mathematical proofs of the rhetoricians' insights. The result has, at its worst, brought sterility to the teaching of literature and at its best often led to the choice for teaching of literature which has lost its relevancy for the students in the classroom" [8].

Essas palavras são de Baiard W. Whitlock, um dos componentes do Departamento de Humanidades de um Instituto de Tecnologia, o "Case Institute of Technology". Encontram-se num artigo de uma série de quatro, destinados a tratar do problema de dosagem das humanidades nos cursos de engenharia. Nos outros artigos dessa mesma série há também observações curiosas que vale a pena citar. Diz W. Embler:

"In the humanities, the teacher's aim is to broaden the student's interest, so as to protect him against too narrow a professionalism. The engineering student should have as a part of his undergraduate academic experience an introduction, at least, to the manifold ways in which man deals

(8) *Journal of Engineering education,* v. 50, n. 8, p. 636.

> with his world of reality, an awareness of the strategies which man uses to make himself a home in the world — as poet, political thinker, manufacturer, linguist, historian, craftsman and builder, theologian, botanist, lawmaker, doctor, doctor, engineer, philosopher. The purpose of the humanities and the social sciences in an engineering curriculum is to make these various approaches to reality meaningful, enriching, and useful throughout the student's life" (9).

O estudante de engenharia, via de regra, considera perda de tempo uma aula de literatura. E isso pode ser culpa de seu professor, como disse Whitlock. Um bom professor sabe como criar interêsse em seus estudantes. Esta pequena lição de pedagogia é tão curiosa que não me furto ao prazer de relatá-la: é dada por E.R. Steiberg, noutro dos quatro artigos da série. Eis o que diz o mestre do Carnegie Institute of Technology:

> "Sometimes on the first day of a literature course I place on the still undefiled blackboard a small chalk dot and ask the engineering and science students in the class how they would "define" or "locate" that point. Invariably, of course, the answer is "by means of other points or of a set of axes." I then add additional dots and the traditional x and y axes, to the satisfaction and perhaps to the amusement of the students, many of whom obviously marvel at the naiveté of an instructor who can ask such elementary questions — and in a literature course, of all places. It is a credit to their bringing up that they humor me.
>
> My next question, however, although seemingly still elementary puzzles them: "How do you "define" or "locate" yourself? Who are you?" The answer is once again obvious, but it takes considerable discussion to arrive at: for "other points" substitute "other people"; and for "a set of axes" substitute "the standards set by our society." And again the students settle back looking smug.
>
> Then I ask, "How many of you know a single person so well that he confides to you his real feelings: the fluttering or drumming of his heart;

---

(9) Id. id. p. 644.

the hurdle that he sneaks around instead of going over; the daily rebuffs that he smarts under; the measure and color of his castles in the air? How many of you really tell anyone else the private thoughts that jig, skulk, or carren through your mind?" Rarely does anyone raise his hand. And before they see the trap that I have lured them into, I slam the door: "If you don't know who anyone else is, how can you tell who you are? Not only can't you locate point A; you don't know anything about points B, C,D, and E, by which you intend to define A."

After a few minutes of milling around, several of them rush for what appears to be anothe way out: the axes, the standards set by our society. So we use as test cases some of the Ten Commandments. "Honor thy father and thy mother". Have they never, I ask, been angry with their parents, disobeyed them, been disrespectful to them?

"Remember the Sabbath day, to keep it holy." Have they never, I ask, desecrated the Sabbath by word or act of commission or of omission? We then examine briefly the standards of morality on campus, cheating on exams, obeying traffic and parking regulations. And we discover each time that although laws, regulations, standards — of any sorte — are phrased in absolute terms, they seldom provide the absolute set of axes that the students expected them to. For it is not only the standard that is important, but to what extent people subscribe to it or deny it, obey it or dodge around it or violate it. In order to define himself then, to know who he is, a person must know almost as much about other people as he knows about himself. But the class has already agreed that this is impossible. No exit. Still trapped!

Then I crack an unsuspected door. Ins't there any place where a person records his innermost thoughts? Wouldn't such records serve as points to define and locate other points, to define and locate ourselver? Books! Some rush eagerly at the way out: literature can provide the information and perspective that they need to discover who they are. Most of the rest follow along, if not con-

> vinced at least willing to be shown. The remaining few drag grudgingly behind, feeling somehow that they have been tricked, but not knowing quite how to object. My job for the rest of the semester, then, is to help each student to see how literature does indeed supply him with a measure of the world in which he lives, of the people who inhabit it, and of himself" [10].

A indispensabilidade de "humanidades" para o técnico é, agora, universalmente reconhecida. Aceitam-na os humanistas, aceitam-na os técnicos. O último dos artigos da série que estou comentando é de um professor de engenharia mecânica, J. J. Ermenc (Darthmouth College), e o que diz reflete uma situação que parcialmente se acata como normal nos EE.UU. de hoje.

> "All accredited engineering curricula today are required to devote about one fifth of the curricular time to bona fide humanistic and social science courses.(...) There is vigorous experimentation to develope a more meaningful block of cultural studies. At Stevens Institute, Case Institute, Purdue, MIT and others, the engineering student is exposed to solid and intergrating studies of the foundations of western civilization. This serves as counterpoint in succeeding studies of the problems of modern society(...).
>
> There has also been some progress made within engineering education in using history as an instrument to integrate the social, economic, political, scientific, and personnel factors which have influenced the dicetion and pace of engineering progress(...)
>
> It seems probable that from the convergence of liberal arts and engineering education, two curricular variants may emerge. One, with an engineering orientation, shall move engineering education closer to the science major offered in the liberal arts college. The other, at a less mathematically sophisticated level, may develop into a form of rigorous general education which may be productive of disciplined minds which shall be aware of the ma-

---

(10) Id. id. p. 650-51.

terial roots of their well-being as well as their cultural heritage" (11).

Até aqui eu me limitei a apontar, usando um elemento, o de "intromissão" das humanidades na engenharia, que já se tem reconhecido que a ciência, e em especial um curso para a carreira tecnológica, não se pode fazer desacompanhada de interêsses de outra ordem.

Mas muito mais interessantes são os dados seguintes, recolhidos de uma análise minuciosa e recente, que atesta que a atenção dos bons estudantes nos EE.UU., se está voltando para áreas insuspeitadas. A análise é de R. G. Nichols e aparece no periódico "Science", órgão da American Association for the Advancement of Science (12).

Faz-se, nos EE.UU., desde 1956, através da "National Merit Scholarship Corporation", uma cuidada seleção dos melhores estudantes de nível secundário daquele país. Estudam-se as suas preferências e vocações; depois, sua atividade universitária e carreira pós-graduada, seja na própria escola, seja na vida prática.

O que a análise de R. C. Nichols revela é que tem havido mudanças bem definidas no plano vocacional e no plano de estudos dêsses estudantes "de primeira linha", nos últimos anos. E a um decréscimo de interêsse pela física e pela engenharia, corresponde um aumento de interêsse pelas ciências sociais e pelas humanidades. Não apenas os planos feitos pelos colegiais se alteram, também se mudam os planos entre os próprios universitários.

Levando em conta a insistência com que se atrai o jovem de talento para a ciência, acenando-lhe com as ótimas (espetaculares!) perspectivas de trabalho e apelando para o seu patriotismo, recordando-lhe seus deveres para com a segurança nacional, é profundamente significativo o fato de que êle prefira certos campos de estudo em que as perspectivas são bem menos risonhas e "importantes".

A tentativa de explicação do articulista é curiosa. Para êle, houve um interêsse anormal pela ciência, após a segunda guerra mundial. Agora, lentamente, volta-se ao equilíbrio, depois da saturação na área científica.

A salientar:

---

(11) Id. id. p. 642-43.
(12) *Science*, v. 144, n. 3264, junho 1964, p. 1315 e segs.

1. Há uma preferência grande entre os colegiais pelo magistério, pela arquitetura, pelo direito e pela medicina. (As moças tem voltado as suas preferências para o direito e os serviços governamentais). Decresceu o interêsse pelas carreiras de engenharia e administração (e pela literatura, entre as moças).

2. Como áreas específicas de estudo, o interêsse é crescente em história, biologia e matemática. Decresceu consideràvelmente o interêsse pela engenharia, física, administração de emprêsas (economia).

Como se vê, há uma atenção crescente pelos problemas "humanos". E um equilíbrio tende a ser estabelecido. Temos necessidade de humanizar a ciência.

10. ... *e mais ciência*

Estou convencido de que a atenção que se dá às ciências sociais (e às humanidades, "stricto senso"), nos cursos técnicos é salutar. Nós, no Brasil, também, segundo creio, não tardaremos a pôr em prática a idéia hoje vitoriosa em muitos centros universitários estrangeiros, de devotar 20% do tempo do estudante de escolas técnicas aos assuntos "não técnicos". Certamente haverá muito debate, em especial em tôrno das matérias que caberá colocar nesses 20%, mas, no fim, depois de algum acôrdo, a idéia prevalecerá e se tornará lugar comum.

Êsse ponto, pois, tende a tornar-se pacífico. Há outro, porém, que não vejo discutido e que me parece igualmente importante. Trata-se do problema "inverso", o da "dose de ciência" que cabe incluir nos cursos destinados a advogados, historiadores, beletristas, filósofos...

Aquí no Brasil é muito comum ver-se o indivíduo que não "tem queda para a ciência", voltar-se- para um dêsses cursos, justamente porque assim consegue "fugir" da matemática, da física ou da química. Mas não é isso um contrasenso, em uma época em que até as nossas idéias se formam sob o impacto da ciência? Pode-se ignorar a ciência quando os romances nos falam de teorias psicanalíticas? Pode-se ignorar ciência quando os colegiais discutem em têrmos de velocidade empregando "Mach 1", "Mach 2", etc., como unidades familiares? É viável deixar de lado a ciência quando a própria terminologia dos advogados está cheia de "vetores", "campos", e coisas análogas? Parece-me que não. A ciência é um dado basilar moderno sôbre que se assentam as nossas crenças mais fundas, as nossas vivências mais corriqueiras.

Ergo: vamos tornar possível o ajuste intelectual dos moços com êsse contôrno em que vivem, dando-lhes ciência, seja qual for a direção futura de seus interêsses.

Admita-se que se tenha chegado a êste acôrdo: vale a pena dar ciência para os estudantes que ingressam nas carreiras não técnicas.

Surge, então o grave problema: quê, quando, como? quanto? Imaginemos, para não sermos demasiadamente realistas, que se tenha a possibilidade de devotar à ciência um total de 6 semestres (dentre os 50 que, aproximadamente, compõem um curso universitário de bom nível). Não há exagêro, é óbvio. Os 20% de "humanidades" nos cursos científicos tomariam 10 semestres. Logo, não é insistir muito, não é pedir demais, quando se pensa em têrmos de 6 semestres de ciência num curso não técnico.

Não me parece oportuno prolongar demais estas notas (já bem extensas), comentando "como" dar ciência. Um bom mestre sempre sabe "como" abordar um assunto, tornando-o cativante, interessando o aluno.

Vamos, pois, ao "quê". Longe de mim o pensamento de ditar normas inflexíveis, pretendendo impor um ponto de vista pessoal, certamente distorcido pelas influências que sofri durante minha própria formação. Acentuando que o que segue não passa de sugestão, atrevo-me a fazê-las, seguro, pelo menos, de que hão de encontrar eco, hão de ser debatidas, melhoradas, até que se chegue a um acôrdo — que há de ser, também, provisório, até que idéias mais interessantes venham à luz.

Penso, como já frizei, em termos de 6 semestres devotados à ciência. Vejamos de que modo se poderia dispor dêsse tempo.

Talvez o princípio mais adequado fôsse o laboratório de física e de química. Até as crianças sabem, hoje, os nomes das peças de um motor de automóvel. Tôdas falam de eletricidade e magnetismo. A imagem de uma estrutura atômica se tornou vulgar. Pois bem, êsse laboratório poderia, mediante uma escolha conveniente de experimentos a executar, fixar certos princípios gerais da mecânica, da ótica, do eletromagnetismo, das reações químicas, até da genética, sem esfôrço dígno de nota. Bem dado, um curso dessa natureza seria, por certo, muito atraente.

Conhecidas certas técnicas de observação, de medida, de formulação de resultados, caberia, a seguir, uma breve introdução à metodologia da ciência. O papel da dedução, do

cálculo matemático, da probabilidade (as inferências "prováveis" seriam familiares), seria ressaltado. Os tipos de explicações empregados pela ciência poderiam ser examinados com certo vagar. As limitações da ciência em certas áreas ainda pouco desenvolvidas poderiam ser lembradas. Mas o papel unificador do binômio "explicar-prever" seria o "norte" para que poderia apontar êste curso de metodologia.

Suspeita há de ser esta sugestão para o terceiro semestre: lógica. Digo suspeita, porque já tenho insistido a respeito, batendo a tecla repetidas vêzes. Côrro o risco de parecer "maníaco" e torno a repisar o tema. A lógica simbólica moderna é dêsses assuntos que se transformarão (mais cêdo do que se imagina) em ferramenta indispensável a qualquer cidadão. Sua importância só fez crescer. O discurso científico se vai fazendo com seu auxílio. Lentamente ela penetra na discussão cotidiana. Não tardará a figurar como disciplina obrigatória de nossos colégios. Vamos, pois, antecipar-nos: vamos tratar dela, de um modo simples e eficiente, tornando-a acessível a qualquer universitário, pelo menos em seus fundamentos.

No quarto semestre penso que caberia um exame um pouco mais detido das probabilidades. Êsse exame complementaria o "rigor dedutivo" da lógica, apontando para as precauções que qualquer estudioso deve ter ao fazer as suas inferências. Alguns princípios elementares de estatística, certas noções básicas de probabilidades, ajudariam os estudantes a compreender com mais clareza as inúmeras qualificações que se é obrigado a acrescentar aos resultados da ciência. Particularmente ilustrativos, os exemplos colhidos das ciências sociais seriam, aquí, espécie de "modêlo" adequado para situar a inferência probabilística.

Já mencionei as repercussões que fatalmente hão de ter os modernos computadores. Sua influência em tôdas as nossas concepções não se farão tardar. Até mesmo no sistema educacional essas modernas máquinas terão reflexo. Já se tem visto aplicar as calculadoras a uma série imensa de questões, incluindo coisas surpreendentes como a estética e a literatura (correção de textos, restauração de trechos). Divulgam-se notícias que permitem imaginar a próxima ação pedagógica das máquinas de calcular. De fato, ao preparar-se um "programa" para um computador, os cuidados são extraordinários, já que tudo deve estar cuidadosamente previsto, impedindo a parada do instrumento. Assim também, na preparação das aulas, damos "saltos", omitindo coisas intuitivas que imaginamos

fàcilmente acessíveis aos estudantes. Se nos déssemos ao trabalho de estabelecer uma "rotina" minuciosa que contivesse todos os itens de uma exposição, poderíamos avaliar com segurança aquilo que pode e aquilo que não pode ser melhor explicado, melhor dito, mais "sensatamente" esclarecido. Está claro que não se vai exigir uma "programação" cuidada de todo e qualquer tópico a expor. Mas a tentativa de fazê-lo em certas ocasiões capacita-nos a localizar as dificuldades que poderíamos sentir e que (por tabela) o aluno iria sentir quando lhe apresentássemos o tema. Essa "programação", à maneira da "rotina" dos computadores, creio eu, deve estar acessível a todo universitário. E o nosso projeto de "ciência nos cursos não técnicos" poderia continuar, incluindo um quinto semestre integralmente devotado aos problemas da linguagem dos computadores. Noções rápidas de uma linguagem dos computadores. Noções rápidas de uma linguagem científica (do tipo FORTRAN, p. ex.) ou mesmo de uma linguagem comercial (usada por nossas firmas em rítmo cada vez mais acentuado) e a aplicação na programação de certos problemas típicos, seria, nesse semestre, o objetivo primordial. Estou certo de que só teríamos a lucrar com isso. Os estudantes se compenetrariam das vantagens da simbolização, dos recursos acessíveis (bem definidos) para formular um problema e transportá-lo a uma linguagem determinada, acessível ao "cérebro" da máquina. Compenetrar-se-iam das dificuldades e dos cuidados que se tornam indispensáveis para essa "tradução" e avaliariam bem o que há de metódico em todo o nosso processo de pensar quando precisamos tornar o nosso pensamento explícito e compreensível a outrem.

Resta o sexto semestre. Aquí, eventualmente, caberia uma acomodação aos interêsses da classe. Seminários de lógica das ciências sociais, de análise filosófica da política, de lógica jurídica, de filosofia da linguagem, usando tôda a ferramenta da lógica simbólica, seriam algumas possibilidades. Cursos de história da ciência, de cosmologia, de filosofia da ciência, seriam igualmente possíveis. Debates em tôrno de questões especiais, como a da descoberta científica, da influência social da atividade dos cientistas, da contribuição de certos grupos filosóficos, seriam também viáveis. E a cibernética, por que não?

Usamos, pois, os seis semestres. Muitos estarão em dúvida a respeito da exequibilidade de um tal projeto. Cabe lembrar, antes de mais nada, que um professor de ciência é que se vai encarregar dessas aulas. A êle compete (admitindo que seja não apenas um "connaisseur" como um bom didata) organizar os cursos e acomodá-los, se necessário for, ao nível de

conhecimentos dos estudantes. Não vale a pena entrar em pormenores. Suponhamos que êsse ponto esteja assentado. Haveria, ainda assim, objeções sérias? Não me parece. E indico, naturalmente esperando com isso provocar objeções definidas, que tipo de assuntos tenho em mente para incluir nêsse vasto projeto.

Por etapas, vamos ao primeiro curso, de laboratório. Minhas indicações são breves porque — devo confessá-lo um tanto envergonhado — não estou em condições de opinar com segurança. Mas o IBBECC já tem feito muito em tôrno do assunto, publicando excelentes livrinhos, que se fazem acompanhar de "caixas de experimentos", aptos a dar uma imagem, ainda que vaga, do que caberia incluir no primeiro semestre dêsse projetado currículo.

No segundo curso, de metodologia da ciência, penso que um texto como o de E. Nagel, "The structure of science" (N. York, Harcourt, Brace & World, 1961) seria o ideal. O livro é, talvez, avançado e uma seleção de tópicos poderia ser feita de modo a tornar parte de seu conteúdo perfeitamente acessível.

O curso de lógica poderia apoiar-se nos seis primeiros capítulos de um livro como o de I. M. Copi, "Symbolic logic" (N. York, McMillan, 1954), simples, atraente, cheio de exemplos práticos de imediata aplicação e, ao mesmo tempo, rigoroso para os fins a que se destina. É vastíssima a produção de livros de lógica e já os temos acessíveis em diversas línguas, inclusive em espanhol, de modo que não seria difícil organizar o curso com uma satisfatória bibliografia.

Um texto como o de J.G. Kemeny, J.L. Snell, G.L. Thompson, "Introduction to finite mathematics" (Englewood Cliff, N.J. Prentice Hall, 1957) seria adequado para fazer a transição da lógica para as probabilidades e indicar um campo enorme de aplicações das idéias fundamentais da matemática a setores bem familiares. Acresce que a obra tem um capítulo de teoria dos conjuntos que não se pode ignorar e já prepara o terreno para a programação linear (a teoria dos jogos, poderia, possívelmente, ser omitida).

O curso do semestre seguinte poderia adotar como texto qualquer um que exponha com clareza certa linguagem dos computadores, como o FORTRAN, p. ex.. O assunto pode ser dado, de modo suscinto, em cerca de 10 horas, num curso intensivo destinado a alunos com preparo matemático. O mesmo assunto, chegando-se às minúcias, pode perfeitamente ser dado num semestre, com 45 ou 48 aulas, inclusive permitindo

aplicações práticas interessantes e curiosas. Manuais que tratam da linguagem dos computadores são fàcilmente obtidos e não seria difícil ensinar uma dessas linguagens a um estudante universitário. Êsse início poderia, mais tarde, levar a uma revisão do assunto, para incluir nas discussões temas de palpitante interêsse, como o do "pensamento das máquinas", as "limitações dos formalismos", etc...

Já indiquei algumas coisas que poderiam ser abordadas no último semestre. Artigos de periódicos, atas de congressos de história ou de filosofia da ciência, ou mesmo de filosofia, anais de simpósios, antologia com artigos mais ou menos "clássicos", eis o material conveniente para o curso dêsse período final. Como êle se acomoda a interêsses especiais, excusa entrar em mais pormenores.

Bem, a linha geral está indicada. Agora é criticá-la, revê-la, pô-la em prática, tornar a executá-la com as modificações cabíveis, acertando-a às necessidades que os tempos vierem a ditar. O que importa é que tenhamos dado aos nossos universitários aquêle mínimo de ciência que se faz indispensável para que se situem no mundo contemporâneo. Dando, assim, humanidades para os cientistas e ciências para os que fazem cursos não técnicos, poderemos ter esperança de provocar a convergência capaz de aliviar o que Sarton chamou de "ominoso conflito de nosso tempo", isto é, a diferença de opinião e de perspectiva entre homens de letras, historiadores, filósofos — os chamados humanistas — de um lado, e cientistas, de outro.

O PENSAMENTO GREGO EM FACE DA FILOSOFIA DA HISTÓRIA E DO DIREITO

François H. Lepargneur

I — *Intelectualismo do pensamento jurídico entre os antigos gregos.*

Enquanto obra humana, o direito faz intervir a inteligência e a vontade do homem numa colaboração com outros dados sociais ou naturais. A perspectiva é a da instauração de uma certa ordem. Mas, como o sugerem os dois sentidos da palavra "ordem", o acento pode ser pôsto seja sôbre a organização estática (*ordo* correspondente a um plano inteligível) seja sôbre o comando impondo uma coordenação dinâmica das atividades humanas (*jussus*, unindo a vontade dos indivíduos à vontade do legislador). Não se trata senão de acentuação porque a vontade se move concretamente na direção de um objeto apreendido pela inteligência, que não é eficaz a não ser em seguida a uma moção voluntária.

De um modo extremamente esquemático mas que nós achamos bem sugestivo, poder-se-á reconhecer na "*ordo*" aquilo a que aspira o mundo grego, mundo centrado sôbre a cultura filosófica (universo inteligível) e opôr-lhe o "*jussus*" que exprime o matiz do espírito do mundo romano, mundo centrado sôbre as realidades políticas, econômicas e jurídicas (universo do vir-a-ser).

Todos os historiadores que analisaram a civilização grega observaram até que ponto, nos diferentes setôres da vida humana, trabalhava-se para instaurar o reino da inteligência sôbre qualquer outra faculdade. A cidade grega se quer, a princípio, uma cidade bem administrada; à cabeça, alguns sábios devotados à contemplação, entre os quais se devem encontrar os chefes políticos. Tôda a atividade eco-

nômica, artística ou militar, a própria vida espiritual, são inseridas nesta bela organização. A concepção implícita, que aí se faz do direito, é solidária a esta mentalidade. "O direito é: seja o que está de acôrdo com a lei, seja o que é igual", declara Aristóteles [1]. O direito público tomou um caráter decididamente abstrato e teórico [2]. Quanto ao direito civil, êle parece singularmente pouco consistente e como que limitado à conservação de um "statu quo" das pessoas e das coisas [3]. Na verdade, sob o sol da Grécia, o direito era uma ocupação bem pequena diante da sabedoria filosófica que se encarregava disso como que para descansar: *veritas facit legem.* É assim que se pôde afirmar que as principais noções jurídicas tinham uma origem semântica nos conceitos da ordenação racional [4]. O primeiro sentido de *"cosmos"* é *"ordo"*, que para o mundo antigo significava, mais frequente e simultâneamente, *lei eterna e reta razão.* São citados neste sentido os Pitagóricos [5], Sócrates [6], Platão [7], Aristóteles [8], assim como os estóicos gregos [9]. Se Platão e Aristóteles não apresentaram o problema em tôda a sua acuidade, no plano da filosofia do direito, pelo menos estiveram êles conscientes do problema metafísico sub-jacente. Como explicar, inteligìvelmente, um mundo em perpétua evolução? Ou antes, em que medida é preciso aceitar que a opacidade do movimento dos corpos obscureça a clara visão das idéias? Que lugar reservar para o *mistério* no próprio *real?* Só Aristóteles, numa atitude mais de sábio que de artista, aceitou a dimensão existencial do indivíduo; apesar da sua resolução de aceitar integralmente o real, o filósofo não conseguiu, porém, construir uma filosofia que não fôsse uma filosofia da essência [10]. Vê-se por aí como a civilização grega se encontrava predisposta a limitar-se ao direito — *ordo.* Em várias passagens, lê-se em seus autores que o direito tem seu princípio na natureza, isto é, na ordem

(1) *Ética a Nicômaco,* 1129 a 1135.
(2) G. GLOTZ, *La cité grecque,* pág. 144.
(3) H. OUVRÉ, *Les formes littéraires de la pensée grecque,* pág. 213.
(4) J. HUIZINGA, *Homo ludens,* trad. francesa, pág. 131.
(5) *Logos* para Heráclito de Éfeso (V. P. Tannery, *Pour l'histoire de la science hellène).*
(6) Cf. *Xenofonte, Memórias,* IV — 4,19s (diálogo de Sócrates com Hipias).
(7) *Gorgia* — 507 e 508*a.*
(8) *Retórica* — 1373*b.*
(9) DIÓGENES LAÉRCIO, *Obras VII,* 1,88; igualmente *Crisipo* (cf. *Digesto* L 3,2).
(10) E. GILSON, *L'être et l'essence,* pág. 56.

do mundo [11]; êles analisam, desde então, o direito numa pura estática de conexões de igualdade ou de proporcionalidade [12].

No seio mesmo dêste mundo grego, para o qual a unidade objetiva do mundo realiza-se na conexão da lei ao ser, percebe-se aqui ou ali, uma dissonância [13]. Não se notou, logo de início, uma oposição entre Platão, arquiteto político, e Aristóteles, observador das sociedades? [14]. Mas não seria preciso tomá-la neste sentido que só o primeiro teria sido um gênio construtivo, visto que se confiou à direção de Aristóteles a redação das constituições de 158 cidades gregas, trabalho que êle provàvelmente fez executar por seus alunos, sob a sua orientação. Os Sofistas e os Céticos insistem sôbre o valor social da lei (concepção aberta sôbre o aspecto *jussus)*. Epicuro chega mesmo a conceder o primado à vontade, visto que segundo êle "o direito natural repousa sôbre a convenção utilitária de não se prejudicarem mùtuamente" [15]. O mundo grego clássico devia, porém, viver, êle também, em meio a uma ordem encarnada, já que tal é a lei de tôda a sociedade real. O aspecto *jussus*, ignorado no plano da análise do direito, encontra-se agora acolhido pela face da virtude moral da justiça. Para os Antigos [16], a justiça é uma virtude ativa, às vêzes ciência (do *aequum et bonum)* e arte (sua realização). Como tôda virtude, ela é, pois, ao mesmo tempo, inteligente (aspecto *ordo)* e voluntária (aspecto *jussus)* [17].

O mundo inteiro, pelo contrário, rendeu homenagens ao espírito organizador e ao gênio jurídico dos Romanos. A mais ampla obra-prima do direito, senão a primeira, encontrou lá raiz e funcionamento [18]. Não era questão de louvar os juristas entre os filósofos em férias; o direito era consi-

---

(11) *Crisipo* (cf. Diógenes Laércio, VII, 1,128).

(12) Félix Senn cita nesse sentido os Pitagóricos, Sócrates, Platão, Aristóteles, e os latinos (F. SENN, *De la justice et du droit*, pág. 29 s.).

(13) W. JAEGER, *Eloge de la Loi, L'origine de la philosophie légale et les Grecs*, in *Lettres d'humanité*, VIII (1948) 5-42.

(14) P. JANET, *Histoire de la science politique dans ses rapports avec la morale*, t. 1, pág. 229s.

(15) O pensamento de Epicuro será retomado por Horácio: *Nec natura potest justo secernere iniquum* (Satiras, I, 3,113).

(16) Tanto os Pitagóricos como os Estóicos.

(17) Mais exatamente, ela é *logos* (ratio), *dinamis* (facultas), e *proaïrésis, bõulèsis* (voluntas); veja-se muito especialmente a opinião dos Pitagóricos.

(18) H. BERR, *En marge de l'histoire universelle*, pág. 249; o mesmo, Introdução a *Rome et l'organization du droit*, de J. Declareuil, p. IX.

derado como arte própria e uma nobre ciência autônoma, exigindo uma especialização técnica e reclamando qualidades adequadas. Parecia-se reencontrar, em dinamismo, o que se perdia em especulação: não é por puro acaso que o anagrama de ROMA é AMOR. Nêste contexto nasceu o direito, "o maior que existira até o presente e que, por duas vêzes, impôs-se ao mundo" [19]. A *sabedoria* deixou de designar a mais alta atividade filosófica; ela representa, daí por diante, a *prudentia*, isto é, a *jurisprudentia* [20].

Realmente, se o pensamento e a vida dos gregos colocavam-se, espontâneamente, sob o signo da intelecção, o mundo romano manifesta também, nìtidamente, seu pendor pelo voluntarismo jurídico. É todo o direito romano que se acha calcado nisto e que se poderia analisar a esta luz. Observemos, por exemplo, as teorias do *imperium* ou da *auctoritas*, todo o edifício familiar centralizado no *paterfamilias*, ou, ainda, as implicações do formalismo, principalmente no direito contratual e no processual. Entretanto, seja por causa da influência grega, seja por causa do sadio realismo dêste povo, não se pode afirmar que o ponto de vista voluntarista tenha sido o exclusivo no direito romano.

Ninguém duvida que Oswald Splenger não tenha em vista esta diferença dos temperamentos quando êle opõe o Apolíneo ao Fáustico [21]. O primeiro quer a ordenação de uma vez por tôdas dentro da harmonia; o segundo aceita o duro combate da História e aí encontra, como que por acréscimo, a ocasião de um progresso na consciência [22].

II — *Destino histórico da dupla herança — grega e romana*

Estas duas correntes descem, ao longo dos séculos, através de herdeiros mais ou menos fiéis [23]. "Os Latinos chamavam ao direito "*jus*", de "*jubere*", para indicar a origem social do reconhecimento do direito por meio da autoridade.

(19) H. ROMMEN, *Le droit naturel*, pág. 45.

(20) Mesmo entre os árabes, onde a *sabedoria, fiqh*, refere-se de início à emprêsa jurídica do *Corão*.

(21) O. SPENGLER, *A decadência do Ocidente*.

(22) Cf. R. BENEDICT, *Echantillons de civilizations*, éd. fr. pág. 65.

(23) A respito da história da lei enquanto *ordo* e enquanto *jussus*, injustamente separadas, pode-se consultar: T. E. Davitt, *The Nature of Law*, St. Louis, 1951. Na linha das doutrinas voluntaristas citamos: Henrique de Gand, Escoto, Ockham, Biel, Alfonso de Castro, Suarez; na linha das doutrinas de tendência intelectualista: Alberto Magno, Caietano, Domingos Soto, Medina, Belarmino.

Nós dizemos *direito* e tiramos a palavra da idéia de retidão: "é justo o que é racional" — observa um sociólogo contemporâneo [24]. Aquilo que havia surgido naturalmente do gênio da raça, na antiguidade, foi muitas vêzes sistematizado, em seguida, de um modo lamentável. De um lado, a corrente *ordo*, acantonando-se na herança intelectualista, desconhecia o fato da especificidade do direito, negligenciando o aparêlho executivo e as sanções eficazes. Despido de todo o dinamismo eficiente, o direito tornara-se a lei, em si, das naturezas ou essências; assim nasceu certo direito natural. Enquanto se quis tratar do direito nos moldes do pensamento grego, nos termos de uma filosofia essencialista, costearam-se os perigos de semelhante irrealismo. Observou-se que foi a própria multiplicidade dos direitos positivos que conduziu os pensadores gregos a concluir pela existência de um direito natural [25]; vê-se, por aí, que, pouco à vontade sôbre o terreno dos direitos positivos, êles fugiram para o plano do direito natural; sem se aperceberem de que se arriscavam a transformar o problema jurídico num problema puramente intelectual. De um modo mais geral, partir da filosofia para analisar o direito é expôr-se a não ver senão o direito-*ordo*, porque o acento será pôsto quase que inevitàvelmente sôbre êste aspecto da obrigação ou da organização que descobre a filosofia [26]. Era suficiente para os Helenos possuir o gênio filosófico; o gênio do direito encontrava-se alhures.

Êle estava entre os Romanos. Entretanto, os herdeiros do mundo latino, se compreenderam que a lei eficiente refletia um dos aspectos da condição do direito sôbre a terra, frequentemente propuseram uma sistematização que truncava ainda o direito, para dirigir-se, com efeito, a erros mais perigosos do que certos sonhos do direito natutral. Por intermédio dos legistas e dos canonistas da alta idade-média, uma escolástica má herdou êste ponto de vista do *jussus*, mas edurecendo-o. O próprio Molina, em referência à noção de direito, rompe com a tradição da qual êle provém e prepara a outros a oportunidade de fundar um sistema jurídico, individualista e voluntarista, que será o de um certo liberalismo [27]. Mas o grande teórico do voluntarismo, ou pelo

---

(24) L. STURZO, *Essai de Sociologie*, trad. francêsa, pág. 178.

(25) P. GREGOIRE, *Revue des Sciences Philosophiques et théologiques*, 1950, pág. 284.

(26) J. MARITAIN: "L'obligation est liée à la valeur", em *Neuf Leçons sur les notions premères de la Philosophie morale*, pág. 157.

(27) ARTURO CUEVILLAS, *Luiz de Molina: el creador de la idea del derecho como facultad*, na *Revista de Estudios Políticos* (Madrid) 75 (1954) pág. 103-115.

menos seu mais importante iniciador, permanece Suarez. Para êle, o direito é o conteúdo da lei, e a lei, a expressão de uma vontade determinante. "A lei é um ato de vontade justa e reta, pela qual o legislador quer obrigar seus subordinados" (28). A fôrça obrigatória do direito encontra, então, aqui, sua fonte numa pura vontade. O poder público é o domínio de uma vontade que comanda e o direito a expressão dêste querer (29). O direito internacional não se pode constituir senão aceitando, como ponto de partida, a soberania absoluta de cada Estado. Êste voluntarismo estatal não suportará outros freios a não ser aquêles aceitos sob a forma de tratados, estando entendido que o costume pode constituir um tratado tácito. Assim se esboça uma doutrina de equilíbrio das fôrças onde se adivinha o lugar maior da diplomacia. Os defensores desta doutrina, como Pufendorf, no século XVIII, depois de terem aceito a existência de um estado natural anterior ao estado de sociedade, reúnem-se, no plano do direito nacional, numa teoria onde o contrato domina para dar nascimento a um equilíbrio do qual a vontade do soberano, depositária do poder civil, constitui o elemento primordial.

Georges Gurvitch mostrou até que ponto Kelsen é o herdeiro de um tal voluntarismo jurídico (30). Na "Staatslehre" de Kelsen, o direito é rigorosamente o produto do Estado, enquanto a função do Estado é a de fazer o direito. Tôda a ordem Jurídica, portanto, é essencialmente estatal. O voluntarismo, desprendido de tôda a exigência objetiva do bem comum, vem a se constituir num subjetivismo exagerado que abre as portas para as doutrinas totalitárias. Não há nenhuma necessidade de pormenorizar, aqui, tôdas as teorias do absolutismo estatal, sob qualquer forma que êste se apresente.

---

(28) SUAREZ, *De Legibus* I, 5,24; E. JOMBART, *Le volontarisme de la loi d'aprés Suarez*, in *Nouvelle Revue Théologique* 59 (1932) pág. 34-38; R. W. NULLIGAN, *A note in Law*, no *The New Scholasticism* (Washington) 20 (1946), pág. 258-286; J. S. GUANDIQUE, *Nociòn de ley; Doctrina de Francisco Suarez*, in *Acta del Primer Congresso National de Filosofia* (Argentina) 1949, t. 2, pág. 1293.

(29) "Suarez escolheu a concepção voluntarista, mais formalista... A *causa obligans*, a causa própria e a razão da obrigação, é o ato de vontade pelo qual o superior quer obrigar o inferior a fazer tal ato. O fundamento da obrigação está na vontade, e a fôrça obrigatória é uma fôrça de vontade". J. T. DELOS, *La societé internationale et les principes du droit public*, pág. 232 (cf. Suarez, *De Legibus* I, 5, 24).

(30) G. GURVITCH, *Le temps présent et l'idée du droit social*, pág. 154.

III — *Pressupostos filosóficos das duas concepções do direito*

Consideramos cada uma das posições extremas. A concepção do direito-*ordo* corresponde a uma posição de espírito da filosofia essencialista e desencarnada. O direito é, aí, a ordem do mundo, ou de um de seus aspectos. Concebida como uma coisa-em-si, esta ordem se apresenta como absoluta; por pouco ela seria distanciável ou distanciada à maneira das Idéias separadas de Platão. A sociedade jurídica deve, portanto, tender a realizar esta ordem. Em outros termos, o direito define-se, filosóficamente, como a forma imanente da sociedade. A lei é a expressão desta ordem estática; ela visa concretizar o ajustamento dos indivíduos uns aos outros, segundo o plano vislumbrado. Tem-se aí uma visão intelectualista do direito cujo ponto de referência é extrínseco: o objeto é a medida do direito.

A concepção oposta do direito-*jussus* corresponde a uma posição de espírito muito mais pragmática; o acento não mais é pôsto sôbre a ordenação, mas sôbre o imperativo jurídico. A fonte do direito não mais deve ser procurada numa ordem do mundo, mas no poder de uma vontade (individual ou social) que assume a função de poder público. Quando a primeira concepção era *metafìsicamente extrinsecista* (a regra suprema é tomada fora do sujeito, no objeto) e *psicològicamente intrinsecista* (visão de uma ordem das coisas na imanência da inteligência), a segunda é *metafìsicamente intrinsecista* (a regra suprema é tomada na fonte de um subjetivismo voluntarista) e *psicològicamente extrinsecista* (submissão à autoridade). Chega-se aqui a consagrar a soberania absoluta do Estado, sob um ou outro dos tipos de totalitarismo. Esta teoria acolhe largamente a realidade do movimento e, portanto, do vir-a-ser, que ela sistematiza de boa vontade em historicismo linear (tema do progresso jurídico correspondente ao progresso científico e técnico), em historicismo cíclico (incluindo o determinismo mais rigoroso), ou em historicismo dialético (o pensamento marxista exprime a forma mais aperfeiçoada desta tendência). O acolhimento da história acarreta o reconhecimento dos dois elementos implicados no movimento, o do móvel e o do tempo psicológico. Quem diz móvel diz corpo material: se o direito-*ordo* se orienta quase que exclusivamente para a forma, o direito-*jussus* mantém constantemente sob suas vistas a matéria [31]. Em face à pura inteligibilidade da

(31) Vê-se em que sentido tomamos aqui a matéria-forma; em outro sentido, pode-se dizer que a *ordo* constitui a matéria do direito e o *jussus* sua forma.

forma, nasce, portanto, em oposição, o princípio de uma radical ininteligibilidade.

Cada uma destas concepções supõe certas opções bem definidas. A adoção exclusiva da noção direito-*ordo* refletiria uma preterição pelo menos parcial da dimensão histórica. Tôda visão puramente intelectual tende, com efeito, a abstrair-se pura e simplesmente do vir-a-ser. Ora, se o direito pode ser considerado como a *forma* da sociedade política, êle está necessàriamente ligado ao vir-a-ser. Na sua positividade histórica, o direito traduz uma certa ordem (ordo 1) em tensão ou em movimento para uma ordem um pouco diferente (ordo 2), sob o impulso do *jussus*. O postulado de certos direitos naturais é de colocar no absoluto uma ordem em si. Uma penetração mais profunda das implicações filosóficas da concepção estática obriga a investigar se ela não tende à univocidade do ser. Enquanto o ser do direito deveria ser procurado na categoria *relação*, a concepção examinada tende a fazer do direito uma espécie de natureza; a obra jurídica consistiria em descobrir a essência do direito afim de informar com ela a matéria social. Todo o vir-a-ser jurídico limitar-se-ia à passagem da potência ao ato em referência à visão de uma *ordo* definitivamente fixada nela mesma.

A adoção muito exclusiva da noção de direito-*jussus* chegaria à aceitação de um movimento sem móvel [32], de uma vida sem estrutura, de um vir-a-ser em estado puro [33]. Achar-nos-íamos, portanto, diante de uma vontade inteiramente mestra de si: é bem assim que os teóricos do absolutismo social [34] conceberam a vontade da Pessoa-Estatal, à frente da ordem jurídica. Observemos a enorme influência que exerceu a êste respeito J. J. Rousseau sôbre o pensamento jurídico-político moderno. Êle tantas vêzes dependendo de seu tempo e de seus predecessores (principalmente os doutrinários da Escola do direito natural), contradiz radicalmente os juristas racionalistas sôbre o ponto que nos ocupa. Êstes caiam no intelectualismo sem comedimento; em face desta simplificação centrada sôbre a *ordo*, Rousseau afirma de dois modos a primazia do *jussus*. De um lado, êle crê que a sociedade e o direito não são obra de Deus,

(32) Reconhece-se a afinidade desta posição com o bergsonismo.
(33) Haveria uma aproximação interessante a fazer entre a primeira tendência e Parmênides; entre a segunda e Heráclito.
(34) Desde J. J. Rousseau e Hegel até os teóricos dos totalitarismos.

autor da natureza, mas que resultam da vontade humana [35]. Êle professa, por outro lado, que para agir é preciso um impulso e um sentimento: a sensibilidade (é preciso entender por isso o acesso a todo o mundo do apetite, até o voluntário) desempenha para êle um papel enorme na vida moral e com o seu poder não enfraqueceu o sujeito do direito [36].

Estas duas concepções sublinham a ambiguidade de certas palavras. Nós assinalamos no início que *ordem* significa seja uma *disposição racional* das coisas, supondo uma pluralidade de termos, um princípio de organização e certos tipos de relações definidas, *seja o comando que emana da vontade* de uma autoridade. Esta dualidade de sentidos encontra-se muito bem nas palavras *ordenar* e *ordenança. Lei* significa seja uma relação determinada, verificada entre certos elementos (lei científica, expressa pelo modo indicativo), seja o comando que emana da vontade de uma autoridade *(imperium* do direito romano e seus legistas; esta lei é expressa pelo modo imperativo) [37]. *Bem social* significa para a primeira concepção o objeto de uma apreensão inteligível, para a segunda o resultado da obediência à autoridade, porque há necessàriamente adequação entre a vontade real do ser social e seu bem. *Absoluto* é tomado por uns no sentido de irredutível autonomia do objeto que é e se impõe por si mesmo, quaisquer que sejam nossas ignorâncias, e, por outros, no sentido de ponto de partida último na imanência da pessoa estatal. A *imanência do direito* aos olhos da sociedade, outro ponto notável, é concebida seja como uma forma recebida quase do exterior [38], seja como uma expressão, oriunda necessàriamente do mais íntimo da pessoa social. A *liberdade,* enfim, não é concebível na primeira perspectiva senão como uma adesão consentida ao objeto apreendido inteligìvelmente, enquanto ela se aproximaria, na segunda, da faculdade de que gozaria sem restrição a pessoa social (ou soberano) de escolher entre os diferentes aspectos da alterna-

---

(35) Cf. J. MARITAIN, *Trois réformateurs, Luther, Descartes, Rousseau.*

(36) R. DERATHÉ, *Le rationalisme de J. J. Rousseau,* págs. 91,97 e 107s.

(37) H. Bergson observou êstes dois sentidos de lei: *Les deux sources...,* págs. 4-5.

(38) "Assim concebida, a lei é imanente à sociedade; no sentido de que ela é a sua forma". DELOS, *La société internationale et les principes du droit public,* pág. 163.

tiva [39]. Esta oposição é muito carregada de consequências, mas notemos bem que com ela fazemos menos a história de tal ou qual doutrina do que a filosofia desta história: isto quer dizer que, realmente, as doutrinas professadas aproximam-se normalmente de um ou de outro polo, mais ou menos, sem se confundirem com o esquema-tipo do qual nós perfilamos a sua estrutura.

É possível que certos teóricos do direito tenham, às vêzes, desviado sua doutrina para obedecer a qualquer oportunidade política. Grotius pôde voltar para o lado do voluntarismo a fim de justificar as teorias absolutistas de Jaime I da Inglaterra. Não se poderia em oposição, esquecer que uma concepção teórica do direito se arrisca sempre, a curto ou longo prazo, a se transformar em doutrina de ação política tanto para o bem como para o mal: o voluntarismo ainda todo teórico de Escoto ou de Ockam leva diretamente às concepções pragmáticas do *Leviatã* de Hobbes ou do *Príncipe* de Maquiavel.

Há, porém, algo de melhor a observar sôbre a história das relações da filosofia com o direito. Tenham ou não, os juristas ou os legistas, consciência disto, sua concepção do direito prende-se à sua concepção do homem. Ainda mais; se se remonta à história do pensamento, a divergência origina-se ao nível da concepção que se teve da divindade. A um Deus que é, antes de tudo, Sabedoria, corresponde uma *Lex-ratio;* a um Deus que é, antes de tudo, Senhor do mundo, uma espécie de déspota, corresponde uma *Lex-imperium-voluntatis.* Esta oposição aflora nas discussões havidas na cristandade medieval [40]. Depois da idade média, o debate seculariza-se para gravitar ao nível da antropologia. Os herdeiros da primeira tendência, tenham êles guardado ou não a fé, uniram-se em tôrno do poder da razão de atingir verdadeiramente a natureza das coisas. Êles são fàcilmente metafísicos e crêem numa hierarquia objetiva dos sêres, nas leis inteligíveis e inamovíveis. Pelo contrário, valoriza-se demais o poder da vontade humana na organização do mundo; pretende-se dominar mais de perto o fato contingente, o que acontece efetivamente. Atrás da razão, conserva-se tôda a harmonia do mundo; atrás da *voluntas*, descobrem-se

(39) O mesmo autor mostrou que só a primeira concepção da liberdade é exata (op. cit. pág. 287): o poder de escolha que se encontra efetivamente na vontade deve ser subordinado à inteligência que escolhe a finalidade na adequação do meio considerado.

(40) Por ex. nas *Sumas* de Alexandre de Hales e de Tomás de Aquino; depois, ainda em Vittoria, Berlarmino, Suarez, Vasquez e Soto,

tôdas as pulsões irracionais. Tornamo-nos menos sensíveis aos valôres eternos do que à eficiência das fôrças presentemente reveláveis; a ambição é positivista.

IV — *Dependência do intelectualismo dos gregos do seu desconhecimento da história.*

A importância do *Nomos* (lei) para os gregos em geral e Platão em particular, é um fato conhecido. Sòmente importa o *necessário;* a lei representa-o na vida humana. O *Nomos* é, ao mesmo tempo, a lei, a ordem e a razão; é a inteligência trabalhando na Cidade como na Natureza [41]. Em meio aos afazeres humanos, é simplesmente a civilização [42]. Não se ignora, porém, que a lei humana se forma num compromisso de diversas tendências; ela é reformável tanto quanto está em perpétuo ajuste [43]; não nos enganemos a êste respeito, esta flexibilidade não se atém senão à imperfeição de nossa aproximação do justo-em-si. Ao reconhecer que a formação do direito se insere, entre os gregos, numa história, não fazemos senão sublinhar intensamente a emergência do direito-constituído num absoluto trans-histórico. Sua essência não é a de ser um acôrdo da razão com o justo? A aliança da lei com a ordem encontra seu princípio na dependência da lei em vista da razão [44]. Assim, lei e natureza encontram-se firmemente unidas na razão.

Adivinha-se agora o "processus" suscetível de levar à idéia de um puro direito-*ordo.* Começa-se por não ver no direito senão um dos aspectos do problema moral, não suspeitando jamais de sua especificidade [45], ou melhor, ainda só se encontra aí uma das tonalidades do eterno problema filosófico da *ordem.* Pergunta-se, na verdade, se a ordem supõe ainda problemas, desde que é a harmonia que

---

(41) A. J. FESTUGIÈRE, *Contemplation et vie contemplative selon Platon,* págs. 426-428.

(42) A. J. FESTUGIÈRE, *Liberté et civilisation chez les grecs,* pág. 81; do mesmo autor, *Communauté et cité grecque,* in *Communauté et histoire,* 1942, pág. 10s.

(43) ARISTÓTELES, *Política* II, 5, 1268*b* e 31*s*.

(44) PLATÃO, *Leis* IV 713*e* -714*e*;Aristóteles, *Política* III, 16, 1287*a* 32.

(45) "Os gregos, a cujo espírito era próprio conduzir tôda atividade do pensamento a uma técnica, isto é, de fazer dela o objeto de uma ciência... não produziram nenhum verdadeiro monumento de jurisprudência. O direito permaneceu, na Grécia, na dependência da retórica e da moral; mesmo o direito civil não constituiu uma disciplina à parte". J. Declareuil, *Rome et l'organisation du droit,* pág. 8.

deve acumular tôda a inquietação solicitando sòmente o olhar desinteressado. A ordem é a chave do estetismo e a moral grega não cessou de ser ameaçada pelo estetismo. A ordem, aí, é menos lei de ação para o amanhã do que verdade intemporal a descobrir apesar do tempo. Tôda arte esconde seu número áureo e o jôgo do homem é arrancar êste segrêdo do cosmos, a fim de reconstruir tôdas as coisas na beleza e no respeito das devidas proporções. O direito é uma das musas que devem entrar na dansa.

A regra de ouro do belo não é, ela mesma, senão um aspecto da Verdade trans-histórica. Como, portanto, se caracteriza com justeza esta verdade a arrancar do mundo? É nas origens do pensamento grego que o espírito humano percebeu os dados filosóficos sôbre os quais repousa a convicção tocando a verdade imutável, transcendente e intemporal: de onde a metáfora do olhar propenso à ordem que representa esta verdade. "Não é esta metáfora do olhar que se encontraria no fundo da noética platônica, como de tôda a filosofia grega clássica? É acaso espantoso que, desde então, inevitàvelmente, o objeto da apreensão intelectual, dotada de caracteres de imutabilidade, de necessidade, até mesmo de intemporalidade, encontre-se projetado num mundo inteligível, onde nossa inteligência é chamada a contemplar, esclarecida por uma luz especial, exatamente da mesma maneira que os olhos, iluminados pela luz do sol, contemplam os objetos da natureza ou as obras produzidas pelo homem?" [46]. A ordem constitui a alma desta verdade imóvel. Se existe, em consequência, uma verdade objetiva, uma ordem em si, o direito dela participa: já nascem os primeiros princípios do direito natural. Mas o direito que é *ordem,* que é *verdade,* é também *justiça.* Vejamos como.

A idéia de ordem, que comanda o universo do pensamento, enquanto a justiça regula a harmonia da cidade, encontrou em Platão seu apologista mais fervoroso: êle se tornou não sòmente o seu filósofo, mas também o seu poeta e místico. Ação e contemplação, direito e pensamento, organização e sabedoria, moral e política, encontram-se inseridas na mesma noção de *ordem* ou de *justiça,* e quase que identificadas com o fim do homem. "Se a justiça individual é essencialmente a obra do intelecto que contempla o Bem em si para traçar-lhe a imagem no interior da alma, a justiça coletiva será a obra dos sábios contemplativos que modela-

---

(46) L. B. GEIGER, *Métaphysique et relativité historique,* in *Revue de Métaphysique et Morale,* vol. 57 (1952) pág. 395.

rão a cidade conforme o exemplar que viram" [47]. Estas últimas palavras fazem-nos, finalmente, entrever um fato capital: o legislador humano que edita o direito positivo *viu* nas Idéias eternas o arquétipo daquilo que êle deve "estabelecer". A doutrina da *teoria* platônica encerra, em germe, a doutrina do direito natural, causa exemplar ou arquétipo do direito positivo. "Nenhum meio de reformar a si mesmo e a cidade se não o tomamos do modêlo de uma ordem fixa que seja exterior a nós..." afirma Festugière [48].

Não se tomou bastante cuidado com a herança platonizante de certas teorias jusnaturalistas. De seu lado, Plotino falará da ação como de um enfraquecimento da contemplação [49]. Platão é o primeiro de uma numerosa posteridade. Ortodoxos ou não, aqueles aos quais êle influenciou ou guiou são legiões; êle inspirou até seus opositores mais ferozes. Não é preciso hesitar para reconhecer no próprio Hegel a filosofia que nos tempos modernos reatou mais fortemente os cordões do velho sonho platônico [50].

Se passarmos ao mundo de Aristóteles, podemos verificar um transtôrno profundo? Nas respostas trazidas, certamente: menos do que se pensa, na problemática, que se mantém grega. Aristóteles não se libertou de uma faculdade voluntária, pròpriamente falando. Êle não conhecia senão um *desejo*, não incluido na sua natureza de ser racional. O dinamismo do (ser) vivente é definido por êle como a existência de um princípio interno de movimento, fator de espontaneidade; mas para revelar a intervenção voluntária que encerra o julgamente prático (que comanda tanto a ação moral quanto a ação jurídica) seria necessário discernir uma potência voluntária, o que não fêz Aristóteles. Sua filosofia da história, e portanto a de tôda ação humana, principalmente a da atividade jurídica, está por isso singularmente comprometida.

Êste não é sòmente o objetivo do filósofo, é também o do legislador que, para desviar-se dos enganos do mundo, passa a descobrir ao olhar intelectual a ordem ideal, objeto de contemplação, eventualmente de aplicação. O essencial do pensamento grego está reunido neste ponto

---

(47) A. J. FESTUGIÈRE, *Contemplation et vie contemplative selon Platon*, Vrin, 1936.

(48) Id. pág. 451 (mesma idéia: id. pág. 432s).

(49) *Ennéades* III, 8, 4.

(50) H. NIEL, *De la médiation dans la philosophie de Hegel*, pág. 255.

nevrálgico [51]. Bergson chegou até a pretender que os Gregos prefeririam fazer injustiça aos fenômenos históricos antes que pôr em dúvida a validade da razão [52]. Um programa assim é perfeitamente estranho a tôda a dialética pròpriamente temporal: a história permanece a grande desconhecida [53]. Não parece haver, aí, lugar para outra aventura a não ser a da razão na sua descoberta progressiva do ser. Não faltou aos gregos sòmente uma filosofia da história; fêz-lhes falta até a noção de história pròpriamente dita. Diante disso, pergunta-se se a ausência, em seu pensamento, de uma noção válida de história é a consequência de seu desconhecimento do conteúdo da temporalidade, ou se, pelo contrário, a riqueza do vir-a-ser lhes escapou desprovida de noções adequadas. A do *sentido da história* figura entre as mais graves lacunas. Entre êles, nem mesmo nos maiores, nem no *Critias* de Platão, nem na *História* de Políbio, se encontra a idéia de uma "significação histórica", ou a idéia de um progresso real engendrado pelos acontecimentos. "O que impediu os gregos, apesar de tão cuidadosos nas coisas humanas, de se representarem a marcha da humanidade como uma marcha para a frente?" — pergunta-se J. Guitton [54]. E responde: "É sobretudo, cremos, na sua negação do tempo que é preciso procurar a chave dêste enigma. De Heráclito e de Pitágoras a Proclo e aos últimos filósofos de Atenas, a doutrina do eterno retôrno pesa sôbre os espíritos. Por isto, a história humana encontra-se em dissolução: Aristóteles não vê nenhum inconveniente no fato de a guerra de Tróia recomeçar indefinidamente. Não existe mais nem antes, nem depois, sendo cada acontecimento, ao mesmo tempo passado e futuro. E como, no interior do ciclo, o tempo histórico permanece um tempo de dissolução, nenhuma relação estável e profunda pode-se estabelecer entre o esfôrço do pensamento individual e a vida da cidade" (ibid.). Se os Gregos empregaram a palavra *história*, o sentido que êles lhe atribuíram difere do nosso. Ora entenderam por isso, como entre os Jônios, a procura filosófica,

---

(51) J. GUITTON, *Le temps et l'eternité chez Plotin et S. Augustin*, pág. 358; E. BARKER, *Greek Political Theories: Plato and his Predecessors*, págs. 242-243.

(52) H. BERGSON, *L'évolution créatrice*, pág. 339.

(53) J. MARITAIN, fala do "univers stationnaire de la science grecque". Cf. *Approches de Dieu*, pág. 52.

(54) J. GUITTON, op. cit., pág. 357.

ora designavam, com esta palavra, com Aristóteles [55] e Políbio [56], a obra literária que expõe uma doutrina [57].

O encadeamento das perspectivas esclarece-se inteiramente. A paixão grega pelo ideal da contemplação filosófica teve por efeito a abstração do tempo da história. A acentuação da noção de verdade objetiva parece ter esvaziado a lei de tôda determinação voluntária [58]. O direito sofreu o inevitável contra-golpe, tornando-se o parente pobre de um pensamento diversamente preocupado. Desde que o exemplo grego permitiu-nos experimentar, num caso particular, a estreiteza dos liames que unem filosofia da história e concepção do direito, não será inútil prolongar nossas observações abrindo-nos ao problema geral das relações entre história e direito.

V — *Relações entre a história e o direito*

Quem contempla a história em seus dados brutos não pode senão ficar surpreendido pela sua ambivalência intrínseca. Não se encontra mesmo, nela, o gênero de necessidade que dá consistência às ciências da natureza pròpriamente ditas. Os fatos desenrolam-se assim; êles poderiam acontecer de outro modo. Esta estrutura da história comporta repercussões para todo o sistema normativo. A encarnação da obrigação no mundo tão complexo da matéria e do vir-a-ser afeta-a com um fator de radical contingência. Um autor do qual não se pode suspeitar que ponha no mundo mais relativismo e contingência racional do que êle tem, escreve: "Como a atividade humana se diversifica de acôrdo com as condições ou preceitos secundários derivados dos primeiros princípios (de uma disciplina normativa) não realizam sua plena eficácia em tôda hipótese, mas, sòmente na maioria dos casos. É bem esta a condição de todo o campo da atividade humana" [59].

---

(55) ARISTÓTELES, *Retórica* I, 4, 8 e 13; *Poética* IX.

(56) POLÍBIO, *Hist.* I, 3.

(57) J. T. SHOTWELL, *An Introdution to the History of History*, Columbia Univ. press, 1922; LABERTHONNIÈRE, *Le réalisme chrétien et l'idéalisme grec.*

(58) Os juristas não deixaram de reparar que a definição jurídica da lei exigia uma referência explícita à ordenação voluntária: De Vareilles-Sommelières, *Les principes fondamentaux du droit*, págs. 1416; Th. Bouquillon, *Theologia moralis fundamentalis, Bruges*, pág. 219.

(59) S. TOMÁS, IV Sentenças, dist. 33, 9.1, a.2

Se tentarmos precisar os elementos pelos quais a contingência histórica se introduz no direito, podemos descobrir três aspectos evolutivos, correspondendo, aliás, a uma contingência de importância variável. O conteúdo do direito provém de elementos fornecidos pela *moral* e pelos *"dados" da vida social* ambiente, que precisam ser elaborados segundo uma perspectiva e uma técnica próprias (a arte jurídica). Em vista destas três origens, aparece o tríplice aspecto "histórico" do direito. Êle reflete, por um lado, uma *tomada de consciência progressiva das exigências morais* da natureza humana. Observemos, em segundo lugar, a *influência permanente dos dados históricos* de tôdas as espécies, fatôres essencialmente variáveis que pesam gravemente sôbre a formação do direito. Assinalemos, enfim, o papel da *liberdade humana,* ao mesmo tempo criadora e serva de certas técnicas, que se estende a tôda a história de nossa espécie e de sua atividade, muito particularmente à história do direito. Êstes três fatôres constituem três fôrças convergentes informando ou deformando o direito no seu feitio histórico.

Existe, entretanto, o intemporal (lei ou valores) tanto em direito como em história; sem o quê a ciência histórica não passaria de um catálogo. Por aí, entendemos que certos valores transcendem o contexto onde êles se encontram encaixados. Êstes elementos trans-históricos, evidentemente em jôgo na animação *moral* do direito, existem, igualmente, ao nível das leis do vir-a-ser social e das normas da arte jurídica.

Diante dêstes dois aspectos (o instável e o permanente, não contraditórios mas complementares) da realidade histórica, só é admissível uma atitude firme sôbre certos princípios, mas flexível e graduada no pormenor. "Acontece, muitas vêzes, que uma disposição legal, cuja observância é útil para o bem público na maior parte dos casos, torna-se extremamente nociva em certas circunstâncias. O legislador, não podendo examinar todos os casos particulares, promulga a lei em função do que se apresenta o mais frequentemente, tendo, por objeto da sua intenção, a utilidade comum. Segue-se daí que, se se apresenta um caso em que a observação de tal lei é prejudicial ao bem estar público, esta lei não deve ser, então, observada" [60].

Imaginemos, também, que o direito é uma parte da história. Tudo aquilo que se pode dizer da história em geral encontra-se, desde então, aplicável ao direito positivo e à sua

(60) *Suma Teológica,* I-II, 9.96, a.6.

vida histórica. Assim, a uma *concepção cíclica* da história (já formada entre os filósofos gregos, muito explícita nas filosofias religiosas da Índia, restituída à luz por J. B. Vico, desenvolvida por Nietzsche sob o tema do eterno retôrno [(61)]), a uma *concepção linear* da história (concepções modernas mais ou menos procedentes do pensamento de Condorcet [(62)], concepções proféticas ou escatológicas, utilizando as noções de Progresso, de Evolução, de Messianismo de tôda espécie...) e a uma *concepção dialética* da história (no quadro hegeliano de uma filosofia do Espírito), correspondem uma concepção cíclica do direito, uma concepção linear do direito e uma concepção hegeliana do direito [(63)]. Detenhamo-nos um instante no exame de cada uma destas três vias.

A *concepção cíclica* do tempo é poèticamente bem esboçada pelo mito do Piloto do Universo, que se encontra na *Política* de Platão: depois de ter abandonado, por algum tempo, o mundo a si mesmo, o Piloto corrige, periòdicamente, a desordem que não deixa de instalar-se no cosmos, e é-lhe preciso restaurar a harmonia primitiva e fundamental. As noções de alternância e de recorrência encontram-se, aliás, já entre os pré-socráticos. Aristóteles, por sua vez, insiste mais claramente sôbre o fato de que a aventura do próprio homem inscreve-se no grande movimento cíclico da história. "Nós devemos pensar que não é uma vez, nem duas, sòmente, mas um número infinito de vêzes, que as mesmas opiniões chegam até nós" lemos no seu *Tratado do Céu*. Alheios ao irracional de uma evolução que implica, lògicamente, num começo e num fim, eventualmente, numa criação e numa

---

(61) Nietzsche acreditava poder oferecer duas provas disso, cujos nervos aqui estão. A quantidade de energia do cosmos sendo limitada, dela não pode nascer senão um homem limitado de combinações possíveis; dentro de um prazo mais ou menos breve uma das conjunturas representar-se-á, então, sôbre a cena dos fatos, carregando fatalmente pela sua própria causalidade tôda a série de situações que já lhe seguiram. Por outro lado, se fôsse possível um fim do mundo, no qual êste encontrasse um estado imóvel de equilíbrio, êle já teria vindo, uma vez que o tempo já nos precedeu de um percurso infinito (Cf. *Heráclito de Éfeso;* CH. ANDLER, *La dernière philosophie de Nietzsche;* A. REY, *Le retour éternel et la philosophie de la physique;* L. LAVELLE, *Le moi et son destin*).

(62) "A perfectibilidade do homem é realmente indefinida; os progressos desta perfectibilidade, já agora independentes de tôda potência que tentaria detê-los, não têm outro têrmo senão a duração do globo onde a natureza nos atirou" (Condorcet).

(63) R. ARON, *Introduction à la philosophie de l'histoire.* Para ser completo êle precisaria ainda assinalar as doutrinas que tomam a história por um puro irracional (Spengler, etc.).

escatologia, os gregos conservaram uma imagem do mundo perfeitamente em harmonia com a noção de direito-*ordo*.

Em todo *messianismo histórico*, o direito terá naturalmente um papel a desempenhar, às vêzes importante. Entretanto, o fim próprio do direito pode não coincidir com o fim mesmo da história. É assim que, desde então, se reconhece, para o sobrenatural, um dado histórico que escapa, pela natureza, ao jugo do jurídico como tal. A finalidade da história sobrepuja a do direito na medida em que a primeira comporta uma dimensão supra-jurídica.

Ao contrário, a história pode escapar ao direito por causa de fôrças infra-jurídicas. Na teoria marxista e nas doutrinas anárquicas, a revolução violenta deve, muitas vêzes, fazer avançar a história à margem do direito ou ao encontro de suas regras estabelecidas. A pura fôrça é, então, considerada um meio mais conveniente, para favorecer a evolução desejada, do que as vias reputadas legais. O fim da história reduz, então, ao silêncio, todo fim estritamente jurídico. A eficiência histórica, orienta para a era messiânica, supera a ordem bastante estável que supõe e impõe o direito.

Apesar do aparente paradoxo desta afirmação, Hegel, o pai do historicismo mais imoderado, situa suas reflexões sôbre a história nos antípodas do lugar onde se pratica a verdadeira história. Seu idealismo permanece numa ordem formal, já que o próprio da história é fazer brilhar esta ordem. À sua maneira, êle herdou o legado grego, cujo desconhecimento da dimensão histórica é notório. Se ocorreu a Platão falar da evolução sócio-política, deve-se considerar em que termos êle o fêz: as instituições dissolvem-se segundo uma lei lógica [(64)]. Se há o indeterminado, êle se encontra menos nas mãos do homem que nas do acaso ou dos deuses: a humanidade pode servir de brinquedo à divindade [(65)]. O homem nem cria nem inventa as essências: êle não saberia senão reconhecê-las; é esta a sua grande aventura. Embora a eternidade se manifeste pela recorrência inesgotável de um ciclo cósmico ou pelo avanço irresistível de uma dialética, as estruturas engajadas são as mesmas: Hegel é filho de Platão. Em tal mundo, nem a liberdade, nem a criação humana, nem a verdadeira história do homem encontra lugar. É preciso escolher: o tempo é o lugar da liberdade humana ou, então, é o da manifestação de uma necessidade formal.

---

(64) PLATÃO, *República*, 546*a*.

(65) PLATÃO, *Leis*, 644*d*; 645*d*; 803*e*; 804*b*.

Entre os grandes intérpretes modernos da história, Toynbee tem seu lugar assinalado por uma visão dialética que transcende a uma finalidade judaico-cristã. A história do mundo, para Toynbee, aparece, a princípio, como uma dialética, a dialética das civilizações. Estas são as reações vitais e sintéticas às conjunturas mesmas em incessante movimento. A história faz-se na luta onde seu único objeto cientìficamente discernível, a civilização, nasce, adapta-se, e morre numa "challenge" insuperável. As vinte e uma civilizações, cuja aparição pode-se registrar, estão mortas ou morrerão em seguida a uma oposição total, em seu seio, entre dois grupos sociais que nenhum bem comum, aceito pelos mesmos, reune de nôvo. Mas, os revezes das civilizações devem levar, no adquirido por sua derrota, a um adiantamento que parece, apesar de tudo, orientado (66).

De um ponto de vista sociológico, as considerações sôbre as relações da história com o direito resumir-se-iam, esquemàticamente, nas duas proposições seguintes: *a história pesa sôbre o estado presente do direito;* e: *o direito contribui para amoldar a história.* Seria normal insistir, aqui, sôbre o primeiro ponto; mas se houvesse a necessidade de apelar a um não-jurista para convencermo-nos da importância histórica dos dados jurídicos, invocaríamos Maurice Blondel para testemunha imparcial: "Um método histórico que, sob o pretexto de nada se afastar das realidades vivas, exclui, como simples resultados abstratos, as codificações artificiais e as teorias dos legistas, cai na mesma falha que uma psicologia para a qual o ato de consciência não é, em relação às suas condições elementares, senão um acréscimo inútil" (67); não se saberia dizê-lo melhor.

CONCLUSÃO

Embora a distinção entre um direito-*ordo* e um direito-*jussus* exija considerações históricas mais do que razões filosóficas, ela nos parece corresponder, nos fatos, a uma evolução certa da noção de direito. Até à época moderna, o direito representava, essencialmente e quase exclusivamente, um equilíbrio, uma ordem estática a manter. Duas palavras resumem seus fins: a justiça e a segurança. Donde o enorme lugar que cabe ao "costume" que conserva mas nunca cria, a não ser tìmidamente e pelo escoamento de um considerá-

(66) A. J. TOYNBEE, *L'histoire: un éssai d'interprétation.*
(67) M. BLONDEL, *L'action,* 1.e édition, pág. 266.

vel lapso de tempo, fora de proporção com a rapidez dos transtornos das estruturas econômicas e políticas que caracterizam o mundo moderno. O espírito do direito é "civilista". O processo desempenha nêle um papel maior; levantam-se barreiras e contrôles, à vista de tôda a modificação no estado jurídico das coisas, num dado momento. Daríamos, de boa vontade, como típica dêste estágio, uma legislação como a que diz respeito na França ao regime dotal. O direito é concebido como um pesado aparêlho de proteção destinado à manutenção de situações adquiridas e da ordem reinante. Seu grande inimigo é a revolução. Como não aproximar êste estágio de uma noção do direito acentuada sôbre a *ordo?*

Hoje, no mundo todo, a revolução forçou o âmbito do direito. Não é mais permitido aos juristas amuarem-se com ela, ignorá-la, pondo-a fora da lei. Tão paradoxal como possa ter parecido desde o comêço, a revolução possui seu lugar na ordem jurídica; todos os tratados de ciência política devem consagrar capítulos aos *govêrnos de fato* e à *teoria das revoluções*. Crê-se menos no valor absoluto daquilo que o tempo consagrou. O costume parece esfumar-se, enquanto que o papel dos *processos de retenção* pelos quais queríamos proteger os fracos obriga a limitar um pouco as mãos dos homens de ação. Daqui para adiante, somos levados, senão a esquecer os fracos, pelo menos a permitir aos indivíduos que dispõem de meios de ação que dêles se sirvam [68]. Sabe-se que, normalmente, todos devem aproveitar-se disso por longo tempo. O que parece nôvo não mais assusta. Procura-se demais fazer *melhor* e o direito constitui um dos instrumentos ao serviço dêste imenso ímpeto de civilização. Fator de justiça e de segurança, o direito toma consciência de ser também meio de progresso, fator do progresso das civilizações. À tradição, o século XVIII opusera a razão; o século XX invoca antes a experiência bem sucedida. O

---

(68) Damos um exemplo. No prefácio a uma obra de direito comercial americano e comparado, J. Hamel, decano da Faculdade de Direito de Paris, escreve assim: "O autor preocupou-se em demonstrar como o acionista francês encontra-se mais protegido do que o americano contra a má gestão dos administradores e contra as decisões abusivas das Assembléias Gerais, se bem que, de acôrdo com sua opinião pessoal, o direito americano das sociedades orienta-se mais para o aperfeiçoamento jurídico da emprêsa moderna do que para a proteção dos dadores de capitais. E, antes de tudo, esta concepção não está em harmonia com as idéias gerais de um país no qual cada indivíduo deve assegurar por si mesmo, pela sua inteligência e sua vontade, a defesa de seus interêsses..." em *Les societés commerciales aux États-Unis d'Amerique. Leur régime juridique*, Hubert Lepargneur, Paris, 1951, págs. VIII — IX.

verdadeiro sêlo do sucesso é, daqui para o futuro, a história que o confere. As modificações das estruturas econômicas obrigam a uma renovação de alguns dos nossos conceitos jurídicos: os valôres do passado não se impõem mais senão pela razão do seu valor intrínseco. O espírito dinâmico do direito tomou a dianteira, êle não é tão verdadeiro pelo fato de comportar um imperativo, como pelo de se encaminhar na direção de uma melhor ordem das coisas. Não há dúvida de que disto resulta uma "politização" do direito, como diz felizmente S. Burdeau [69], para evocar a nova solidariedade entre direito e política.

Na evolução que nos levou a olhar a história e o direito com novos olhos, não duvidamos que Atenas tenha tido seu papel e sua importância, tanto como Roma, em seguida. O exame do caminho percorrido permitiu-nos, sem nos ocultar as vantagens e os inconvenientes dos diferentes sistemas de pensamento, melhor nos situarmos na perspectiva que é atualmente a nossa. Mas é necessário tanto fazer justiça aos fatôres originais, e aos povos que os fizeram nascer, como reconhecer o que êles foram em si mesmos, antes de entrever os frutos dos quais nós lhes somos devedores.

---

(69) G. BURDEAU, *Traité de science politique*, t. 3, pág. 593. Duas páginas adiante, o autor afirma de um modo excelente que "depois de ter integrado a revolução na evolução jurídica de tal sorte que ela se tornasse o seu aspecto mais eficaz, percebeu-se que, se a revolução pudesse ser um instrumento do direito, o direito, por sua vez, poderia ser um instrumento da revolução, que é, também, a título disto que êle justifica a conquista do poder político e que, em definitivo, é próprio da democracia precisamente permitir a revolução pela lei".

POESIA BRASILEIRA EM SITUAÇÃO

Homero Silveira

1922 é data fundamental para a situação da poesia brasileira. Então, os intelectuais brasileiros tomaram consciência do mundo e de sua terra e daí nasceu o Modernismo.

Vivíamos até 1922 à margem do mundo. O Futurismo nascera em 1909 e tinha, portanto, 13 anos e o Brasil desconhecia o Futurismo. Mário de Andrade estréia em 1917 com um livro simbolista — "Há uma gota de sangue em cada poema". Acontece o mesmo com Manuel Bandeira com o seu "Cinza das Horas". Justamente quando Valéry publicou "La Jeune Parque". O Dadaismo é de 1916 e já em 1921 movimento liqüidado. Tinha havido a guerra européia. E mesmo o mais ousado e irrequieto de todos os modernistas — Oswald — que viajara a Europa e conhecera, pessoalmente, muitas figuras de relêvo na vanguarda, encantara-se com Paul Fort cuja coroação como Príncipe dos Poetas o impressionara. Ora, Paul Fort não inovara nada. Fazia poemas em prosa.

O livremetrismo ainda era ousadia em 1922.

Mas houve 1922.

E tomou-se consciência também do Brasil.

O Brasil existia. A data era sintomática porque marcava o centenário de nossa emancipação política. E nasceu o nacionalismo. Ou melhor, recrudesceu. Foi bom. Embora exagerado (houve inflação de sol, papagaio e frutas tropicais em nossa poesia) o movimento verdamarelista sacudiu o marasmo dos inteleletuais cuja poesia tinha emperrado num simbolismo caduco e a prosa vegetava à sombra do "Canaã" de Graça Aranha.

Mário foi considerado poeta futurista e não o era. Mário não adotara as inovações do Futrismo. Não usava "parole in libertà", nem o adjetivo "semafórico", muito menos adotara a filosofia futurista. Futurismo era uma palavra de guerra. Assustava o burguês. E burgueses eram até os estudan-

tes de Direito. Marinetti esteve aqui e recebeu a consagração da vaia.

Anita Malfatti mereceu a propaganda às avessas do Lobato.

E tudo mudou.

Mas que mudou depois de 22?

HOUVE A PESQUISA

Ponhamos de lado as várias interpretações estéticas e políticas que apareceram dessa data em diante e fixemo-nos num ponto essencial — houve a pesquisa. Como bem disse Cassiano Ricardo no número 1 de "Invenção" houve uma revolução da palavra na estrutura do poema. A palavra que Oswaldino Marques judiciosamente afirma que é "a geratriz exclusiva da poesia" ("A seta e o alvo") pois muito bem sabemos todos nós que a palavra é que caracteriza o poema como poema e não o verso nem muito menos a rima ou a distribuição de versos ou rimas em poemas de forma-fixa como até hoje teimam certos megatérios da crítica e da própria poesia, a palavra era relegada a segundo plano, perdendo-se nossos vates (eram "vates" ou "beletristas" os que faziam poemas naqueles tempos...) com a metrificação e a procura das rimas ricas e quejandos. Era a fôrma que dominava nossa poesia e não a forma, que é legítima. O próprio sentido de musicalidade se perdia. Mário afirmava em "A Escrava que não é Isaura" que a música era rarefação do assunto, mas não música no sentido de combinação de sons (para ficarmos na definição que nada define dos dicionários escolares). Mas os vates achavam que não era isso e confundiam poesia com música, esquecidos de que são duas artes diferentes. O próprio versolivrismo era condenado por Mário que via nisso apenas uma desritimação dos nossos vates ignorantes da arte poética e que confundiam totalmente as coisas. (E isto logo depois de 22, o que é mais grave). A revolução da palavra, entretanto, vinha de longe. Para não recuarmos demais, topamos com sua desarticulação e a sua estrutura flúida no Simbolismo. A sua situação semântica posta em relêvo. E a participação que ela desempenhava no âmago do pensamento poético de cada um, revalorizada ou obscurecida, dizendo mais do que os dicionários registravam, tomando corpo sòzinha como coisa ou tornando-se independente da coisa a que se refere — libertando-se enfim. Incor-

pora-se à palavra a página em branco. (Mallarmé). Depois torna-se figura em Apollinaire. E nêsse passo acaba ideograma em Pound, atomização em Cummings. Depois os progressos da ciência — a física nuclear, a cibernética, a automação, etc. — integram a palavra no momento em que ela vive. MARAVILHA (para nos valermos de um exemplo de Cassiano Ricardo) torna-se MAR, AVE e ILHA. Ou em sentido opôsto, somando-se teremos ETERNULLITÉ que deriva de ETERNITÉ + NULLITÉ (Laforgue). Drummond já fez RUSSAMERICANENGLISH assim como Joyce a sua montagem SILVAMOONLAKE.

Com pouco mais de 40 anos de Modernismo chegamos a um ponto em que não se pode prescindir do exame dessa pesquisa que hoje toma corpo e se espraia completamente no "Concretismo".

Antes de 1922 um poeta extrovertido — Martins Fontes — criara coisas singulares: GUANABARIL, GUANABARESCA, FOTOFULGURAL, VERMELHUSCANTE, FOTOELETRIZA, etc., que não são todo o poeta, mas anunciam uma novidade que só em nossos dias tem sido melhor praticada. E em pleno Simbolismo Kilkerry e Sousândrade (que merecem mais detido exame) são figuras que renovam a poesia e lhe dão maior densidade. Ambos passaram inteiramente desconhecidos, dando lugar aos sonetistas e metrificadores do tempo. Embora já fosse de Mallarmé aquilo: "a obra poética implica o desaparecimento elocutório do poeta, que cede a iniciativa às palavras". E o velho Sainte-Beuve já tinha dito (citado em Carlo Bo *in* "Corrente") que a gente quer, de agora em diante, que a poesia esteja no leitor quase tanto quanto no autor.

OSWALD

22 revelou a maior figura da revolução modernista — Oswald de Andrade: o incentivador, o descobridor, o criador, o arreliento. Oswald, "um homem que fez da vida romance e poesia e da poesia um apêndice da vida", como diria Antônio Cândido.

Oswald tem um programa que se resume em:

a) libertação do pedantismo da cultura;

b) expressão da "alegria da ignorância que se descobre";

c) volta ao que é bárbaro e nosso (primitivismo, antropofagia, pau-brasil)

EU QUERO FAZER UM POEMA
RACHADO E SENTIMENTAL
COMO AS BANDAS DE MÚSICA
DO MEU PAÍS NATAL.

Sua poesia misto de humor, piada, lirismo, jôgo, ironia, apêlo ao popular (Sérgio Milliet) é um grito de rebate no panorama de nossas letras. Não é à tôa que os "concretistas" o apontam como pioneiro do seu movimento, com o "poema-minuto" (que, aliás, outros modernistas também praticaram, conforme depõe Cassiano). Diziam-no incapás de fazer versos o que não é verdade. Oswald mesmo reconhecia o ritmo próprio de seus poemas. O que Oswald preanunciava era a morte do verso, agora decretada, definitivamente, com o linossigno de Cassiano.

Os processos de composição também mereceram reexame logo depois de 22. E é justo salientar aqui a contribuição de Cassiano Ricardo, até hoje válida. Já o poema acústico-visual estava nas cogitações do grande poeta de "Martim Cererê". Estava no poema "A dança do tangará" e já em 1947 nos "Poemas Murais".

E "Serenata Sintética" é típico:

RUA
TORTA
LUA
MORTA
TUA
PORTA

Em "João Torto e a Fábula" e em "O Arranhacéu de vidro" o poeta demonstrou nítido pendor pela forma ideogrâmica, o que, é justo que se refira, já vinha de mais longe só que a ideogramação era na época a tupí-guaraní e não a chinêsa dos "concretistas".

RENOVAÇÕES MODERNISTAS

Mas não era só isso que o Modernismo trouxe como renovação. Trouxe mais:

a) o simultaneismo;

b) o apêlo à velocidade;

c) a procura das soluções de espaço-tempo;

d) o ideogrâma indígena;

e) a palavra-metáfora (Bopp e Mário de Andrade);

f) o esfôrço pela autonomia lingüística;

g) a espacialidade no poema;

h) a fisiognomia gráfica.

Sôbre êstes dois últimos aspectos há sugestões de Manuel Bandeira e Luis Aranha muito curiosas e já encontrávamos aquêle

S U S P E N S A

de Jorge Fernandes

Muitas destas conquistas vinham do Futurismo. Mas outras ultrapassaram-no. Resultado de uma combinação de esforços para a consecução de um fim que era, em suma, a reformulação da poesia, pondo-a de acôrdo com o seu tempo, o Modernismo implantou a final novas idéias e novos conceitos que só têm feito evoluir. Cassiano não admite nenhum posmodernismo. Para êle o que se verifica hoje é ainda uma continuação do Modernismo. Mesmo o que se viu em 45 nessa famigerada "geração" que nunca houve, é ainda e sempre uma continuação de 22, embora, em parte em forma de recuo, dando-se então maior ênfase ao verso em detrimento da poesia, quando o contrário é que se verificava em 22. E hoje o que se procura é a morte definitiva do verso. A autonomia do poema.

JOÃO CABRAL DE MELO NETO

Não se pode falar em 45 sem citar João Cabral de Melo Neto, o poeta que ficou de tôda a famosa "geração" que nunca houve. Aquele Valéry, que passara despercebido dos seus contemporâneos brasileiros é quem vai informar o poeta de "O Engenheiro".

Valéry nega à poesia qualquer finalidade, é sabido. Tôda pesquisa a respeito dos fins da poesia é vã: um dos caracteres da arte é ser gratuita. "Il n'y a pas de fin", proclama Valéry. A poesia é um jôgo e um rito. Quem diz rito diz disciplina, constrangimento. Assim deve ser a poesia — uma disciplina mental.

Em "Lettre sur Mallarmé": — o valor da poesia não está no poema acabado mas na sua fabricação. O poeta deve se entregar ao poema como a um "exercício". Pelo "exercício" o poeta chegará a compreender o "funcionamento do seu espírito". Por isso o poeta deve criar em plena consciência. A inspiração para Valéry não deve desempenhar nenhum papel na criação poética.

Para Valéry os três elementos da criação poética são:

a) disciplina;

b) plena consciência intelectual;

c) possibilidade de invenção.

Sob êste signo é que aparece e se impõe João Cabral de Melo Neto.

Encontramos no poeta em pauta:

a) poesia de construção (espírito de geometria);

b) verso esquelético obediente às regras de estrutura, "nítido e expressivo" como o quer o poeta (Gestalt);

c) palavra valorizada como um signo expressivo semântico;

d) palavras apoéticas;

e) gôsto pela pesquisa;

f) participação;

g) aproximações com André Masson, Drummond, Picasso. Em outro sentido com Eluard, de Aragon, Max Jacob e os poetas alemães.

Aqui está o seu conceito de poesia ("Psicologia da Composição"):

SAIO DE MEU POEMA
COMO QUEM LAVA AS MÃOS.

. . . .

ESTA FÔLHA BRANCA
ME PRESCREVE O SONHO,
ME INCITA O VERSO
NÍTIDO E PRECISO.

. . . .

NÃO A FORMA ENCONTRADA
COMO UMA CONCHA, PERDIDA
NOS FROUXOS AREAIS COMO
CABÊLOS;

NÃO A FORMA OBTIDA
EM LANCE SANTO OU RARO,
TIRO NAS LEBRES DE VIDRO
DO INVISÍVEL;

MAS A FORMA ATINGIDA
COMO A PONTA DO NOVÊLO
QUE A ATENÇÃO, LENTA,
DESENROLA,

ARANHA; COMO O MAIS EXTREMO
DÊSSE FIO FRÁGIL, QUE SE ROMPE
AO PÊSO, SEMPRE, DAS MÃOS
ENORMES.

Ainda mais expressivo é o seu poema "Anti-ode". Traz o sub-título "Contra a poesia dita profunda". Nêste como em "A lição de Poesia" e "O Poema" encontramos a mesma noção de consciência lúcida e presente, grandes "exercícios", como queria Valéry. Meditar, escolher, pensar, rejeitar são os verbos mais conjugados por êle, como bem o assinalou Sérgio Milliet no seu "Diário Crítico" (volume n.º 6, de 1960). Poesia para poetas, como vê o mesmo crítico. Uma nova dimensão para a nossa poesia. Uma dimensão matemática, que tanto nos falta. Uma preocupação de estrutura. Sem no entanto perder o sentido de participação, fugindo assim ao perigo do apêgo à forma pela forma, como se vê nos seus poe-

mas de 1956 em "Duas Águas", onde lemos "Morte e vida Severina" e "O Rio".

A aceitarmos a "geração de 45", que não houve, justo seria assinalar a geração brasileira "Orfeu", em contraposição à portuguêsa reunida em revista de nome idêntico. Foi em 1948 que alguns poetas de talento rebelaram-se contra o primado dos já velhos de 22. Eram poetas vivenciais, pesquisadores também êles de formas novas e de novos conceitos, marcados pelo elemento ontológico do "ser" e aprofundando suas pesquisas no âmago das coisas mais do que no momento (como tinha sido em 22) portanto menos prêsos ao tempo. São poetas que nascem maduros, embora cronològicamente jovens, estudiosos e muito mais compenetrados de seu "métier" que os anteriores em data, vivendo, como assinala Tristão de Ataíde, sob o signo da disciplina. Entre êles, sem nenhuma preocupação de citá-los todos: Afonso Felix de Souza, Tiago de Melo, José Paulo Moreira da Fonseca, Paulo Mendes de Campos, Antônio Olinto, Ciro Pimentel, Renata Pallottini. São também dessa época, depois separandose nìtidamente, no movimento "concretista", Décio Pignatari, Haroldo e Augusto de Campos, os quais, mais ou menos por êsse tempo, se põem em contacto com Ezra Pound e a poesia renovada francamente vanguardeira dos norte-americanos e alemães. Descobrem Joyce, aprofundam-se em Eliot. Mas antes de examinarmos o "concretismo", assinalemos os poetas de 55, que, mais ou menos dentro da linha dos de 48, trouxeram sua contribuição à poesia brasileira: Dora Vasconcelos, Wladimir Dias Pino, Ferreira Gullar, Mário Chamie (que viria depois a lançar a "Literatura-Praxis"), Homero Homem e tantos mais. A êstes alguns críticos denominam neomodernistas.

O CONCRETISMO

Ao publicarem em 1962 a sua "antiologia noigondres 5", os poetas do grupo "concreto" afirmaram que a data era comemorativa do seu 10.º aniversário e assim fixaram 1952 como o início do movimento. Seus chefes, porém, já tinham livros antes dessa data. Décio Pignatari publicara em 1950 "Carrossel", Augusto de Campos em 1951 lançara "O Rei menos o Reino", Haroldo de Campos estreara em 1950 com "Auto do Possesso". Embora já renovadores, contudo, ainda estavam prêsos ao verso e ao poema como tal. Estribados em Mallarmé, em Pound, em Joyce, nos "Calligrammes" de Apol-

linaire e admitindo como pioneiros nacionais Oswald e João Cabral de Melo Neto — com suas experiências do espaço em branco e os recursos tipográficos como elementos substantivos da composição; o método ideogrâmico de "The Cantos"; "Ulysses" e "Finnegans Wake"; a atomização de palavras de Cummings; as conquistas do Futurismo e do Dadaismo; a fisiognomia de que Apollinaire era mais um objeto de visão do que pròpriamente de realização; "em comprimidos minutos de poesia"; "O Engenheiro", "Teoria da Composição" e "Anti-ode" — romperam, definitivamente, com o poema tradicional e o verso, realizando uma composição inteiramente nova de forma e de fundo, que pretendia, na sua apresentação gráfica, sobretudo na sua estrutura (o Gestaltismo informou poderosamente a situação poemática dos novos poetas), definir, por completo, separando por fim, e claramente, dois gêneros que até então viviam confundidos: a poesia e a prosa. Do "Concretismo" em diante não haveria mais confusão entre poesia e prosa. A autonomia do poema se impunha. E impunha-se a morte do verso. Que verso não é poesia era velho. Mas ainda havia (e há, infelizmente) muita gente que julga ser o verso a estrutura básica do poema e insiste na bolorenta metrificação. E deixa de lado a palavra, que é o essencial. Seria assim "O Concretismo", na expressão dos seus próprios autores — "produto de uma evolução crítica de formas, dando por encerrado o cíclo histórico do verso (unidade rítmico-formal)." A poesia concreta toma conhecimento do "espaço gráfico como agente estrutural, espaço qualificado: estrutura espácio-temporal, em vez de desenvolvimento meramente temporístico-linear, daí a importância do ideograma." Apêlo à comunicação não verbal. Estrutura-conteúdo. Poema como objeto em si e por si mesmo. Eis aí, brevemente, e sem pretensão de exgotar o assunto, os princípios em que se baseiam os renovadores da poesia, desde 1952.

Os "concretistas" assumiram, como é evidente, posição polêmica dentro do contexto poético nacional e até hoje se mantém nessa atitude. O movimento se expandiu e acumulou adeptos, tendo já várias publicações; alguns de seus poetas traduziram, aliás com grande mestria, Pound, Cummings e Joyce.

A esta altura dos acontecimentos, é menos importante discutir-se a validez ou não da problemática "concretista" do que assinalar-se a sua presença histórica na literatura brasileira. Já muitos críticos a favor e contra se manifestaram e a questão aí está para ser examinada em profundidade. O

certo é que, desde 52 a poesia brasileira sofreu um impacto, que podemos considerar como o maior de tôda a nossa história, mesmo porque, pela primeira vez, exportámos poesia. O Japão e a Alemanha tomaram conhecimento do movimento e nesta data assinalamos poetas de ambos os países fazendo "concretismo" na linha brasileira de Pignatari e Campos. Não nos anima nenhum complexo colonialista, mas a verdade é que, até agora, o Brasil só exportava mesmo era café...

Colocando o Brasil na órbita da poesia mundial e tomando consciência das tremendas modificações técnicas, políticas, econômicas, científicas dêsse mesmo mundo (do qual sempre vivemos estèticamente divorciados, apenas aceitando as velharias que nos chegavam atrasadas da França) os "concretistas" prestaram um serviço imenso à nossa cultura, colocando o cinema dentro da poesia, a cibernética e tôdas as conquistas da tecnologia moderna, a eletrônica, a fonética, a matemática e a física nuclear em dia. Tais conquistas eram adstritas (quando o eram) aos ambientes técnicos ou hermèticamente universitários do país. Levaram-na para a poesia. Puseram a inteligência brasileira a par do que em outras terras e há muito tempo os moços já conheciam e praticavam. É assim um movimento de franca desinibição de nossos complexos mulatos e caipiras. Os pecados que tenha são compensados pelo benefício que nos prestou, indiscutìvelmente.

LITERATURA-PRAXIS

Outro movimento mais recente merece nossa atenção: é o chamado de "Literatura-Praxis", instaurado pràticamente por um só autor: o poeta Mário Chamie. Vinha Mário Chamie praticando desde 1955 com "Espaço Inaugural" uma poesia renovadora sobretudo na técnica e no emprêgo das palavras a que dava um cunho diferente. Impressionado com a poesia de Oskar Loerke, Chamie aproximou-se cada vez mais (segundo seu próprio depoimento) "daquela contenção das palavras que denomina espaciais, únicas capazes de surpreender e delimitar o objeto do poema", o que se lê no prefácio do seu livro "Os Rodízios", de autoria de Milton de Godoy Campos. Elimina o poeta todos os acessórios vocabulares, procurando sempre o essencial. "A palavra exata, a temática nova, a linguagem inventiva, a riqueza rítmica", continuaram nos demais trabalhos seus tais como "O Lugar", "Os Rodízios", até culminar em "Lavra-Lavra" (1962) quan-

do instaura a "Literatura-Praxis", longamente explanada num posfácio à obra, em forma de manifesto-didático.

Não pretendemos expor aqui o que representa a "Literatura-Praxis". Melhor seria a divulgação do manifesto-didático já citado. Em breves palavras: é um movimento de instauração crítica e criativa, conforme seu autor (vide a revista "Praxis", número 1, de 62). E visa, antes de tudo, estabelecer o conflito entre literatura literária x literatura-praxis; cultura popular x cultura livresca; consciência de leitura x consciência de autor; radicalismo reformista x radicalismo revolucionário; integração x participação. A área do conflito seria o nosso país. Tal literatura elimina o complexo colonialista, procurando informar sua experiência nos âmbitos brasileiros, dentro dos problemas (os estéticos, inclusive) também nacionais. Essa cultura teria base popular. A "Literatura-Praxis" toma conhecimento das conquistas do mundo moderno, utilizando-as, mas de maneira diferente do "concretismo" cuja sintaxe condena, cujos métodos de composição critica, tomando outra área semântica e inaugurando uma forma de poema em que o espaço em preto é valorizado. A arte de composição "praxis" obedece a umas tantas regras que longo e imperfeito seria aqui pretender expôr, sendo o "poema-praxis" um campo de defesa dos valores da palavra, conforme seu autor. É a "Literatura-praxis" um "campo geral de defesa dos valores humanos contra a alienação de uma sociedade que necessita transformar-se para conquistar-se".

Nesta breve exposição em que pretendemos apresentar a situação da poesia brasileira, que em 22 tomou rumos novos, colocamos a "Literatura-praxis" como um dos elos (o mais recente até agora) dessa ânsia renovadora, que, apesar de tudo, num país sem cultura como o nosso, continua viva. É um esfôrço a mais, feito com impressionante lucidez e inteligência e totalmente desajudado de qualquer empenho político-governamental (como, de resto, todos os nossos movimentos culturais; damos graças a Deus quando o Govêrno não atrapalha...) e que aí está em pleno florescimento, dono de uma revista e atraindo a atenção de quantos se interessam realmente pela cultura em nosso país.

DRUMMOND E CASSIANO

Carlos Drummond de Andrade e Cassiano Ricardo são dois dos maiores poetas brasileiros vivos. Drummond vem da reforma estética de 1930, digamos para situá-lo mais ou menos cronològicamente, dentro de nossa realidade histórico-li-

terária, e Cassiano é bem mais antigo, remontando a 1915-17 se quisermos ser rigorosos, embora nessa data êle ainda pagasse tributo ao parnasianismo com os seus "Dentro da Noite" e "A frauta de Pã" (1917). Mas já em 1925 Cassiano se reforma e nos dá "Vamos caçar papagaios", daí não voltando mais aos arraiais tradicionalistas. Mas é em "Um Dia depois do Outro" (1947) e em "Poemas Murais" (1950) mesma data em que publica "A Face Perdida" que a poética ricardiana toma novos rumos para vir desaguar nessa fase de "João Torto e a Fábula" e "O Arranhacéu de Vidro" (1956) que culmina com "A Difícil Manhã" (1960) e "Jeremias-sem chorar" (1964) de poesia francamente vanguardeira.

Drummond nunca foi parnasiano. Desde "Alguma Poesia" (1930) ainda em Belo Horizonte, já preanunciava o poeta contido e coloquial, de ironia mineira, que teria de ser por tôda a vida aquele Carlos "gauche", que gostava de espiar o bonde que "passa cheio de pernas"... Tais poemas são datados de 1925-1930, mas só vieram à publicidade em 1930, numa edição Pindorama, hoje inteiramente esgotada. Desde essa data, Drummond só foi para a frente. Sempre contido, com aquela aparência de tímido envergonhado, mas capaz de, em dado momento, vir a público com "Lição de Coisas" (1962) em que se assiste à desintegração da palavra, num mínimo de anotações do cotidiano, cheio dos problemas do mundo que nunca abandonaram o poeta.

Os problemas do mundo estão, aliás, dentro dos dois grandes poetas que reunimos nêste capítulo, muito de indústria. Porque são dois nomes fundamentais em nossa evolução poética e que não se detêm perante a vida agitada dos dias que passam, tomando consciência do seu tempo e, dentro da estética, renovando-se.

De Cassiano Ricardo tivemos oportunidade de nos ocupar quando escrevemos "Atualidade de Cassiano Ricardo" (revista "Convivium," n.º 5, 1964). Aqui apenas recordando que então muito nos interessou a nova maneira de usar o parêntese, o apóstrofo, o travessão, a desintegração da palavra, o acústico-visual, o neologismo, entre as principais tomadas de posição na vanguarda de nossa poesia e a presença do mundo moderno em sua filosofia, o que foi, diga-se de passagem, magistralmente elucidado em "Laboratório Poético de Cassiano Ricardo", de Oswaldino Marques, obra indispensável para o real conhecimento do grande poeta.

"Lição de Coisas" de Drummond merece exame meticuloso e amplo. Nêle topamos com achados interessantíssimos, versos que ficam, explosões de vanguarda que desesperam:

AMAR-AMARO

porque amou por que a!mou
se sabia
p r o i b i d o   p a s s e a r   s e n t i m e n t o s
ternos ou sopɐɹədsəsəp
nesse museu do pardo indiferente
me diga: mas por que
amar   sofrer talvez   como se morre
de varíola voluntária vágula ev
idente?

ah PORQUEAMOU
e se queimou
todo por dentro por fora nos cantos nos ecos
lúgubres de você mesm (o, a)
irm (ã, o) retrato espéculo por que amou?

se era para
ou era por
como se entretanto todavia
tôda vida mas tôda vida
é indagação do achado e aguda espostejação
da carne do conhecimento, ora veja

permita cavalheir (o, a)
amig (o, a) me releve
êste malestar
cantarino escarninho piedoso
êste querer consolar sem muita convicção
o que é inconsolável de ofício
a morte é esconsolável consolatrix consoadíssima
a vida também
tudo também
mas o amor car (o,a) colega êste não consola
nunca de núncaras

No poema "A Mão" encontramos êste verso que é simples maravilha:

a mão-de-olhos-azuis de Cândido Portinari.

Verso visual, ideogrâmico, que já foi comentado por Cassiano em seu ensáio "Algumas reflexões sôbre poétitca de vanguarda" (1964).

E o poema definitivo que é "Isso é aquilo"

onde a realidade é maior do que a realidade?

"Lição de Coisas" é obra que não se contém num simples comentário.

Como de resto tôda a drummondiana.

A obra de Carlos Drummond de Andrade é de suma importância para a situação da atual poesia brasileira, o que, aliás, foi muito bem visto por Décio Pignatari em "Situação atual da poesia no Brasil" ("Invenção", n.º 1, 1.º trimestre de 1962) em que coloca, justamente, o grande poeta no grupo malarmaico dos nossos melhores homens, ao lado de João Cabral de Melo Neto, os poetas "concretos" e êsse prosador revolucionário que é João Guimarães Rosa.

Temos assim, embora sumàriamente, realizado nosso balanço da atualidade poética no Brasil. Um balanço em que o saldo credor de nossos atuais poetas é valioso. Valioso pela qualidade e pela grande arrancada que os poetas proporcionaram à nossa poesia no campo da pesquisa e das realizações. E sobretudo porque estão se libertando dêsses complexos que tanto mal fizeram (e ainda fazem) ao progresso estético do Brasil. E porque vem proporcionando aos mais jovens a possibilidade de praticar uma poesia autêntica, sem inibições, livre de cediças regrinhas de metrificação, independente do vêzo parnasiano que tanto prejudicou a poesia nacional. Uma poesia sem retórica, sem Antônio Feliciano de Castilho, sem Boileau, sem Academia.

DIMENSÕES DA ARTE (*)

"DIMENSÕES da arte" representa a colaboração de duas personalidades excepcionais, como as de Simeão Leal e Mário Pedrosa, às quais a cultura artística brasileira muito deve. O primeiro, exercendo uma atividade editorial que, com todo amparo oficial, inexisteria, se seu gôsto e sensibilidade não a tivessem dirigido, em parte considerável, para o campo da arte, fêz do serviço de documentação do Ministério da Educação e Cultura a única editôra de livros sôbre arte. O segundo, escrevendo, falando, discutindo, organizando, numa palavra batalhando, gastou sua vida a explicar, ou melhor, a tentar fazer sentir o fenômeno artístico-visual a cegos.

Li recentemente na revista "Gionale Di Metafisica" um artigo sôbre o pensamento estético na Itália de 45 até hoje, e ante a riqueza de nomes e a variedade de posições originais, fiquei profundamente humilhado, pensando na situação brasileira. Em matéria filosófica, e particularmente em meditação artística, não existimos.

Qualquer atividade teorética por parte dos que se dedicam à compreensão da arte, é constantemente interrompida, pelo fato de ser necessário explicar o óbvio, repetí-lo constantemente, descer aos princípios básicos, perder-se nos ensinamentos rudimentares, sob pena de não ser entendida. Tôda a obra exegética (como a especulativa) dos brasileiros é marcada por um aspecto pragmático, conseqüência da luta com o meio, da necessidade de divulgação.

Falta coragem para a opção, a possibilidade de escolher entre a meditação profunda e original, destinada a poucas pessoas, e a divulgação com finalidade proselitista. Tenta-se o apostolado entre os leigos para formar, no futuro, uma audiência seleta, e nesta luta gasta-se a vida.

Fenômeno social, provável conseqüência da falta de ensino de história da arte no curso colegial, demonstração de pouca sensibilidade visual, resultado do costume que dispensa móveis mais requintados e quadros seletos na maior parte dos lares brasileiros; a maior parte dos escritos sôbre arte conhece as letras de fôrma nas páginas dos suplementos literários dos maiores jornais do país, produto híbrido de uma cultura acanhada e de um sentido bem desenvolvido de promoção das emprêsas comerciais. Neste caso, os "melhores jornais".

(*) MÁRIO PEDROSA, *Dimensões da arte,* Ed. do Ministério de Educação e Cultura, Serviço de Documentação, Rio de Janeiro, 1964. Coleção *Letras e Artes.*

Incapaz de opção, como os críticos, o "suplemento literário" é a um tempo, ou melhor, pretende ser, altamente especializado nos vários ramos da cultura (por vêzes considera-se a sua estrada mestra), e o veículo divulgador, destinado às multidões de leigos, permanecendo no impasse e apresentando um compromisso cultural que é a justa imagem de nossa "inteligência".

Nisso não vai nenhuma acusação, ou condenação, mas apenas o reconhecimento de um fato, que uma vez conhecido, pode ser superado com maior facilidade.

É neste ambiente que, aos poucos, publicados em suplementos literários ou proferidos em conferências, surgiram os capítulos de "Dimensões da Arte". Lògicamente, é dentro de uma tal perspectiva que deve ser lido, colocando suas partes no tempo em que foram redigidas e constatando a importância de certas afirmações, naquelas priscas eras da exegese artística entre nós.

É exatamente nesta colocação (ousaria dizer) "histórica" que a obra de Pedrosa adquire seu justo valor. Bem superior à realidade material do texto, bem inferior às possibilidades da sua inteligência, não tivesse sido incomodado e distraído pela luta inglória do comezinho esclarecimento didático.

Dividido em 4 partes, "Dimensões da Arte" apresenta maneiras diferentes de aproximação do autor ao fenômeno artístico. A primeira, ligada às origens da pintura moderna, colocada no livro com evidente finalidade didática, composta entre setembro de 1949 e abril de 1950, permanece válida e tem como finalidade introduzir o leitor no mundo da arte contemporânea. A segunda, mais elevadamente doutrinária, apresenta a posição teórica de Mário entre os anos de 1950/51 até 1958, embora os escritos sejam todos de 1950 a 1951. A terceira é a exegese original da arte moderna no Brasil e seu contributo à nossa história. A quarta representa a luta que Pedrosa sustentou, nos anos de 1952 a 1954, em favor da arte concreta e (mais importante ainda) da participação do artista no processo industrial, com a criação de formas úteis.

No conjunto, o livro revela um segmento da obra de Mário Pedrosa, desenvolve um aspecto teórico e outro de liderança, que repercutiram profundamente no ambiente artístico brasileiro, mas não mostra o Pedrosa maduro, o crítico e o exegeta de 1958 para cá, quando a compreensão do fato artístico tornou-se uma segunda natureza no homem. Sem dúvida trata-se de uma contribuição importante que permite a meditação dos mais idosos, e leva ao conhecimento dos jovens a obra dêste paladino quixotesco que, sem querer, continua a obra de outro Mário, Mário de Andrade.

O sentido verdadeiro da obra de Pedrosa surge aos poucos, num exame mais atento. Assim se evidenciam suas qualidades e surgem as características particulares, permitindo classificá-lo e colocá-lo na

posição que ocupa em relação à conceituação artística. É possível deduzir da leitura do livro a sua posição estética do passado e compreender mais claramente a presente.

Antes de construir deve destruir. Demolir preconceitos a fim de que o público possa melhor entender seu discurso. Neste sentido, existem afirmações preciosas como esta: "O que todos exigem de um quadro ou de uma pintura é que possa ser traduzido em palavras e idéias feitas, bem ruminadas e convencionadas". Naturalmente esta e outras expressões adquirem maior dimensão no contexto, mostrando em profundidade a fôrça inibitória da barreira do preconceito.

"Todos tem um medo pavoroso de ser mistificados, de aparecerem ingênuos... Daí a construção de trincheiras contra todo objeto inesperado, tôda solução nova...".

Do impressionismo nos é dada uma visão de conjunto, não apenas imposta pelas limitaçeõs práticas, mas também conseqüência da posição doutrinária do autor, o que não impede seja cheia de penetração histórica e percepção artística, com boas informações.

Sem dúvida, repercorrendo com a mente o caminho traçado no tempo pelos artistas, a arte moderna, após a doutrinação do primeiro capítulo e a explicação do segundo, torna-se mais acessível. Entretanto somos obrigados a fazer uma restrição à crítica do impressionismo, principalmente à maneira como são apresentadas as razões de sua decadência. E esta crítica é de suma importância porque atinge a orientação geral da obra, sob êste aspecto, e implica posições diferentes na concepção da história da arte.

Escreve Pedrosa (pág. 26): "Como tantos outros movimentos renovadores, o impressionismo, ao vencer, perdeu a razão de ser, impondo a vibração luminosa, a divisão de tons, a modulação pelo contraste de côres ao invés do modelado, a preferência pelos toques justapostos ao claro escuro, processos bem adaptados à nova estética de captar os aspectos efêmeros da luz natural. A arte impressionista esqueceu, porém, com isso, a preocupação das formas estruturadas e houve queda da vitalidade plástica em muitas de suas criações".

Ao ler êste trecho, temos a impressão de que o impressionismo seja um todo, quando se trata, na verdade, de personalidades artísticas marcantes que foram companheiras de jornada, ligadas por afinidades expressivas. Êstes artistas encontraram uma justificação da sua pintura num conjunto de doutrinas, chamadas por Mário de "nova estética" e que nós chamaríamos de **nova poética,** distinguindo entre esta e a estética. "Poética" designa exatamente um conjunto de teorias sôbre as quais um ou mais artistas baseiam sua criação e a visão do mundo. Enquanto que "estética" designa a arte de todos os tempos e lugares, pensada na sua essência. A primeira, reflete o pensamento de um artista, de um grupo ou de uma época em relação à

criação a ser realizada, a segunda é nada mais nada menos do que a filosofia da arte.

Êstes artistas, dizíamos, aceitaram determinadas teorias e as escolheram para representar uma visão do cosmos que lhes era própria, atingindo alto nível poético e posições individuais marcadas. Exprimiram em côres algo de novo, absorvidos por determinados aspectos e não outros. Aconteceu que personalidades como as de Cézanne e de Degas, após terem participado de idéias comuns, descobriram que não podiam exprimir seu mundo, alicerçados na poética impressionista e para tanto recorreram a outras teorias e adotaram diferentes formas de expressão.

Aliás, Pedrosa corrigindo sua primeira posição, delineia o afastamento de Renoir e esboça sua posição subjetiva dentro do impressionismo. Mas, posição subjetiva tiveram também Monet, Pissarro e Sisley, como subjetivo foi o afastamento de Cézanne, e posteriormente o de Degas e Gauguin. A diferença está apenas no fato que, enquanto Monet conseguiu criar até 1926 dentro da poética impressionista, Cézanne, Degas e Gauguin tiveram de criar ou aceitar outra poética para poder fixar ou formar uma cosmovisão nova, original e coerente com a própria personalidade.

A crise de 1880 não foi, portanto, do impressionismo, mas das personalidades artísticas singularmente individualizadas. Não daríamos tanta importância a esta observação de Mário Pedrosa, se não fôsse a conseqüência de uma posição metodológica bem difundida entre os intérpretes da arte moderna, seja em considerá-la como o produto de uma nova estética, seja em pensar que a história da arte moderna resulte da história dos movimentos e não das obras de arte, reunidas em redor de seu autor.

Dado que, para nós, a história da arte é a sistemação crítico-metodológica das obras de arte, ou dos monumentos, no tempo e no espaço, reunidos de acôrdo com a personalidade artística da qual representa a cosmovisão, não podemos calar e deixar sem reparos qualquer interpretação de fundo positivista, evolucionista ou dialético.

Por isso mesmo consideramos bem mais importantes os capítulos seguintes, onde são focalizadas, separadamente, as personalidades de Cézanne e Gauguin, completando o ciclo da revolução pictórica do XIX século na França.

A figura de Cézanne emerge das páginas de "Dimensões da Arte" com um calor humano e uma profundidade artística até agora desconhecidos. Não é apenas a figura provinciana de um introvertido, recolhido no Sul, vivendo da mesada do pai, abastado burguês. É o homem com excepcionais dotes morais, superior à vaidade, um renovador por necessidade mais do que por vocação.

Dois trechos de Pedrosa serão suficientes para mostrar êste aspecto nôvo de Cézanne: "E no entanto êsse comunardo, êsse carbo-

nário, êsse imoral era um conservador em idéias políticas e um católico convicto que não perdia missa aos domingos e obedecia aos preceitos da Santa Madre Igreja". "Se a vida de Cézanne nos ensina alguma coisa, é o desprendimento do homem diante da arte. Esta deixa de ser uma profissão, uma missão de glória ou de riqueza, um fim prático, para tornar-se um aprender eterno" (pág. 31).

Gauguin também é visto como homem, (mas isto é mais comum entre os historiadores) e fixado na renovação expressiva, valorizando o contributo que, com sua obra, trouxe para esta renovação.

A relação com Van Gogh é focalizada em seu aspecto mais importante e fecundo de conseqüências, na absorção da visão japonesa. O interêsse pelas manifestações extra-européias é colocado em seu devido lugar, dando a medida certa do pêso que teve na evolução futura da arte ocidental. A perspectiva histórica é vivida em todos os seus detalhes, reconstruindo as exigências e as implicações de maneira exaustiva.

Quanto à segunda parte, preferimos adiar para outra ocasião um comentário oportuno e detalhado, que nos levaria demasiado longe, limitando-nos a relevar a importância que teve o levantamento do problema da psicologia da forma entre nós.

A terceira parte é um depoimento e uma interpretação, ao mesmo tempo, da arte moderna no Brasil, a partir da famosa semana. Nela o participante sabe afastar-se suficientemente do painel para transmitir uma visão de conjunto, sem destruir o detalhe, que permanece quente com sabor de experiência pessoal.

Destas críticas e dêstes depoimentos aparece um aspecto sintomático e profundamente revelador. Como Mário Pedrosa explica na introdução, os textos não foram alterados, sendo reproduzidos tais quais foram elaborados pela primeira vez, com a data ao pé de cada capítulo. Daí ser possível reparar que Volpi, o artista para o qual Mário mais se bateu em 1957-58, que deve seu grande reconhecimento, em parte, à luta que Pedrosa sustentou em sua defesa e às grandes exposições retrospectivas por êle organizadas no Museu de Arte Moderna no Rio de Janeiro, e na 6.ª Bienal de São Paulo, só é citado a partir de 1954. O que demonstra não serem os artistas mais fáceis de ser apreciados os melhores. Se um crítico da acuidade de Mário, demorou tantos anos antes de perceber a originalidade e importância dêste mestre, muitos dos autênticos valores atualmente semi-ignorados podem confiar no reconhecimento futuro de sua arte.

Por fim, a quarta e última parte, a meu ver, vale pelo testemunho histórico de uma luta, registrada em algum de seus episódios mais brilhantes. O tom polêmico não facilita reparos porque implica numa polêmica injustificável, por não ser mais a mesma a posição do autor.

Os argumentos usados como baterias em favor de uma idéia são por vêzes necessàriamente forçados, não perdendo interêsse pelo fato de retratar unilateralmente a luta travada por Mário Pedrosa.

Embora dispostos a justificar afirmações audaciosas em nome da polêmica, não conseguimos aceitar a que nega qualquer função à pintura, a partir da renascença até aos coloristas franceses do século XIX. Isso não. Onde estão Tiépolo, Guardi, Rosalba Carriera, e, mais afastados no tempo, os Bassano, Tintoretto, Paulo e Bonifazio Veronese? Numa palavra, os coloristas venezianos?

Reconhecendo o valor positivo, didático, informativo e teórico de "Dimensões da Arte", podemos dizer que Mário Pedrosa se eleva mais ao explicar que criticar, ao defender do que ao atacar. Em outras palavras quando se torna o apóstolo da arte.

PEDRO MANUEL

A OBRA DE INGMAR BERGMAN

Antes de entrarmos nos aspectos estéticos e conteudísticos de I. Bergman é necessário fazer um resumo dos filmes que produziu, a partir de 1945. Já vimos que o nome de I. Bergman apareceu pela primeira vez numa tela como roteirista do filme de Alf. Sjöberg *"Tortura de um desejo"* (Hets) em 1944. Trata-se de um rapaz empurrado até à beira da loucura por um professor sádico. A frustração da juventude por causa da incompreensão dos mais velhos e da sociedade em geral será o tema dos três primeiros filmes: Crise, Chove sôbre o nosso amor e Navio para a Índia.

Em *"Crise"* (Kris) de 1945 uma moça será a vítima do egoísmo de sua mãe e da madastra que a disputam. I. Bergman apresenta-se tateando, mas não podia ser de outro modo. O filme, no entanto, é um estudo sério da psiquê feminina, que êle nunca mais deixará de estudar e tratar.

"Chove sôbre o nosso amor" (Det regnar po ver Karlek) de 1946. O filme trata de um problema crucial em quase tôda a Europa, a falta de habitação depois da guerra. É um jovem casal que luta para ter um teto, apesar dos obstáculos que se lhe antepõem porque não são legìtimamente casados.

Em *"Navio para a Índia"* (Skepp till Indialand) de 1947, adensa-se no conflito entre duas gerações. Um mestre de embarcação tortura seu filho corcunda por antipatia e por ciume, porque ambos estão apaixonados pela mesma moça.

Êstes três filmes seguem, mais ou menos, o estilo tradicional do Cinema melodramático popular da Suécia daquela época, com influências de Marcel Carné e seus filmes "noirs". *"Música no escuro"* (Musik i Mörker) (1947) já é menos pessimista. Um rapaz que ficou cego é considerado um marginal pelos seus parentes e pelos outros. Uma moça se apaixona por êle, não por compaixão, mas por verdadeiro amor. Quando um rival lhe bate no rosto, êle se sente libertado por ter sido tratado como homem normal.

Êsses quatro filmes nunca foram projetados fora da Suécia. I. Bergman parece querer ignorá-los, exercícios de técnica e de estilo como são. Os roteiros não são originais, mas adaptações de peças teatrais e novelas.

Em 1948 aparece o seu primeiro filme com roteiro original feito por êle mesmo: *"Cidade portuária"* (Hamnstad). Um velho professor oferece a um diretor de Cinema um roteiro, em que afirma ser a vida um inferno, porque Deus está morto e o demônio reina no mundo. O diretor rejeita o roteiro e continua a filmar a vida trágica de uma prostituta que se suicida. "Por que fazer um filme sôbre o inferno, quando a própria vida já é um inferno, e presente em cada um de nós?" O filme não apresenta "credits", porque não foi feito. É vivido. J. Siclier, crítico francês, descobre nêsse filme a chave de todos os outros filmes de I. Bergman.

"A prisão" (Fägelse) 1948 é um "huis clos" de Bergman, uma meditação contínua sôbre a condição humana. Tudo se torna uma pergunta. Por que a Vida? O Amor? A Morte? Deus e o Mal? Êstes temas serão daqui por diante repetidos com variações, ora num tom cômico, ora sério, ora tragi-cômico. É um filme sôbre a solidão de uma moça que foge do inferno de sua casa. Cái na prostituição e quer suicidar-se. É salva por um marinheiro com quem vai viver. É o único filme que I. Bergman admite ter sido inspirado pelo neo-realismo italiano.

Um filme "huis clos" também é *"Sêde de paixões"* (Törst), de 1949, em que um casal em viagem pela Alemanha destruída, descobre que sua vida conjugal também é uma ruína. Com êste filme Bergman começa a tratar da vida de casais. É o primeiro filme de sucesso na Suécia e com êle começou a ser conhecido e celebrado.

Diversidade de tom encontramos em *"Até a felicidade"* (Till glädje), de 1949. A resignação, o compromisso são substituídos pela serenidade, pela felicidade que um músico encontra na sua arte, depois de uma

crise na sua vida matrimonial, depois de ter perdido a mulher e um dos filhos. A nona sinfonia de Beethoven "An die Freude" é o ponto culminante do filme em que Bergman visualiza cinematogràficamente a execução desta sinfonia.

Em *"Juventude"* (Sommarlek) de 1950 é uma dançarina que encontra o sentido da vida depois de muitas lutas. Um dia na sua juventude viveu um verão de felicidade com um estudante, um idílio de verão, interrompido por um desastre mortal. Treze anos mais tarde encontra um jornalista que se apaixona por ela. No princípio, ela pensa que a felicidade não existe mais para ela, mas lendo o seu diário de amor, liberta-se aos poucos do passado para poder aceitar outro homem. O roteiro está baseado na novela que Bergman escreveu aos 17 anos. É o seu caso pessoal transferido para a moça. "É o único filme de que continuo a gostar sincera e totalmente por várias razões... Fiz o *"Sétimo Sêlo"* com meu cérebro, *"Juventude"* com meu coração". É o primeiro filme de Bergman que recebeu a Palma de Ouro, em Veneza (1952).

Do mesmo ano de 1950 é *"Isto não acontecerá aqui"* (Sont händer inte här), o único que fêz por encomenda e do qual não gosta.

1951 foi um ano desastroso para a indústria cinematográfica sueca. Bergman só pôde fazer filmes de publicidade. Fêz 9 filmes para uma determinada marca de sabão: "dinheiro não é o mais importante para mim, mas tenho que pagar os meus impostos". Escreveu uma peça para o rádio "A Cidade" que foi transmitida pelas rádio-emissoras.

A crise, no entanto, passou rápido. Em 1952 fêz dois filmes. O primeiro: *"Quando as mulheres esperam"* (Kvinnors väntan): Três mulheres trocam confidências sôbre sua vida matrimonial. Não é pròpriamente uma comédia, mas às vêzes provoca um sorriso amarelo. "Sommaren med Monica" *"Mônica e o desejo"* é outro filme do mesmo ano. Filha de uma família numerosa, cujo pai é um inveterado alcoólatra, prematuramente iniciada sexualmente, feia e animalesca, foge com um rapaz para passar um verão numa ilha. . Quando surge um rival, acaba o idílio e êles voltam para a cidade. O rapaz casa-se com ela, mas uma vez no antigo ambiente, ela deixa marido e filho para viver com outro. A história é melodramática, mas a excelente ambientação e o tom nostálgico na esplêndida fotografia salvam o filme da banalidade. Também *"Noites de Circo"* (Gycklarnas Afton) de 1953 é um filme "noir". Vento gelado, chuva e lama acompanham essa erótica distorcida, êsse sadismo, auto-lamentação e humilhação. É o despojamento total do homem. Alberti, diretor de um circo ambulante, deixara a mulher há anos e se une com a amazonas do circo, Ana. O circo é de qualidade inferior e Alberti depois de pouco tempo sente-se profundamente cansado. Chegando à cidade onde mora a mulher, quer reconciliar-se com ela. Mas ela recusa. Ana, ciumenta, planeja e rea-

liza uma aventura com um ator de teatro que a humilha até em público. Profundamente chocado, Alberti quer suicidar-se, mas o revolver destroça apenas um espelho. No final, o circo continua a viagem. Não há caminho para trás. Aqui também há "o inferno a dois". Filme com uma sonoplastia extraordinária e prenhe de símbolos, Bergman apelou para o público, mas em vão. O filme tornou-se um fracasso financeiro na Suécia para o produtor ocasional Walde Rünekranz.

Bergman vê-se obrigado a trilhar outro caminho, sem renegar-se a si mesmo. Um dos três mandamentos de um diretor cinematográfico por êle composto, é o seguinte: "Ofereça sempre entretenimento. O público que assiste aos meus filmes me paga a susbsistência. Êles têm o direito de viver algo. Eu lhes devo isto. Mas isto não quer dizer que posso prostituir-me". Por isto entra numa fase de filme "roses", aos quais voltarei, tratando da evolução no mundo cinematográfico bergmaniano.

"Lições de Amor" (En lektion i kärlek) de 1954 apresenta todos os temas dos seus filmes anteriores, porém, na surdina, em outra composição. O tema ainda é o amor e o casamento, como em *"Noites de circo"*, mas sem as torturas recíprocas. Mostra a reconquista do amor pelo ciúme, ao menos por parte da mulher, que termina num chôro mais ou menos cômico, assim como *"Quando as mulheres esperam"* se solve numa gargalhada.

"Sorrisos de uma noite de amor" (Sommernattensleende) de 1955, desloca o espectador para a "belle époque" na Suécia. Quatro vêzes essa noite de verão sorri para os amantes. Para o estudante de teologia que abraça a mulher nova demais para o pai; para o pai que reencontra a amante; para o conde que se reconcilia com a mulher; para o cocheiro e a empregada que brincaram no feno. Tudo isto no castelo de uma velha senhora, colocada alí pela família sob a condição de nunca escrever as suas memórias amorosas. A ironia suave de *"Lições de amor"* está longe neste filme. Ao contrário apresenta um jôgo cínico entre o amor e a morte.

"Sonho de mulheres" (Kvinnodröm) de 1955 é mais uma tragicomédia. Suzana, fotógrafa de modelos faz uma viagem com o seu modelo Doris para Götheborg, entrando em contato com um antigo amante, hoje casado. Doris tem noivo, mas aceita as atenções de um homem idoso. Mas ambas as aventuras são interrompidas respectivamente pela mulher do industrial e pelo filho do velho.

Bergman entra numa nova fase, com o filme *"O sétimo sêlo"* (Det sjunde in seglet) de 1956. É uma versão cinematográfica de sua peça teatral "Trämalning" (O Afresco), reminiscências das pinturas medievais que viu nas igrejas da Suécia. Um cavaleiro volta das Cruzadas com seu escudeiro. Encontra a Europa assolada pela peste. Também

êle está marcado pela Morte. Pede um prazo que durará o tempo de um jôgo de xadrez, porque tem um grande problema a resolver: qual é o sentido da Vida e da Morte? A pergunta fica sem resposta, mas o cavaleiro pode praticar duas boas ações: amenizar a morte de uma moça tida como bruxa e salvar da morte um casal de comediantes com seu filho, derrubando o tabuleiro de xadrez, e assim desviando a atenção da Morte do casal. O filme todo é uma alegoria, da qual o homem é o centro, com sua única certeza: a morte.

Bergman está na fase dos seus grandes filmes, que eu chamaria de "filmes-monumentos". Os temas tratados são mais profundos. Assim em *"Morangos Silvestres"* (Smulltronstället) de 1957. Também aqui é a Morte que, ao se aproximar, se reflete sôbre a vida e a culpa do homem. Isak Borg, médico laureado, viaja de automóvel para uma cidade, onde receberá o diploma de "doctor honoris causa", a coroação de uma vida aparentemente bem sucedida no caminho da pesquisa e da ciência. Durante a viagem há vários encontros que são pontos de ligação com recordações e sonhos que o fazem ver que, no fundo, é um homem solitário, um morto vivo, que sempre se isolou dos contatos e comunicações humanos. A viagem no espaço torna-se uma viagem no tempo, "à la recherche du temps perdu". Um auto-retrato psicológico.

De repente, Bergman volta para o estilo documentário realista, adaptando uma novela de Ulla Isaksson *"No limiar da Vida"* (Nära livet, 1957). A ação desenrola-se dentro de uma sala, numa maternidade, onde se encontram três mulheres. Uma intelectual que praticou um abôrto, por ela atribuído à falta de amor no seu casamento. A outra feliz, tão feliz que teme um abôrto. A terceira é uma mãe solteira, amargurada e cínica, porque o amigo a abandonou. Já fêz uma tentativa de abôrto, mas sem resultado. Ela resiste à maternidade. Os acontecimentos das duas outras a faz encarar a maternidade de outra maneira. A mãe solteira é a figura central e foi introduzida por Bergman porque na novela não existe. Bergman quer mostrar nêsse filme seu enorme respeito pela vida, pela maternidade, porém, numa forma cinematográfica bastante pobre.

Em 1958 Ingmar Bergman volta novamente ao passado, fazendo *"O rosto"* (Ansiktet). Estamos no meio do século passado. Dr. Vogler, prestidigitador e hipnotizador viaja pelo país com seu conjunto. A Polícia desconfia das práticas do Dr. Vogler, e chegando a uma cidade, êle é obrigado a oferecer uma demonstração para as autoridades; um cônsul, que acredita em fôrças sobrenaturais e um médico, que considera Vogler um impostor. Os dois fazem uma aposta a respeito da existência ou não-existência de Deus. O médico tem possibilidade de desmarcarar Vogler como impostor, mas, de repente, chega um convite da côrte real para uma demonstração em Estocolmo. Final esquisito de um filme barroco e bizarro.

Os tempos medievais voltam novamente em *"Fonte da donzela"*. (Jungfrukallen) de 1959. O roteiro é de Ulla Isaksson tirado de uma balada medieval "Törres dotter". Uma donzela, a caminho da Igreja, partilha seu repasto com dois vagabundos que depois a assaltam, violentam e matam. O pai vinga-se terrìvelmente, mas caindo em si pede perdão a Deus, prometendo construir uma catedral no local do crime. Quando levanta a cabeça da menina morta, nasce uma fonte de água cristalina. É um drama retilíneo em que lutam dois poderes. É o crepúsculo do paganismo germânico e aurora do cristianismo.

"O ôlho do diabo" (Djävulens örga) de 1960 está baseado no ditado irlandês: A castidade de uma mulher é aguilhão no ôlho do diabo. A filha de um pastor está para casar-se, e virgem como é, incomoda o diabo. Êste envia Don Juan (que está há três séculos no inferno) para a terra, a fim de seduzir a moça. Não o consegue, porque Don Juan, pela primeira vez na sua vida, se enamora sinceramente da moça. Êle que nunca soube amar, agora ama de verdade. O filme é uma espécie de pausa brincalhona, mas de vez em quando Ingmar Bergman se mostra sério, apesar do seu capucho de bobo da corte. Não há nenhum filme teatral como êsse, embora me pareça proposital. É como se quisesse mostrar aos críticos que incriminam as influências teatrais nos seus filmes, o que é "teatro filmado".

Bergman inicia agora uma trilogia que tem por objetivo meditar sôbre a existência de Deus, sua relação com as criaturas, ou a sua ausência. É uma série de dramas psicológico-religiosos, construídos com 4 personagens principais. *"Num espelho escuro"* (Säsom i en spegel) de 1961 toma como ponto de partida o texto de São Paulo aos Coríntios: "Nós agora vemos a Deus como num espêlho, em enigma...". A história gira em tôrno de Karin, mulher casada, que aos poucos vai enlouquecendo, chegando à crise máxima quando está de férias numa ilha com o pai, o marido e seu irmão. *"Luzes do inverno"* ou *"Os convidados da ceia"* (Nattvardgasterna) de 1962 apresenta um pastor luterano que perde a fé, enquanto a professôra, que dêle se enamora e que é uma atéia, a encontra. É o desespêro do pastor pelo silêncio de Deus, silêncio êste que vai explorar a fundo no seu: *"O Silêncio"* (Tydsnaden) de 1963. Ana e Ester são duas irmãs, lesbianas. A primeira é a intelectual, a outra é a carne. Ambas viajam com o filho de Ana e são obrigadas a descer num país cuja língua desconhecem e a ficar num hotel, onde há apenas um garçon para tomar conta da Ester doente. É a estaca zero da solidão, do desligamento de tudo, a absoluta ausência de Deus.

Voltarei amplamente a essa magnífica trilogia, ponto alto na obra de Bergman em todos os sentidos, tanto no aspecto formal quanto no conteúdo.

Bergman parece ter encerrado com essa trilogia uma época, para a qual não deseja mais voltar. Êle que nunca usou a côr nos seus

filmes agora faz um em côres e será uma comédia pura, *"A propósito de tôdas estas mulheres"* (For inte fala om alla dessa kvinnor) em 1964. O famoso celista Felix morreu e o filme conta como o crítico Cornelius, seu biógrafo, vive os últimos dias da vida dêle com as sete amantes de Felix, entre as quais a própria mulher de Cornelius. O filme foi mal recebido pela crítica sueca. Dizem que lhe falta a verdadeira espirituosidade, a verdadeira espontaneidade, etc. Terei que esperar a chegada do filme ao Brasil (se vier) para apresentar uma crítica justa.

Num artigo próximo tratarei da arte na obra de Ingmar Bergman.

GUIDO LOGGER

SYDNEY HOOK — **"O Comunismo Mundial"** — tradução de L. C. Braga, Presença — Rio — 1964, 285 páginas.

É sempre tempo para que se aprenda alguma coisa sôbre o comunismo. Daí a atualidade dêste livro. Compilando vários pronunciamentos de congressos e outras manifestações comunistas mundiais, Sydney Hook, da Universidade de Nova Yiork, organizou um trabalho em que se percorrem vários aspectos da doutrina e da prática comunistas; a presença do comunismo na URSS e nos Estados Unidos; o movimento comunista em outros países (México, França, Índia, Iugoslávia, China, Hungria e Polônia nos chamados países sub-desenvolvidos) de modo a reavivar no espírito dos leitores algumas premissas do comunismo, algumas definições e certos pontos capitais que nem sempre o leitor comum está habilitado a conhecer. Trazendo a público a letra dos pronunciamentos comunistas extraída de atas de congressos e revistas especializadas, o A. põe o leitor a par da verdadeira palavra dos dirigentes soviéticos e das agremiações por êles controladas, tecendo em tôrno disso tudo oportunas considerações.

O método usado por Sydney Hook parece-nos faca de dois gumes. Se por um lado a leitura dos exatos textos comunistas oferece ao leitor um panorama real de como falam e agem os políticos soviéticos e seus seguidores, de maneira a não deixar dúvidas quanto à veracidade das expressões que êles usaram (e estraídas de fontes dignas de crédito), por outro lado os mesmos textos (se dispensados os comentários do A.) podem dar margem às mais diversas interpretações, inclusive favoráveis ao credo comunista. E isso porque, talvez para dar margem a maior colaboração de quem lê, os comentários de Sydney Hock, embora precedendo o texto dos comunicados não descem a muitas minúcias limitando-se a uma crítica objetiva e serena dos fatos. Evidentemente que para leitores esclarecidos êsses comentários falarão muito. Acontece, porém, que a obra é para divulgação. Portanto, mais para leitores pouco afeitos a essa forma dialética. E se o leitor desta categoria (e sem preparo suficiente de interpretação) por sua conta e risco dispensar a introdução crítica do A.? Baste-nos um exemplo: a definição de democracia dada pelos comunistas. Afirmam os comunistas: democracia na URSS é democracia para os que trabalham, é democracia para todos, ao passo que nos países capitalistas é democracia para uma minoria de proprietários. E mais: não há na URSS antagonismo de partidos porque na URSS existe apenas um partido mas êste defende os interêsses dos trabalhadores e camponeses em tôda a extensão: (pág 30). Estamos cansados de saber que não é assim. No entanto lançados dessa forma, sem profundo exame, tais conceitos não são francamente tentadores? Animado de excelentes intenções, inegàvelmente, o A. do livro sem o qurer deixa boa margem a interpretações dúbias. Acreditamos mesmo que nos Estados Unidos êste livro não

foi escrito para leitores desavisados mas, possìvelmente, para o comentário de classes universitárias ou (o que também pode ser) tendo em vista um público que pela maior divulgação da leitura e, portanto, melhor conhecimento do assunto esteja apto a separar por si o jôio do trigo.

Mais uma advertência vem a calhar sôbre a divulgação dêste livro no Brasil: o perigo das traduções pura e simplesmente. Nem todo livro escrito no estrangeiro se adapta às nossas condições sociais e políticas. Êste, por exemplo, foi escrito por um especialista, um professor universitário de grandes méritos, sem dúvida. Mas é um professor norte-americano. A obra calha para norte-americanos. Servirá da mesma forma para argentinos ou franceses? Para nós já desconfiamos que não serve muito. Não pelos defeitos, mas, justamente pelas qualidades, o que parece um paradoxo.

O mal está se generalizando. Uma grande obra é "Introdução à análise econômica", de Paul A. Samuelson. Entretanto, se não contasse (como agora, na 5.ª edição da "Agir") com as notas do professor Rui Lourenço Filho sôbre a situação brasileira, para nós seria sempre uma grande obra norte-americana. E sejamos francos: continuará sendo, até o dia em que o próprio professor Rui Lourenço Filho escreva a sua obra nacional. Isto já se faz urgente e necessário.

Homero Silveira

Federação Internacional de Documentação, CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL (edição desenvolvida da classe 1, Filosofia e da classe 2, Religião — Teologia), Rio de Janeiro, IBBD; Lisboa, C. D. C., 1963. 70 p., 123 p. respectivamente.

A Classificação Decimal Universal, a C. D. U. como é aqui chamada, é um sistema destinado a dispor a literatura que enfeixa os conhecimentos humanos de um forma conveniente. O princípio que norteia a distribuição da literatura existente é bastante simples. Formando uma classe 0 das obras gerais, separam-se os conhecimentos em 9 seções que principiam com a 1, Filosofia e terminam com a 9, Geografia e História. Cada classe é dividida por sua vez em outras dez. Exemplificando, a classe 3 (Ciências Sociais) abrange com o próprio número 3 as obras gerais de ciências sociais e, a seguir, com números 31, 32, etc. até 39 os vários ramos nessas disciplinas. Essas sub-classes tornam a separar-se em outras dez sub-subclasses. Por exemplo a seção 17 de Ética vai da classe 171 (Ética Geral) até a 179 (Outros problemas morais), ficando sob o número 17 as obras gerais do assunto.

O especialista em classificação usa, depois, de uma série de recursos adicionais (tabelas auxiliares) de sinalização que acaba permitindo uma cobertura sistemática, o quanto possível completa e perfeita de tôdas as publicações em que o homem vem deixando fixados os conhecimentos adquiridos ao longo dos tempos.

Especialmente adequada para os documentos, a numeração e a sinalização auxiliar transformam-se em linguagem universal que permite ao conhecedor, mediante simples exame do número associado a uma publicação, saber do ponto de vista com que a obra foi redigida, sem exame do assunto, do lugar, do tempo, da forma, da língua em que foi escrita.

As tabelas, como é natural, acomodam-se a certas inovações a que é impossível deixar de atender. São revistas periòdicamente e as modificações cabíveis aparecem, de início, como projetos e depois, constatada a sua procedência, são registradas em publicações para tanto destinadas.

As edições desenvolvidas da C. D. U. apareceram pela 1.ª vez em 1907, em idioma francês. A classe 0 (zero) desenvolvida foi publicada em nosso idioma em 1961. Agora, associando-se na tarefa, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e o centro de Documentação Científica de Portugal dão a lume as classes 1, Filosofia e 2, Religião-Teologia.

O padre Astério Campos encarregou-se de traduzir a classe 1 e a tradução da classe 2 se deve ao padre Antônio Charbel. Inestimável serviço prestam, assim, não só aos documentalistas e bibliotecários como a todos os pesquisadores nesses dois ramos do saber. Dispõe agora o investigador de duas tabelas completas que são também as primeiras a incorporar tôdas as extenções e correções apresentadas pela Federação Internacional de Documentação até 30 de junho de 1962.

Mencione-se ainda o fato de que nesta edição surge uma seção nova, 159.9.01 de Psicologia Filosófica e que é a mais atualizada em Filosofia de vez que a edição anterior desenvolvido da classe 1 é a alemã de 1953.

A presente edição, propondo uma uniformização da nomenclatura a ser empregada para os assuntos filosófico-religiosos em português é de utilidade extraordinária para os bibliotecários. Êstes, não raro, eram obrigados a criar uma terminologia, às vêzes inadequada. Agora podem valer-se da tradução de especialistas que, além de tudo, conseguiram a conciliação vocabular entre o português da velha pátria e do Brasil. Por todos os títulos, obra cujo aparecimento deve ser condignamente saudado.

James C. Charlesworth (editor), MATHEMATICS AND THE SOCIAL SCIENCES, Philadelphia, American Academy of Political and Social Science, 1963, 121 p.

O êxito indiscutível de algumas disciplinas provoca a tendência de usá-las nos campos mais diversos. A êsse respeito poderíamos lembrar o recente sucesso da lógica, a infiltrar-se por todos os ramos da matemática e que começou a ser considerada indispensável para o rigoroso tratamento de matérias que na aparência estão dela muito distantes. Os próprios estudiosos da lógica em 1957 chegaram a pilheirar a propósito da excessiva valorização da sua

disciplina, acrescentando nos "Summaries" do "Summer Institute for Symbolic Logic" realizada na Cornell University um versinho jocoso de autor anônimo:

> If you think that your paper is vacuous,
> Use the first-order functional calculus,
> It then becomes logic,
> And, as if by magic,
> The obvious is hailed as miraculous.

Mais antiga é a influência da matemática. Esta se tem exercido com maior constância e poucos estudiosos nos últimos tempos conseguiram furtar-se ao fascínio que o simbolismo exerce. Em 1960 no congresso internacional de lógica, metodologia e filosofia da ciência (Stanford), J. Schwartz falava da "The pernicious influence of Mathematics on Science".

O assunto, como é natural, continua em pauta e ao lado dos entusiastas que pretendem achar no rigor matemático a maneira de emprestar conteúdo às ciências sociais, surgiram os que ao contrário, também pensam que a matemática seja inadequada para a solução de certas graves questões associadas com a economia, a sociologia e a política.

Pensando nesses assuntos, a The American Academy of Political and Social Science patrocinou um simpósio que reuniu especialistas que, em diálogo franco, deveriam debater os prós e contras do uso das técnicas matemáticas nas ciências sociais. Das discussões feitas o presidente da academia selecionou seis que apresentam, aos pares, a defesa e o ataque ao uso da matemática na economia, na política e na sociologia.

L. Hurwicz escreve a respeito da matemática em economia, entendendo-a como um instrumento e uma linguagem imprescindíveis para o desenvolvimento da análise dos problemas econômicos. O. Morgenstern, por seu turno, procura acentuar as limitações do emprêgo da matemática na economia.

A propósito da política O. Benson escreve um artigo muito interessante mostrando de que maneira o formalismo da matemática pode ser aplicado no estudo de problemas de eleição, de teoria dos jogos, de relações grupais, de propagação de boatos e chega a esboçar um roteiro para uso dos computadores nas questões políticas. Já A. Hacker salienta os grosseiros erros de interpretação que nascem do indiscriminado emprêgo da matemática nos problemas políticos.

H. White fala da sociologia. Constroe modelos matemáticos que se aplicam ao acaso no comportamento, à motivação e aos processos de contrôle da burocracia comercial. Enfim D. Martindale traça um histórico das ligações entre matemática e humanidade que culmina com uma análise das limitações técnicas e práticas para o uso da matemática em sociologia, condenando a ingenuidade de alguns pesquisadores que julgam ter atingido rigor quando, em verdade, não fizeram mais que um emprêgo acientífico da matemática em seus campos de estudo.

O balanço feito nesta publicação, ainda que curto, é suficientemente representativo das opiniões correntes a respeito das vantagens e desvantagens que a matemática pode oferecer aos humanistas.

L. Hegenberg

E. H. CARR, **What is history?**, Penguin Books, London, 1964, 159 p. (Pelican book, A. 652)

TEM havido, ùltimamente, uma atitude mais sensata dos estudiosos quando discutem a posição da história no quadro das ciências. O antigo silogismo "A ciência trata do geral. A história trata do único e irreproduzível. Logo a história não é ciência", porque a premissa maior deixou de ser inabalável, estremeceu, e porque a premissa menor passou a ser discutida, acabou por ser ignorado. Prova disso é a presença da história nos congressos de lógica e de metodologia e filosofia da ciência. A história levanta — e isso se assenta com crescente vigor — problemas filosóficos muito parecidos com aqueles que antes pareciam apanágio da ciência natural. E, em especial, na perspectiva unificadora das explicações, a história, sem dúvida, fornece respostas aos seus "por que?" da mesma forma como a física ou a sociologia.

Convencidos disso, historiadores como Barraclough, Dray, Hook, Mendelbaum e o próprio Carr, na linha que os ingleses, em particular, depois de Collingwood, vieram a fixar com maior nitidez, tem-se preocupado com a ciência e tem atraído a atenção de cientistas do porte de E. Nagel e K. Popper para os problemas filosóficos da história. Isso, como é natural, só pode ser salutar, cobrindo aquêle hiato que existia entre ciência e filosofia (em ampla acepção) e colocando a história neste nôvo humanismo que se instalou em nosso século, em que a ciência tem tão relevante papel.

De fato, diz Carr neste seu livro, o historiador que quiser dispensar a filosofia da história, **uma** filosofia da história, estará "tentando recriar o paraíso no fundo do quintal, como o fazem os membros de colônias nudistas" (p. 20). E a filosofia da história, qualquer filosofia da história, ouso acrescentar, será vã e inútil se não levar em conta as contribuições que lhe presta a ciência.

Tôdas essas considerações nos vem à mente quando examinamos êste lúcido trabalho do consagrado professor de Política Internacional em Cambridge — ex-membro do "Foreign Office" inglês e editor de o "Times" de Londres, autor de várias obras de valor, a mais notável das quais é uma História da Rússia Soviética, de que 6 volumes já apareceram.

Êste "What is history?" reune as conferências que o A. fêz no 1.° trimestre de 1961 em Cambridge ("The George Macaulay Trevelyan lectures"). Distribuiem-se em 6 títulos: o historiador e seus fatos; sociedade e indivíduo, história, ciência e moralidade; causação em história; história como progresso; horizontes que se abrem.

No primeiro capítulo o A. critica de modo muito pertinente a velha idéia de que a ciência (a história, em especial) parte da colheita de fatos e depois generaliza. Adere às noções modernas de que a própria coleta de fatos já está guiada por algum critério teórico, determinante daquilo que há de ser considerado como "fato histórico". É curioso constatar quão próximo está Carr (p. 29-30) das concepções sustentadas por Popper para a investigação científica ("Logic of scientific discovery", 1959).

No seguinte, o A. discute a "visão individualista" da história, que a transforma no conjunto das ações de grandes personalidades para concluir que a história (seja como investigação do historiador, seja como conjunto dos fatos passados que provocam a pesquisa) é um processo social. A história deve capacitar o indivíduo a compreender a sociedade do passado para que possa agir sôbre o presente (p. 55).

O cp. 3 é (com o seguinte), pròpriamente metodológico. Com muita propriedade o A. fala das alterações por que passou a ciência e situa a história, sem violência, no quadro científico. Discute minuciosamente os velhos argumentos que pretendiam separar a história da ciência (1. história trata do "único e irreproduzível"; 2. não "oferece lições"; 3. não pode prever; 4. é necessàriamente subjetiva; 5. envolve questões de religião e moral) e mostra quão pouco firmes são todos êles. No cap. 4 examina os problemas do determinismo e do acaso e suas observações (p. 103-105, em espec.) são muito interessantes e merecem meditação de todos os que uqeiram se dedicar à história.

Depois da análise da idéia de que a história é "em essência mudança, movimento ou (. . .) progresso" (p. 132), a que se dedica o cap. 5, o A. fala das grandes alterações "em profundidade" e "em extensão" que sofreu a história, concluindo que agora, em época de verdadeira "tendência para a história" (p. 134), se instaura com validade a concepção de uma história realmente universal (p. 149).

Leitura agradável, benéfica para qualquer estudioso, recomendável a todos que desejam conhecer a posição da história na vasta pesquisa de hoje e que se interessam por situar os interessantes problemas que a disciplina vem propondo aos seus cultores.

Leônidas Hegenberg

SILVANA SPIRITO, **Il Francescanesimo di Fra Tommaso da Celano,** Ed. Santa Maria degli Angeli, Assis, Itália, 1963. pág. 180.

MERECE divulgação entre nós êste sustancioso estudo do franciscanismo.

Recebi êsse livro, a título de empréstimo, do erudito e lúcido sacerdote que é João Valdástico Pattarello e não gastei inùtilmente as horas em que o percorri. Nem um só instante me assaltou a possibilidade de me aborrecer nesse encontro com uma das inteligências jovens da Itália.

Silvana Spirito, ao que me informa o Revdo. Pattarello, é filha de um patrício seu que não se cansa de semear cultura na Península. Nascendo junto de uma biblioteca, foi ela orientada no dédalo do humanismo por um mestre de seu sangue, e daí achar-se em condições de acrescentar algo, como acrescentou, à compreensão da complexa figura dêsse Tomás de Celano que tanto ajuda a compreender a figura de São Francisco de Assis.

Historiador muitas vêzes discutido quanto à sua fidedignidade, não faltando quem lhe vislumbre impulsos de cortesânico, o místico medieval avulta aqui numa luz de simpatia, dessa simpatia sem a qual não existe crítica fecunda.

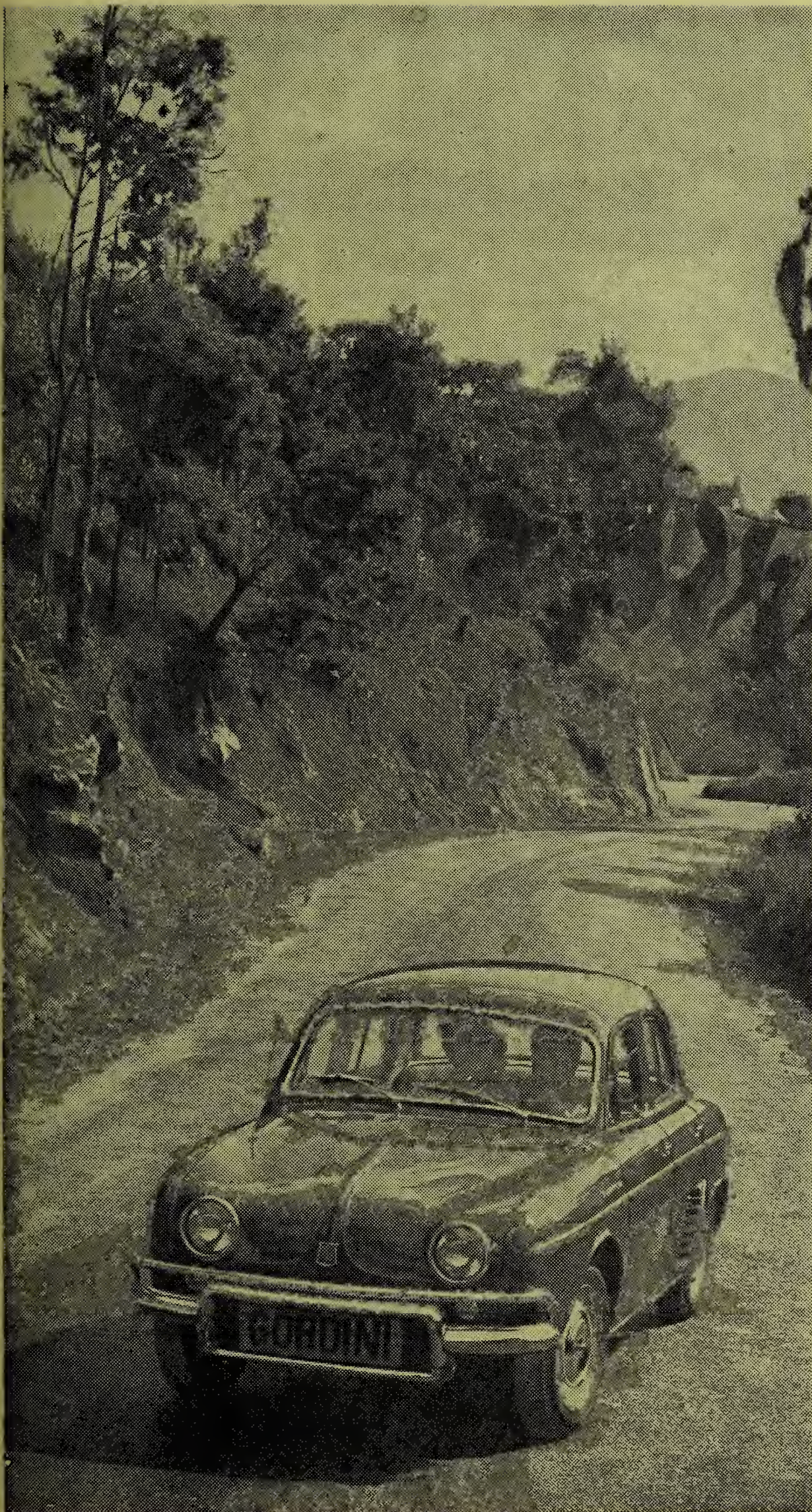
Através da melhor argumentação, Silvana Spirito demonstra a personalidade de estilo do seu herói, personalidade essa que é sempre personalidade de caráter. Evidencia-lhe a lealdade do raciocínio, e, em conjunto, as considerações da talentosa ensaísta redundam em proveito daquele vibrante e idôneo exegeta do Franciscanismo.

Quase tudo o que se tem dito sôbre um tema de tão numerosa bibliografia deteve a atenção de Silvana. O trecho consagrado ao Papa Gregório IX é denso de significados e o curioso "Frate Elia" não deixa de receber várias linhas sagazmente definidoras de suas atitudes.

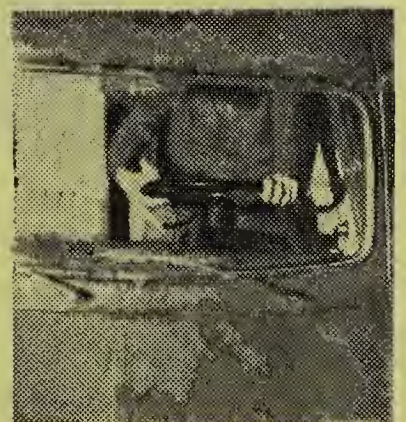
Vê-se que provações e triunfos da Ordem suscitada pelo Pedinte da Úmbria alternaram no rolar dos tempos sem trazer síncopes de entusiasmo aos seus discípulos ou sem lhes trazer um exagerado orgulho anticristão. Basta que esteja em cena um irmão emburelado e é como se o defendesse a presença magnética do Santo dos poetas e dos mendigos.

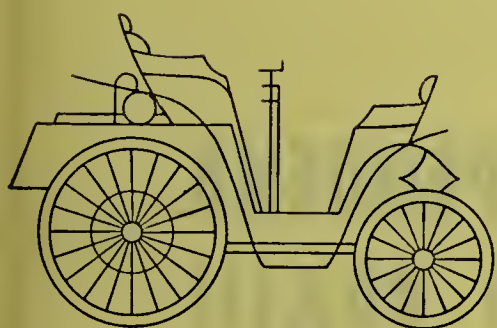
Passam-se os séculos, os guerreiros atiram bombas sôbre os templos, filosofelhos de exígua massa encefálica julgam-se deicidas vitoriosos, e o "seráfico Padre", de que Tomás de Celano foi o comovido Plutarco ou o épico sem rompantes, continua a reinar nas almas.

Andou bem a Professôra Silvana Spirito escolhendo, para sua tese de candidata a uma cadeira na Universidade de Perúgia, um hagiógrafo que se deu todo, coração e cérebro, à glorificação do Orfeu batizado da Idade Média, do "alter Christus", do Apóstolo que levava lôbo e cordeiro a confraternizarem, brincava com as crianças em plena rua e carregava pedras para construir igrejas. Tomás de Celano mostrou-se, apenas com o recurso do verbo, um retratista de São Francisco de Assis à altura de completar a alegoria pictórica de Giotto, que lhe colocou em cima do túmulo as imagens da Obediência, da Pobreza e da Castidade.

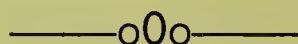
Agripino Grieco

Regra importante de trânsito, visando segurança coletiva: guiar com ambas as mãos no volante. Acontece que temos nossas fraquezas... Um cigarrinho... Dedos entrelaçados com os da ilustre (e encantadora, evidentemente) passageira ao lado... Pausas na atenção. Nessas horas o GORDINI é quase humano. Facilita tudo. Amigão. Luzes altas e baixas, buzinas, sinaleiros: as alavancas de comando saem da árvore da direção, junto à roda do volante. Simples movimento de dedo é segurança nas esquinas e nas curvas, de dia (buzinas) ou de noite (luzes). De vez em quando a mão direita entra em ação: da quarta para a terceira, segunda, ponto morto. Ou pousando, atenta, à roda do volante, sempre que o trânsito exigir maior cuidado. Outros aspectos do comando resultam em direção firme, obediência, estabilidade, segurança. E o carinho na montagem e acabamento são pontos finais de confôrto e técnica que acentuam a alta qualidade dêste veículo fabricado pela WILLYS-OVERLAND DO BRASIL.

ISTO É GORDINI!

RG-01-34

week-end dos pneus Pirelli é ganhar corridas

Fácil, fácil.
Todo fim-de-semana o Stelvio "spalla di sicurezza" e o Cinturato dão uma chegadinha nas pistas... e "papam" tudo quanto é corrida.
Mas, nos dias úteis, êstes mesmos pneus voltam ao "batente" com o mesmo sucesso.
(Êles estão à sua espera nos Revendedores Pirelli).

IRMÃO JOSÉ OTÃO

TEMAS UNIVERSITÁRIOS

Este é um livro que, recolhendo trabalhos de várias épocas, tem sua unidade garantida pela própria universalidade do problema da Universidade. Os estudantes brasileiros, tão preocupados com êsse problema e tão empenhados em reformar a mesma Universidade de acôrdo com as exigências atuais da cultura e do desenvolvimento do País, encontrarão neste pequeno volume pensamentos sólidos, onde fundamentar suas justas aspirações.

PEDRO CAMINADA MANUEL-GISMONDI

TENTATIVA DE UMA PEQUENA HISTÓRIA DE ARTE NO BRASIL

Com este trabalho, Pedro C. Manuel G. apresenta um roteiro das maiores realizações artísticas brasileiras e traça um rápido perfil dos principais artistas que operaram entre nós, a partir da época colonial até nossos dias.